

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Ana Carolina Neves Dias

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA NOÇÃO FOUCAULTIANA DE *MONUMENTO*

Juiz de Fora

2023

Ana Carolina Neves Dias

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA NOÇÃO FOUCAULTIANA DE *MONUMENTO*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Linguística.

Orientadora: Ana Paula Grillo El-Jaick

Juiz de Fora

2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Dias, Ana Carolina Neves.

Uma análise discursiva da noção foucaultiana de monumento / Ana Carolina Neves Dias. -- 2023.

149 p.

Orientadora: Ana Paula Grillo El-Jaick

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2023.

1. Michel Foucault. 2. Estudos discursivos foucaultianos. 3. Monumento. I. El-Jaick, Ana Paula Grillo, orient. II. Título.

Ana Carolina Neves Dias

UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA NOÇÃO FOUCAULTIANA DE MONUMENTO

Dissertação
apresentada ao
Programa de Pós-
Graduação em
Linguística
da Universidade
Federal de Juiz de
Fora como requisito
parcial à obtenção do
título de Mestre em
linguística. Área de
concentração: linguística.

Aprovada em 27 de junho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof(a) Dr(a) Ana Paula Grillo El-Jaick - Orientadora
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Alexandre José Pinto Cadilhe de Assis Jácome
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Carlos Félix Piovezani Filho
Universidade Federal de São Carlos

Prof(a) Dr(a) Thais Fernandes Sampaio
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof(a) Dr(a) Phellipe Marcel da Silva Esteves
Universidade Federal Fluminense

Juiz de Fora, 05/06/2023.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Jose Pinto Cadilhe de Assis Jacome, Professor(a)**, em 27/06/2023, às 16:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Félix Piovezani Filho, Usuário Externo**, em 28/06/2023, às 10:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Grillo El Jaick, Professor(a)**, em 10/07/2023, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1314332** e o código CRC **6D071215**.

AGRADECIMENTO

Ao Deus que enseja os momentos de epifania, esse sentimento repentino de intimidade com o mundo, de pertencimento a ele e, ao mesmo tempo, de incontornável finitude, pela minha vida.

Aos meus amados pais, Marta e Amaury, por possibilitarem minha graduação em Letras na Universidade Federal de Juiz de Fora e apoiarem-me ao longo desta pós-graduação; e à minha amada irmã, Milena, pela cumplicidade e parceria.

À minha querida orientadora, Ana Paula El-Jaick, pela orientação dedicada e pelo constante incentivo à pesquisa ao longo de nossa convivência acadêmica. Sem a relação afetuosa que tecemos, o curso de mestrado, simultâneo a outras transições em minha formação humana, teria sido ainda mais desafiador.

Aos caros professores Alexandre Cadilhe e Carlos Piovezani, que, tendo gentilmente aceitado integrar as bancas de qualificação e de defesa, apresentaram sugestões, questionamentos e apreciações que contribuíram significativamente para esta pesquisa.

Às amigas e aos amigos que fiz durante a graduação e a pós-graduação, por emprestarem-me seus ouvidos e permitirem que eu lhes emprestasse os meus em importantes conversas sobre a pesquisa e a vida.

Finalmente, à Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo apoio financeiro sem o qual esta pesquisa não seria possível.

“Creio que aquilo que se deve ter como referência não é o grande modelo da língua e dos signos, mas sim da guerra e da batalha. A historicidade que nos domina e nos determina é belicosa e não linguística” (Foucault, 2010 [1977], p. 5).

RESUMO

Com a ampla utilização em pesquisas documentais nas ciências humanas e nos estudos da linguagem, confirmada através de processos de institucionalização como a criação do Grupo de Trabalho Estudos Discursivos Foucaultianos, filiado à Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL), as ferramentas conceituais de Michel Foucault atestam seu caráter profícuo e sua vocação interdisciplinar. Acreditamos que criar inteligibilidade sobre seu método de análise do discurso é uma maneira de nos inserir preliminarmente nos estudos foucaultianos e de contribuir à ciência da linguagem ao adicionarmos ao seu objeto mais uma dentre as múltiplas angulações possíveis. Dado esse interesse, propomos dispensar um olhar mais detido ao conceito de *monumento*, devido à sua posição duplamente central — por nortear a tarefa arqueológica de “descrição intrínseca do *monumento*”, nas páginas iniciais de *A arqueologia do saber* (2007 [1969]) — e secundária, pois, embora correntemente mencionada (Deleuze (2013 [1986]); Veiga-Neto (2007); Dreyfus; Rabinow (1995); Barbosa (2004)) por comentadores, são raras as ocasiões em que a noção é tratada com maior minúcia. Para a execução desta investigação de caráter bibliográfico, lançamos mão dos construtos teórico-metodológicos provenientes da arqueogenealogia de Michel Foucault considerados mais oportunos aos nossos objetivos, dedicando-lhes a seção metodológica desta dissertação. De posse de suas ferramentas conceituais, apresentaremos o processo de elaboração de uma série de enunciados em que o termo aparece e, em seguida, as considerações que pudemos tecer a partir do estudo desse material. Partindo da visão foucaultiana segundo a qual a obra não confere unidade a um discurso, na série elaborada serão considerados excertos de filósofos como Martial Guérout e Georges Canguilhem, os quais operam nas vizinhanças epistemológicas de Foucault tanto por realizarem estudos históricos, como por empregarem, de diferentes modos, a noção de *monumento* com fins de explanação metodológica. Após analisarmos as regularidades que orientam o uso do conceito na série proposta, refletimos, a partir de dois trabalhos contemporâneos, sobre possíveis contribuições da noção para os estudos da linguagem.

Palavras-chave:

Michel Foucault. Estudos discursivos foucaultianos. Monumento.

ABSTRACT

The conceptual tools of Michel Foucault are widely used in documentary research in the human sciences and language studies, confirmed through institutionalization processes such as the creation of the Grupo de Trabalho Estudos Discursivos Foucaultianos, affiliated to the Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL). We believe that creating intelligibility about his method of discourse analysis is a way to insert ourselves preliminarily in Foucauldian studies and to contribute to the science of language by adding one more angle among the multiple possible angles to its object. Due to this interest, we propose to take a closer look at the concept of *monument*, due to its double central position — for guiding the archaeological task “the intrinsic description of the *monument*”, in the opening pages of *The Archaeology of Knowledge* (2007 [1969]) — and secondary, because, although currently mentioned mencionada (Deleuze (2013 [1986]); Veiga-Neto (2007); Dreyfus; Rabinow (1995); Barbosa (2004)) by commentators, the notion is rarely treated in greater detail. For the execution of this bibliographical research, we resorted to the theoretical and methodological constructs from Michel Foucault that were considered more appropriate to our objectives, dedicating to them the methodological section of this dissertation. With his conceptual tools, we will present the elaboration process of a series of statements in which the term appears and, then, the considerations that we can make from the study of this material. Starting from the Foucauldian vision according to which the work does not confer unity to a discourse, in the series we will consider excerpts from philosophers such as Martial Guérout and Georges Canguilhem, who operate in Foucault’s epistemological neighborhoods both for conducting historical studies and for employing, in different ways, the notion of *monument* for the purpose of methodological explanation. After analyzing the regularities that guide the use of the concept in the proposed series, we reflect, based on two contemporary works in language studies, on possible contributions of notion to the field.

Keywords:

Michel Foucault. Foucauldian discourse analysis. Monument.

SUMÁRIO

1 UM PROBLEMA <i>MONUMENTAL</i>	8
1.1 OS INSTRUMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS	12
1.2 A APRESENTAÇÃO DESTE ITINERÁRIO	16
2 ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA COMO PROCEDIMENTOS	19
2.1 A ARQUEOLOGIA DO SABER	22
2.2 A GENEALOGIA DO PODER	52
2.3 APENAS (?) UMA CAIXA DE FERRAMENTAS.....	62
3 A NOÇÃO DE <i>MONUMENTO</i> NOS ESCRITOS FOUCAULTIANOS: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA	64
3.1 O <i>DISCURSO-MONUMENTO</i> NA FORMULAÇÃO DA ARQUEOLOGIA COMO MÉTODO	69
3.1.1 Nem geologia, nem arquitetura, arqueologia	70
3.1.2 Uma etimologia lúdica	92
3.1.3 Algumas conclusões preliminares	103
4 À GUIA DE EXEMPLOS	106
4.1 UM EXEMPLO EM ANÁLISE DO DISCURSO	109
4.2 UM EXEMPLO EM HISTORIOGRAFIA DA LINGÜÍSTICA	121
4.3 LER DOCUMENTOS COMO <i>MONUMENTOS</i>	135
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	143

1 UM PROBLEMA *MONUMENTAL*

A inquietação que motiva esta pesquisa emerge nas circunstâncias de uma Iniciação Científica de cunho bibliográfico, situada na linha de pesquisa “Linguagem e Humanidades” do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora. À época do projeto, voltávamos o olhar para um *corpus* específico a partir das lentes da Historiografia da Linguística (Swiggers, 2010; 2013). Como a intenção era realizar um estudo conceitual e historiográfico, tal perspectiva teórica e metodológica mostrava-se adequada aos nossos objetivos à medida que ensejava a investigação de ideias linguísticas a partir de documentos oriundos de diversas fontes, indiscriminadamente da linguística, da literatura e da filosofia. Tratava-se, pois, de um bom alibi para o esfacelamento das fronteiras disciplinares que, por vezes, dificultam diálogos entre áreas correlatas, as quais tendem a isolar-se pela regionalização intensa dos saberes linguísticos, sobretudo no chamado núcleo duro da linguística¹.

Embora nossos instrumentos possibilitassem o estudo de textos não diretamente ligados aos estudos linguísticos, não foi esse o caso do escolhido para investigação, pois nele são delineadas as linhas mestras de uma análise discursiva a qual, para individualizar-se, fazia menção a estudos da linguagem que lhe eram contemporâneos. Esse *corpus* eleito foi *A arqueologia do saber* (2007 [1969]), de Michel Foucault, tratado no qual o filósofo tentou realizar, retrospectivamente, uma exposição dos métodos investidos nas análises características daquele que ficou conhecido como o seu eixo arqueológico.

Em vista disso e da inegável recorrência de sua apropriação por outros campos das ciências humanas, nosso *corpus* não se constituía de um texto marginalizado. O diferencial da pesquisa, entretanto, era especificamente nos juntarmos a uma agenda que tomava como compromisso depurar – ainda que violentamente –, no pensamento irreduzível a fronteiras disciplinares de Michel Foucault, aquilo que poderia haver de mais pertinente aos estudos da

¹ Margarida Salomão e Luís Antônio Marcuschi nos ajudam a entender a distinção entre ciência *hard* x ciência *soft* ao definirem as “linguísticas do significante” e as “linguísticas da significação”. Quanto às primeiras, “são desde logo as mais exitosas e respondem pelo sucesso acadêmico-político da linguística como campo disciplinar” (Marcuschi; Salomão, 2004, p. 24-5) ao fornecerem “poderosas metalinguagens” para tratar a língua formalmente. Em compensação, as linguísticas da significação recorrem a categorias extradisciplinares e a diversas metalinguagens para analisar o significado. Nessa perspectiva, estas ocupariam posições periféricas em relação aos modelos mais tradicionais de ciência.

linguagem, área em que nos localizamos². Afinal, aquele método elaborado para o estudo da constituição histórica de algumas ciências humanas e que, para tanto, debruçava-se sobre elementos de arquivo, como fazia a arqueologia foucaultiana, implicava tomadas de posição nos termos das múltiplas relações estabelecidas entre história e linguagem, oportunizando, portanto, ideias linguísticas singulares.

Na exposição do método visada pelo livro em questão, apareciam gestos considerados norteadores, sem os quais, acreditamos, não se poderia falar em uma perspectiva propriamente arqueológica. É assim que entendemos o gesto de tratar o discurso como *monumento*, o qual introduz a *arqueologia do saber* ao lado das disciplinas históricas reformuladas nos meandros do século XX. Em vez de solucionar-se com a leitura, tal gesto se tornava, a mim, ao longo do texto, resiliente em sua inescrutabilidade, ao mesmo tempo que uma sigla fundamental do projeto de análise discursiva foucaultiano. Essa impressão se deveu ao fato de a noção cintilar, pela primeira vez, no livro, em uma referência ao termo *arqueologia*, denominação do seu “método” elaborado durante os anos 1960. Eis o excerto ao qual me refiro:

a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia — para a descrição intrínseca do monumento (Foucault, 2007 [1969], p. 8, grifos do autor).

Diante desse excerto, minha grande inquietação era, em primeiro lugar, compreender de que maneira(s) a oposição do *monumento* ao *documento*, na *Arqueologia*, tinha a comunicar aos estudos da linguagem. A relação entre esses dois termos não é imediatamente incorporada pela ótica linguística, já que o uso do par de noções era, então, recorrente na história, campo

² Não é fortuito o emprego, no corpo deste texto, do termo *estudos da linguagem* e não de *linguística*. Primeiramente porque, ao lidar com um filósofo pós-estruturalista, interessado sobretudo pelo nível discursivo, aproximo-me mais das tendências que se denominam de modo plural, como são exemplos a *Análise do Discurso* e a *História das Ideias Linguísticas*, do que das análises linguísticas como praticadas na primeira metade do século XX. Em segundo lugar, uma vez que este estudo envolverá reflexões sobre modos de leitura, de forma que os estudos literários podem e devem ser inseridos nessas discussões, o termo *linguística* seria demasiado restritivo.

com o qual Foucault dialogava, mas não fazia parte da terminologia linguística propriamente dita. Foi assim que, enquanto orientanda de Iniciação Científica, não tive a delícia de descobrir um grande problema recôndito nos meados do livro, mas, ao contrário, o desconcerto de deparar-me com ele numa visibilidade direta³, em suas primeiras páginas.

Como a oposição entre *documento* e *monumento* não nos era inteiramente legível, uma forma de começar a refletir sobre esse par consistia em ensaiar analogias com outros mais familiares. Em um rápido exame, podemos constatar que o recurso regular a dicotomias na linguística do século XX, em relações do tipo *fala-língua*, *desempenho-competência*, dentre tantas outras, não raramente nos remete ao problema já conhecido da *forma* em oposição à *substância*, o qual, por sua vez, parece desdobrar o par opositivo parmenídico constituído por *aparência* e *essência*.

Nesse sentido, a *fala* seria a forma contingente que aponta para a existência da *língua*, compartilhada igualmente por toda a comunidade linguística; o *desempenho*, por seu turno, a forma imperfeita que aponta para a *competência* interna à mente do falante. Nos dois casos, privilegia-se aquilo que, constituindo materialidades, não se confunde com elas, dando-se de maneira indireta — *fala e desempenho* são noções para designar fenômenos empíricos, servindo à medida que delas se pode extrair, respectivamente, um *sistema linguístico* e uma *competência mental*. Tanto é assim que elementos mais ou menos fixos, nessas teorias, ganham materialidade de maneiras plurais: por exemplo, um único *fonema* pode materializar-se em diferentes *fonos*; a sentença planejada na mente do *falante ouvinte ideal* pode ser materializada de modo

³ Visibilidade como aquela com que se nos apresentam os *monumentos* nas cidades. Podemos passar diariamente por materialidades de dimensões escandalosas e somente *enxergá-las*, de modo que seria necessário mudá-las de lugar, modificá-las, para nelas algum transeunte tropeçar e lembrar: “isso existe e não é por acaso!”. Diante da mesma figura, ingênua, imóvel, que seus contrterrâneos contornam indiferentemente a todo tempo, estrangeiros se aproximam, fotografam, examinam: olham-na, interrogam-na. Não se deve subestimar que certa conversão do olhar é necessária ao *monumento*. Por isso, ao *vê-lo* tantas vezes, palavra grafada no papel, durante a Iniciação Científica, mesmo querendo *ver*, só conseguia *enxergar*: palavra preta no papel branco. O distanciamento necessário, um olhar estrangeiro, só seria possível se, de algum modo, eu me distanciasse para fitar o *monumento*. Para tanto, decidi aprofundar-me na filosofia da diferença de Michel Foucault, para além do recorte deste livro, como quem tenta descansar os olhos ampliando o próprio campo de visão. Sendo bastante otimista, depois disso, seria capaz de efetivamente ver o *monumento*, ainda que pelas minhas lentes — diferentes das de outros. Nessa dissertação, apresentarei o que pude ver, meu gesto de leitura.

ligeiramente distinto do “ideal”; contudo, o que é determinante para as teorias em que tais conceitos figuram é o que está *por trás*⁴.

Nossa tese é a de que o par *documento/monumento* também atualiza essa relação assimétrica entre dois termos na qual um é considerado apenas por remeter a outro; uma vez alcançado esse *por trás*, o imediato é logo dispensado. Assim, como mobilizada pela história tradicional, a relação *documento/monumento* ocorreria à medida que o valor do *monumento* se funda, pela elaboração do discurso histórico, na sua função de *documento*, na memória que ele seria capaz de ajudar a reconstituir ao servir como fonte para a escrita historiográfica. Nessa perspectiva, o *monumento* seria apenas meio para alcançar um fim, qual seja, uma “voz reduzida ao silêncio”, para usar os termos escolhidos por Foucault.

Entretanto, como se viu, sob a forma de uma constatação — a qual não se dá sem tomada de posição favorável —, o filósofo francês sublinha uma espécie de torção nos estudos históricos: da transformação de *monumento* em *documento*, passa-se à transformação de *documento* em *monumento* e, se antes a arqueologia emprestava seus objetos para o trabalho da história, seria, então, a vez de a história emprestar seus objetos para o tratamento da arqueologia. O alçar da última, que se ocupa de *monumentos*, a uma posição de destaque nos estudos históricos, como propõe Foucault, e a escolha de “arqueologia” como denominação de seu método nos levam a entender que a proposta desse filósofo é estudar a história por *monumentos*.

Acreditamos que o destaque dado à troca de posição entre *documento e monumento* — ao qual podemos chegar por meio de uma leitura no nível de decodificação — não prescinde do entendimento das condições de sua emergência entre as formulações iniciais de *A arqueologia*

⁴ Para encaminharmos tais aproximações de modo satisfatório, é necessário levar em conta o caráter flutuante dos conceitos e das terminologias nas ciências humanas, quando destacadas de suas condições particulares de produção. Citamos esses pares acreditando serem ilustrativos da reprodução do privilégio do anterior frente ao imediato, do *lógos* frente à *phoné*. Apesar de distintos, interessam-nos à medida que estamos lidando, no fim das contas, com desdobramentos da ideia de que uma coisa vale em lugar de, e sempre imperfeitamente, outra mais fundamental. A esse respeito, conferir as problematizações de Susan Sontag em *Contra a Interpretação* (2020 [1964]). Nesse texto, tratando da crítica da arte, a intelectual problematiza o privilégio milenar e principalmente moderno dado ao *conteúdo* em detrimento da *forma*, e isso ainda que o *conteúdo* não permaneça o mesmo: seja entendido como expressão do artista, seja entendido como “o real” — uma vez que é a partir da teoria mimética que se dá a relação entre forma e conteúdo —, este último é sempre privilegiado em nossa tradição grega-ocidental.

do saber e nem do delinear de suas implicações em termos metodológicos. Vimos que a atribuição de significados extrínsecos aos *monumentos* pelo discurso histórico é ironizada por Foucault. Pode haver, então, um questionamento a essa tentativa de fazer falar mais do que se diz, à superioridade de um *por trás* perseguida nesse modo “documental” de fazer história, à *interpretação*. Assim, se na análise documental é estabelecida uma relação entre forma e conteúdo na qual a superfície dos significantes é reduzida a um significado essencial a ser dela extraído, a análise arqueológica se organiza de outra maneira que cumpre especificar⁵.

Caso o *monumento* não se traduza numa forma que se desvaneca em oposição a um conteúdo ao qual remeteria, conforme cremos, o que lhe poderia ser *intrínseco*, já que, segundo Foucault, a arqueologia faz a descrição intrínseca do *monumento*? Vê-se que o estudo da noção de *monumento*, tal como propomos, traz a reboque a necessidade de uma reflexão sobre o projeto arqueológico nos termos da concepção de linguagem que o sustenta.

Dado nosso problema, procuramos, por meio desta pesquisa, oferecer uma resposta — claro, não a única — para o seguinte conjunto de questões: (i) quais as condições de possibilidade para o surgimento da noção de *monumento* nas teorizações de Foucault? (ii) como entender a ideia de discurso como *monumento* na arqueogenealogia? (iii) como compreender as contribuições dessa noção para os estudos da linguagem? Foram essas as perguntas que motivaram o percurso investigativo que relato a seguir.

1.1 OS INSTRUMENTOS TEÓRICO-ANALÍTICOS

A partir da imersão na pesquisa, notamos uma insistente recusa ao tema da continuidade histórica em *A arqueologia do saber*. Tal continuidade era compreendida pelo filósofo francês como solidária ao sujeito fundante, isto é, vista a um só tempo como efeito e pressuposto de um sujeito doador de sentido, constituindo-se em uma noção projetada e ficcional. A proposta do professor era, pois, eliminar o imperativo da continuidade da sua narrativa histórica a fim de entender as condições de existência dos discursos de maneira mais precisa — no seu caso, a existência de certas ciências “do homem”, objeto da visada arqueológica.

⁵ Dado que a bibliografia de Foucault, incluindo seus cursos e suas entrevistas, é demasiado extensa para uma pesquisa em nível de mestrado, não contemplaremos toda a sua obra, mas realizaremos um recorte das ocorrências mais relevantes da noção que nos interessa, tendo em vista critérios específicos, a serem discriminados em nossa seção dedicada à série propriamente dita.

Em vista disso, começamos a questionar em que medida a perspectiva teórica e metodológica à qual então nos filiamos na pesquisa de Iniciação Científica, qual seja, a Historiografia da Linguística, não seria conflituosa com as problematizações foucaultianas. Essa possível incongruência que temíamos foi solidificando-se progressivamente, pois a ideia de *clima de opinião*⁶, perseguida pela Historiografia Linguística, parecia repetir a noção de *espírito de época*, expressamente rejeitada em *A arqueologia do saber* como um dos artifícios pelos quais se estabelece uma coerência, uma continuidade, uma homogeneização dos diferentes discursos de determinado período histórico. Mesmo que, na verdade, o *clima de opinião* mantenha sua distância do *espírito de época*, entendemos que bastaria a existência de uma perspectiva própria de análise histórica em Foucault, como de fato existe, para justificar a exclusão de outras metodologias na análise de seu próprio ideário. Em outras palavras, propomos que, para compreender, quanto mais integralmente fosse possível, a perspectiva foucaultiana, deveríamos tentar trabalhá-la por dentro, durante o próprio fazer da pesquisa, a exemplo do proceder da perspectiva investigada neste trabalho⁷. Em vista disso, se, no mestrado, continuo estudando o pensamento de Michel Foucault, e, mais especificamente, a

⁶ Expressão de Koerner para tratar do que ele chamou de “princípio de contextualização” das teorias linguísticas: “O primeiro princípio para a apresentação das teorias linguísticas propostas em períodos mais antigos tem a ver com o estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral do período em questão. As ideias linguísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período em que surgiram. Na verdade, o que Goethe chamou de *Geist der Zeiten* sempre deixou as suas marcas no pensamento linguístico. Por vezes, a influência da situação socioeconômica, e mesmo política, deve igualmente ser tida em conta” (Koerner, 2014 [1995], p. 58). A partir dessa definição, podemos entender a produção de saberes concebida por Koerner como diferente daquela concebida por Foucault, uma vez que, para este, a própria categoria de “influência” — mobilizada por Koerner — é uma noção a ser rejeitada. Podemos suspender a tensão entre tais olhares ao enfatizar que, para além da terminologia conceitual escolhida pelas concepções teóricas — uma açambarcando a “influência” e outra rejeitando-a por seu papel homogeneizante —, importa como se faz efetivamente o estudo do objeto em análise. Vamos refletir, de maneira preliminar, acerca dessa problemática em nosso capítulo dedicado às “contribuições” do conceito em estudo, mas as congruências e incongruências entre os modos de fazer história orientando-se pela arqueogenealogia e pela Historiografia da Linguística podem ser pensadas de maneira mais aprofundada em trabalhos futuros.

⁷ Foucault situa o livro em que decompõe seu método arqueológico nos seguintes termos: “não descrevo uma trajetória efetiva para indicar o que ela deveria ter sido e o que será a partir de hoje; tento elucidar nela mesma — a fim de medi-la e estabelecer suas exigências — uma possibilidade de descrição que utilizei sem conhecer bem suas restrições e recursos; em vez de procurar o que eu disse, e o que teria podido dizer, esforço-me para mostrar, na regularidade que lhe é própria e que eu controlava mal, aquilo que tornava possível o que eu dizia” (Foucault, 2007 [1969], p. 129). Como se vê, o pesquisador forja seu método de forma não retilínea, admitindo que ele se delinea a partir das necessidades surgidas do contato entre o pesquisador, o objeto e a metodologia. Desse modo, a identificação, pelo arqueólogo, de sua metodologia, é feita nos termos de uma análise discursiva, de uma exposição daquilo que tornava possível o que ele próprio dizia, desmistificando a ideia de que o método antecede o objeto e nivelando seu próprio fazer ao seu objeto, o discurso.

noção de *monumento*, faço isso com base nos gestos metodológicos foucaultianos. Se tais gestos possuem uma ou outra afinidade com a Historiografia da Linguística, que foi um ponto de partida, não se pode presumir que tais teorias sejam plenamente compatíveis, e os gestos, redutíveis uns aos outros. Se for possível fazer a analogia selvagem entre um sistema de teorias e um sistema linguístico, assim como neste jamais há sinonímia perfeita entre dois elementos, jamais haverá compatibilidade plena entre dois conjuntos teóricos, ainda que as semelhanças possam ser muitas.

Desse ponto de vista, a solução para a provável incongruência metodológica com a qual nos deparamos seria lançar mão daquilo mesmo que o filósofo tomava como objeto de investigação, uma perspectiva de linguagem imbricada com a análise histórica descontínua, à qual nos deteremos no capítulo dedicado aos procedimentos de nossa pesquisa. Salientamos que esse termo, “procedimento”, é estrategicamente escolhido em detrimento de “metodologia” ou de “método”, porque, como veremos, falar de metodologia em um sentido estrito em Michel Foucault é uma alternativa capciosa.

Podemos adiantar que esse perigo quanto a um engessamento metodológico não é estranho ao já mencionado problema da continuidade. É a mesma perspectiva de ciência como discurso de verdade indissolúvel que pode crer na possibilidade de um método mais acertado ou superior a outros, empregando-o de modo resolutivo, obstinado, sem questionar a si próprio. Pelas lentes que tentamos assumir, há diferentes opções metodológicas a depender dos objetivos da pesquisa, e isso é assinalável nos próprios deslocamentos operados pelo filósofo que estamos a estudar. Por isso os métodos para a análise dos discursos e das práticas elaborados por Foucault não constituem um sistema fechado — e nem mesmo o deveriam. Propô-lo seria um profundo desdizer-se, uma vez que seus estudos nos revelam justamente como aquilo que é considerado verdadeiro — e, logo, metodologicamente acertado — é dependente do momento histórico em que surge.

Verifica-se, pois, que uma efetiva apropriação dos métodos de Foucault supõe, paradoxalmente, investir-se de alguma autonomia em relação ao que ele propunha. Para tornar mais nítida essa posição, lembremo-nos das seguintes palavras proferidas em um de seus cursos no Collège de France, a respeito da recepção de suas ideias pelos seus ouvintes:

considero-os inteiramente livres para fazer, com o que eu digo, o que quiserem. São pistas de pesquisa, ideias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem. No limite, isso me interessa, e isso não me

diz respeito. Isso não me diz respeito, na medida em que não tenho de estabelecer leis para a utilização que vocês lhes dão. E isso me interessa na medida em que, de uma maneira ou de outra, isso se relaciona, isso está ligado ao que eu faço (Foucault, 1999[1976], p. 4).

Sem acreditar que se trata de palavras demasiado locais, cuja validade estaria circunscrita às ideias expostas no curso em questão, entendemos esses dizeres como uma verdadeira tônica foucaultiana. Defendemos a tese de que é preciso livrar-se, em alguma medida, do que Foucault propõe, para mostrar que de algum modo o compreendemos. Isso porque ele mesmo não seguiu à risca nenhuma tradição epistemológica que o antecedeu, ao contrário, catalisou ferramentas e concepções de campos diversos para criar seu próprio método de análise discursiva, que não se confundia com nenhuma análise linguística que lhe era contemporânea, nem com a epistemologia, nem com a história das ideias, embora travasse relações com todas elas. Daí não haver contradição efetiva entre a afirmação de que o que se faz a partir das ideias de Foucault não diz respeito a ele ao mesmo tempo que o interessa. A partir dessa definição, mais do que reproduzir as conclusões a que o filósofo chegou a partir dos conjuntos enunciativos estudados, importa-nos compreender suas formas de investigar.

Assim, poder-se-ia ultrapassar os objetos dos quais o filósofo se ocupou e as asserções que apresentou sobre a sexualidade, o encarceramento, a hospitalização, a governabilidade, entre outros temas. Como o francês fez a partir de outros autores, aproveitando ideias para, a partir delas, criar algo novo, queremos recortar seus ditos e escritos para fazer algo modestamente novo, conforme o problema que nos aparece e os nossos objetivos a partir dele. Em nosso caso, trata-se de pensar o conceito de *monumento* como um problema linguístico, com o objetivo de entender as condições de seu aparecimento nos escritos de Foucault e suas contribuições para os estudos da linguagem, sobretudo em suas vertentes discursivas e historiográficas.

Cumpramos observar, todavia, que a inserção de construtos foucaultianos nos estudos da linguagem, em termos metodológicos, não é uma questão propriamente original. No Brasil, existem numerosos trabalhos que se utilizam de ferramentas conceituais elaboradas por Michel Foucault inscritos nos estudos da linguagem. O caráter profícuo de seu pensamento para nosso campo é comprovado, por exemplo, com a criação do Grupo de Trabalho Estudos Discursivos Foucaultianos, em 2018, inscrito na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística (ANPOLL).

Contudo, se aproveitarei alguns desses construtos em minha pesquisa, é menos no intuito de utilizá-los para analisar discursos outros, como vem sendo majoritariamente feito pelos grupos em questão, do que na intenção de enveredar-me nos enunciados de Michel Foucault. Com isso, esboço uma reflexão que se quer arqueogenealógica sobre a construção do método arqueológico — ao perseguir as condições de possibilidade daquilo que considero um conceito medular para tal metodologia. Mais precisamente, propomos realizar o que gostaria de denominar uma *arqueogenealogia do conceito de monumento*.

1.2 A APRESENTAÇÃO DESTE ITINERÁRIO

No próximo capítulo, apresentaremos os dois grandes “métodos” concebidos por Michel Foucault, a arqueologia e a genealogia. Com vistas a mostrar em que medida elas se relacionam, partiremos do estudo de textos de autoria do filósofo francês e de trabalhos exegéticos a seu respeito. Como veremos, uma distinção recorrente na literatura é a de que, embora os trabalhos arqueológicos mantenham algumas diferenças entre si, é a centralidade dada ao discurso e à sua relativa autonomia a principal marca do eixo arqueológico, ao passo que o eixo genealógico se caracteriza por destinar ênfase às práticas de poder como condições de possibilidade de determinados saberes.

Nessa apresentação dos métodos, vamos pôr em questão essas divisões que, por demasiado apego à didatização, correm o risco de furtar-se ao fato de os objetos dos quais Foucault se ocupou não serem absolutamente “puros”, mas inter-relacionados. Poderíamos dizer que, entre esses objetos habitualmente tratados como distintos, há constituição mútua — o que não se confunde com um espelhamento de práticas de poder nas práticas de saber ou vice-versa. Vamos propor que, de uma metodologia a outra, o que muda é, sobretudo, a ênfase delegada a cada uma dessas instâncias no estudo de seus modos de articulação, os quais sempre estiveram em jogo, mas em diferentes proporções.

O capítulo subsequente à exposição dos instrumentos metodológicos em suas disposições gerais é dedicado à apresentação de nossa análise. Em síntese, o capítulo em que tratamos dessa série enunciativa tem por objetivo fornecer algumas das “condições de emergência” do conceito ao qual nos voltamos. Realizaremos uma incursão nos escritos que se mostraram mais pertinentes após uma busca do termo *monumento*, com vistas a mapear suas ocorrências. Nos casos em que o termo se repetia, identificamos se havia e quais eram as regularidades nesses empregos. Compreendendo que a gênese de um conceito possui filiações

descontínuas — que não é propriedade de um autor, mas sim consolidado, no nível discursivo, por empréstimos, adaptações, transferências —, incluímos na série considerações sobre *monumento* elaboradas também por autores como Georges Canguilhem e Martial Guérout sem ver contradição nessa escolha, já que as séries são abertas.

Antecipando-me à crítica de que este seria um estudo de ocorrências, análogo ao da linguística de *corpus* — com o devido respeito aos estudos feitos pelos cientistas da área —, nossa análise se localiza em um nível diferente. Sem supor um paralelismo entre forma e sentido, admito e acolho a tese de que é bem possível referir-se a um mesmo sentido a partir de nomes diferentes, assim como é possível que um mesmo nome sustente ideias muito diferentes. Dito de outro modo, propostas de leitura não podem ser consideradas monumentais em um sentido foucaultiano somente por apresentarem o termo⁸ — no âmbito discursivo, é inclusive possível que sejam justamente seu oposto —, mas esta foi a maneira escolhida para montarmos a nossa série enunciativa contemplando um número limitado de enunciados mais ou menos contemporâneos entre si.

Destaco ainda que, dada a natureza de uma dissertação, o foco será mais acentuado em enunciados propriamente atribuídos a Foucault e que é pela proximidade estabelecida com as formulações teóricas do professor do Collège de France que evocamos outros pensadores situados em suas vizinhanças teóricas. Essa restrição é necessária, como já assinalamos, porque, tomando por objeto o conceito de *monumento*, poderíamos seguir um fio que nos conduziria, por exemplo, a um sem-número de textos de historiadores, multiplicando os nós na rede de usos do termo e perdendo de vista a necessidade de encerrar um conjunto analisável nos limites impostos por uma dissertação. A partir das condições de emergência do conceito, poderemos traçar algumas regularidades entre seus usos e abstrair suas características principais de um ponto de vista teórico.

Após abordarmos, dessa maneira, o *monumento* em Michel Foucault, realizaremos uma análise de trabalhos contemporâneos, situados nos estudos da linguagem e que, por suas filiações teóricas, possuem em comum com a arqueogenealogia foucaultiana a preocupação com a dimensão histórica de produções linguísticas. Tratar-se-á, portanto, de uma reflexão

⁸ A “história monumental”, tal como Nietzsche conceitua, por exemplo, “se dava como tarefa restituir os grandes cumes do devir, mantê-los em presença perpétua, reencontrar as obras, as ações, as criações segundo o monograma de sua essência íntima” (Foucault, 2010 [1971], p. 34), consistindo em algo completamente diferente do que propõe Foucault com o seu uso de *monumento*.

sobre as maneiras pelas quais o conceito em relevo pode nos ajudar a realizar investigações históricas e discursivas “monumentais” (neste sentido foucaultiano) com base em gestos presentes nos trabalhos selecionados para esta parte da nossa investigação bibliográfica.

2 ARQUEOLOGIA E GENEALOGIA COMO PROCEDIMENTOS

Eu não escrevo para um público, escrevo para usuários, não para leitores.

Michel Foucault

A epígrafe que inicia este capítulo destaca um aspecto bastante desafiador para quem se embrenha no estudo do proceder de Michel Foucault. Ao afirmar que não se dirige a leitores, mas sim a usuários, o filósofo destaca o potencial analítico de suas ferramentas conceituais em detrimento de sua compreensão como parte de uma teorização abstrata. Entretanto, tais ferramentas têm seu grau de complexidade, já que não nascem do vácuo, mas são forjadas a partir de determinadas concepções de sujeito, de história e de linguagem, as quais devem ser apreendidas para tal utilização.

Foucault se ocupou de diferentes temas durante sua trajetória, comumente dividida em três eixos, o da arqueologia, o da genealogia e o da ética, ou ainda, seguindo a terminologia de Miguel Morey (2014), os eixos do *ser-saber*, do *ser-poder* e do *ser-consigo*. Neste trabalho, vamos nos dedicar aos dois primeiros eixos, já que são os princípios neles produzidos aqueles que mais nos interessam, sobretudo porque propomos a investigação de um conceito em um conjunto de enunciados teóricos. Conforme adiantamos, entendemos que esses dois métodos não consistem em rupturas completas, mas resultam de mudanças de ênfase tendo em vista que os objetos exigiram adequações nos procedimentos.

Se é possível compreender unidade na fase arqueológica, esta parece repousar no tratamento dos saberes em sua sistematicidade discursiva, centralizando os regimes de verdade historicamente constituintes das ciências humanas. Mas também por esse objeto ter relações com instituições e, irremediavelmente, com o poder nas análises discursivas das condições de possibilidade dessas ciências, Foucault não exclui o papel das instituições e das práticas não discursivas, de modo que a ideia de uma autonomia do discurso⁹ deve ser relativizada. Nesse eixo, o filósofo articula práticas discursivas e não discursivas privilegiando as primeiras, cujas relações internas aparecem de forma mais detalhada em suas análises. Mas, como veremos, o próprio discurso, concebido sob a sigla de *formação discursiva* em *A arqueologia do saber*,

⁹ Descontextualizada, tal expressão pode dar a entender que Foucault separa a linguagem e o mundo, o que, como será possível conferir, não se dá.

invoca a consideração das relações que os enunciados travam com o não discursivo, ainda que este apareça, na descrição do método, de forma mitigada e pouco precisa.

Já na “fase” genealógica, são as análises das relações de poder priorizadas frente à sistematicidade interna das práticas discursivas, de modo que as primeiras são entendidas como condições de possibilidade das últimas. Dessa forma, jamais são perdidos de vista os discursos das ciências humanas, considerados, neste segundo grande momento, principalmente como resultantes e mantenedores de práticas disciplinares que governam os corpos e as populações. Do mesmo modo, se a instância do poder aparece de modo mais explícito nos escritos genealógicos, isso não significa que este não tenha sido considerado também em livros arqueológicos, como veremos adiante.

Tais eixos, arqueológico e genealógico, caracterizam-se ainda por contemplarem as formas através das quais os indivíduos são tornados sujeitos por práticas discursivas e não discursivas que o tomam como objeto, guardado o interesse de Foucault em analisar o papel dos saberes e poderes em experiências políticas e sociais¹⁰. Nos materiais históricos por ele analisados, essas objetivações são produzidas, de modo geral, por pontos de vista que rejeitam e que se consideram exteriores em relação aos sujeitos da loucura, da criminalidade, da doença. Por essas partilhas, arqueologia e genealogia distinguem-se do eixo da ética, o qual, elegendo como domínio privilegiado a noção de sexualidade para o estudo do *ser-consigo*, exige deslocamentos metodológicos.

Conforme explica Foucault, a esfera da sexualidade é distinta daquelas consideradas anteriormente por não escapar de uma certa ambiguidade: em vez de invariavelmente rejeitada — como de modo geral são a doença, a criminalidade, a loucura —, é “objeto de um jogo sempre complexo de recusa e aceitação, de valorização e de desvalorização” (Foucault, 2019

¹⁰ Para Foucault, não há uma essência anterior que regeria os sujeitos, e suas discussões não giram em torno de experiências originárias. Seus interesses parecem assentar-se, antes, sobre os modos como esses sujeitos são constituídos pelas práticas discursivas e não discursivas das quais participam e nas quais são mirados por olhares de terceira pessoa. Conforme sintetiza Judith Revel (2005), “os ‘modos de subjetivação’ ou ‘processos de subjetivação’ do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos — o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência”(Revel, 2005, p. 82).

[1981], p. 14). Tendo em conta esse teor oscilatório e pela particularidade de o discurso verdadeiro sobre o desejo fazer-se “em torno de um discurso de confissão sobre uma parte de nós mesmos” (Foucault, 2019 [1981], p. 15), o estudo da sexualidade exigiu diferenças no recorte temporal e no teor dos textos analisados.

A sexualidade seria, pois, um domínio privilegiado — não o único — para o estudo da relação que o sujeito estabelece consigo mesmo, mas sem implicar a desconsideração de todo um conjunto de saberes e de normatividade de poderes (Foucault, 1986 [1984], p. 10). Nesse sentido, o estudo da ética, muito antes de um abandono de ferramentas anteriores, individualiza-se como uma reorientação criada a partir dos desenvolvimentos próprios das pesquisas interessadas pela “história política das veridicções” (Foucault, 2019 [1980], p. 14).

Em certa medida, este capítulo será um estudo metodológico, se entendemos o termo como um *estudo dos métodos*, mais do que de teorias. Motivado por problemas como a constituição discursiva, social e institucional dos indivíduos loucos, criminosos, pervertidos, Foucault é conduzido por seus próprios temas de interesse. Por isso, embora assinalemos uma efervescência de conceitos associados à sua rubrica, eles são operatórios, surgem a partir da compreensão dos fenômenos em seu funcionamento concreto, mais do que a partir de especulações teóricas desassociadas dos objetos. Em razão disso, se é verdade que Foucault é mais “ativista” do que teórico, o termo *método* não pode ser compreendido em um sentido rígido, cartesiano, enquanto um conjunto de passos para alcançar uma verdade absoluta, essencial. Como assevera Canguilhem, importante mentor de Michel Foucault, deparamo-nos “com um explorador, não com um missionário da cultura moderna” (Canguilhem, 2012 [1967], p. 13).

Em *A arqueologia do saber*, por exemplo, os gestos de análise e as instâncias para as quais Foucault chama a atenção apresentam-se em grande quantidade e de modo intimamente relacionado às suas análises já realizadas, resultantes de leituras vigorosas, haja vista a precisão das articulações descritas em seus livros. Todos esses aspectos indicam-nos que os métodos estabelecidos pelo filósofo francês parecem ser mais modos de olhar para o discurso do que passos a serem empregados à risca e por todos de igual maneira. Ora, as teorias mais interessadas em constituir-se como ciências “duras” costumam prezar por uma economia de operações, isto é, por um número relativamente pequeno de atitudes ou de passos a serem seguidos sem margem para imprecisões. Desta feita, pelos numerosos conceitos e pelas

diferenciações um pouco incertas de si próprias, pela ênfase no caráter provisório do conjunto, o autor que centralizamos parece ir na direção oposta àquela seguida pelas teorias positivistas.¹¹

Se considerarmos os textos atribuídos ao eixo genealógico, veremos surgir ainda muitos outros conceitos. A despeito da objeção segundo a qual muitos deles são lidos como heranças de outros filósofos, como *genealogia*, de Nietzsche, como *descontinuidade*, da epistemologia histórica, tais apropriações sempre adicionam um aspecto de novidade a eles, característica que é quase necessária; afinal, seus objetos também são diferentes daqueles dos quais se ocuparam outros autores, ainda que certas concepções sobre a relação entre o homem e sua história sejam afins.

Assim como o pensamento sobre o qual nos debruçamos, se bem entendido, não se deixa cristalizar — visto que comporta consideráveis deslocamentos internos —, também, e por conta disso, as leituras da trajetória filosófica foucaultiana não poderiam se reduzir a consensos. Isso pode ser entendido tanto como efeito das áreas de interesse dos comentadores como da própria imposição de um pensamento que de modo algum exigiu leituras únicas a seu respeito. Dito isso, a seguir, vamos nos concentrar na arqueologia e, em seguida, na genealogia, sabendo dos inevitáveis reducionismos que essa escolha acarreta, ao mesmo tempo afirmando sua pertinência à medida que sempre partimos de trabalhos de outrem na fundação dos nossos. Para tanto, faremos menção aos estudos de Alfredo Veiga-Neto (2007), Miguel Morey (2014), Roberto Machado (1982), Hubert Dreyfus e Paul Rabinow (1995), Gilles Deleuze (2013 [1986]) e, claro, do próprio Michel Foucault em *História da loucura* (2002 [1961]); *O nascimento da clínica* (1977 [1963]); *As palavras e as coisas* (1999 [1966]); *A arqueologia do saber* (2007 [1969]); *A ordem do discurso* (1996 [1970]); *Nietzsche, a genealogia, a história* (2010 [1971]); *Verdade e poder* (2010 [1977]); *História da sexualidade I* 1997 [1977] e *Em defesa da sociedade* (1999 [1976]). Ao mobilizarmos tais leituras, tentaremos apresentar as regularidades nessa dispersão de comentários sobre o método foucaultiano, mas também evidenciar algumas particularidades desses trabalhos, posicionando-nos frente a elas.

2.1 A ARQUEOLOGIA DO SABER

Com vistas a apresentar a arqueologia, poderíamos partir de diferentes ângulos. Uma primeira opção seria listar aproximações e distanciamentos que ela toma com relação àquelas

¹¹ Com o termo “positivista”, refiro-me às produções teóricas que entendem seus métodos científicos como absolutamente objetivos, logo, que seus resultados são inequivocamente verdadeiros.

análises realizadas pela história propriamente dita; alternativamente, poderíamos discutir heranças e incompatibilidades que esse método apresenta em relação à epistemologia francesa e à história das ciências¹²; poderíamos, por outra via, considerá-la em sua oposição ao estruturalismo e à hermenêutica de seu tempo¹³; poderíamos enfatizar, ainda, a dimensão linguística de seu objeto e contrapô-la a outras análises da linguagem, como a linguística estrutural e as filosofias da linguagem analítica e ordinária, em cena nos estudos da linguagem durante o século XX. Optamos, entretanto, nesse momento, por determo-nos em alguns pontos principais de *A arqueologia do saber*, fazendo menção a outros textos da fase arqueológica foucaultiana de modo mais pontual, uma vez que alguns deles são retomados naquele pelo próprio filósofo.

Essa escolha é duplamente justificada: em primeiro lugar, se objetivamos extrair um método arqueológico a partir daqueles textos constituintes desse eixo, o livro de 1969 é o mais pertinente, já que toma o próprio método como tema de discussão. Em segundo lugar, se poderíamos estabelecer, como dissemos acima, relações travadas pela arqueologia com outros campos do saber, o texto escolhido responde satisfatoriamente a essa necessidade, já que Foucault o organiza a partir de oposições a algumas escolas da linguística, com a filosofia da linguagem, com a história das ideias e com alguns temas clássicos da filosofia. Mas, antes de abordarmos *A arqueologia do saber*, situaremos brevemente os temas dos livros anteriores, posto que a leitura — e, conseqüentemente, a apresentação — do livro de 1969 é facilitada quando considerada em relação aos trabalhos precedentes. A esse fato certamente se deve parte considerável das dificuldades impostas a quem dá seus primeiros passos nesse pensamento. Contrariamente ao que estamos habituados, isto é, com a apresentação dos métodos de pesquisa antes das análises, no caso do projeto arqueológico de Foucault, primeiro se apresentam teses e dados encontrados em longos volumes e somente depois o método que as ensinou é sistematizado. É essa a relação entre *A arqueologia do saber* e os três livros que a precedem,

¹² Ao leitor que deseja uma leitura introdutória do pensamento foucaultiano por essa via, recomenda-se a leitura do texto de Roberto Machado (1982), que apresenta a trajetória da arqueologia contrastando os modos pelos quais são tratados o *conceito*, a *descontinuidade* e a *recorrência* — basilares na epistemologia de Georges Canguilhem — nessa alternativa de análise histórica das ciências humanas fundada por Michel Foucault.

¹³ Quanto a esse contraste considerando as principais correntes filosóficas na França dos meados do século XX, conferir Dreyfus e Rabinow (1995).

publicados entre 1961 e 1966: *História da loucura, O nascimento da clínica e As palavras e as coisas*.

O primeiro trabalho deste eixo é a arqueologia da percepção do louco e do conhecimento da loucura, na *História da loucura* (2002 [1961]), sua tese de doutoramento. Partindo da coexistência de discursos divergentes sobre a loucura — ora sabedoria esotérica nas artes figurativas, ora desmesura e imoralidade nos textos filosófico-científicos, com dominância da segunda visão sobre a primeira —, Foucault narra, a partir do fim do Renascimento, os meios discursivos e não discursivos pelos quais a razão se torna cada vez mais dominante sobre a loucura. Esse estudo, como os outros dois subsequentes, dá especial ênfase à idade clássica, periodização que compreende do século XVII ao fim do século XVIII. Narra-se, no livro, desde as formas de desindividualização do louco, que convergiam ao tornarem a desrazão como o índice conceitualmente impreciso, mas perceptualmente imediato da loucura, até a ruptura que mudou o estatuto desta para alienação, quando se passou a considerar que sua causa é o afastamento do homem de sua natureza em função do mundo social. Em meio a crises econômicas e ao entendimento de que o louco era incapaz de adaptar-se aos imperativos do trabalho, essa figura passa a ser internada isoladamente e, dispondo-se ao olhar do guardião, torna-se objeto descritível, medicalizado e julgado. Ele passa a ser, então, concebido como doente mental, noção que, embora contemporaneamente comum, era inconcebível antes do século XVIII.

Nesse texto já se encontram algumas particularidades que ajudam a desmistificar a crença numa homogeneidade interna às “fases” foucaultianas. Se a arqueologia é comumente reduzida aos estudos discursivos, como assinalado anteriormente, em *História da loucura*, a análise é fortemente pautada pelos impactos do internamento e das práticas não discursivas na emergência do saber que conceberá a loucura como doença mental — diferentemente do que ocorre em *As palavras e as coisas*, por exemplo, livro no qual práticas discursivas, especialmente nos domínios teóricos, sobressaem-se na análise¹⁴. Isso aproxima o estudo

¹⁴ *História da loucura* não é uma história da psiquiatria, mas uma história das diferentes consciências que a cultura ocidental possui da loucura e suas formas de articulação em diferentes estratos históricos. Foucault mostra como a *consciência crítica* da loucura — que a tratava como falha — toma força contemporaneamente à expansão do internamento e da hospitalização na Europa da idade clássica, os quais, por sua vez, manifestavam uma *consciência prática* da loucura, avizinhandose dos rituais de exclusão e julgando-a como falta moral, escolha do louco, diferença em relação à sociedade. Na segunda parte de seu livro, o filósofo descreve outras duas consciências, uma *enunciativa*, percepção imediata do louco como diferença, isto é, um *reconhecimento* impreciso do louco; e uma *analítica*, que diz respeito ao *conhecimento* científico da loucura, no âmbito do qual ela “procura adquirir uma natureza e

descrito em *História da loucura*, como ensinam Miguel Morey (2014) e Roberto Machado (1982), das análises genealógicas, cujas características principais abordaremos adiante.

Dois anos após lançar o livro sobre loucura e desrazão, o filósofo publica uma arqueologia do olhar médico, com *O nascimento da clínica* (1977 [1963]). Nesse volume, permeado de descrições acerca das questões políticas e sociais que atravessavam a prática e o estatuto da medicina em diferentes épocas, objetiva-se descrever a ruptura que instaura a medicina moderna. Do ponto de vista da própria medicina, a clínica moderna se definiria pelo abandono do estudo teórico com vistas a uma ciência empírica, leitura que é valorativa, partindo da ideia de um progresso. Sem instituir um juízo valorativo em relação a essa ruptura, a tese de Foucault é que a ruptura se dá, antes, graças a uma nova relação entre a linguagem e o olhar. Assim, ele nos explica como, na medicina clássica, a doença era compreendida como uma essência indiferente ao corpo a que acomete. Para chegar a ela, eram descritos os sintomas, elaborados quadros taxonômicos, de modo que, antes de tratá-la, era necessário deixá-la aflorar em sua natureza essencial, mascarada pelo corpo doente. Nesse sentido, havia privilégio da linguagem em relação ao olhar, pois, no que concerne à doença, enunciava-se mais do que se via efetivamente. Na clínica que a sucede, passa-se a compreender o sintoma como a própria doença, como um fenômeno visível, de modo que a doença é entendida como “um conjunto de sintomas capazes de serem percebidos pelo olhar” (Machado, 1982, p. 104). Materializa-se, nessa concepção, aquilo a que mais tarde Deleuze se referiria como um “sonho epistemológico” que “coloca uma identidade de estrutura entre ‘o visível e o enunciável’” (Deleuze, 2013 [1986], p. 70)¹⁵. Dessa forma, o que é visto é imediatamente descrito, como num espelhamento, num

um modo de presença positiva no mundo” (Foucault, 2002 [1961], p. 172). Nesse caso, tratava-se de um desafio a ser transposto, tendo em mente que a loucura era marcada pela desrazão, de modo negativo. Catalogando sintomas, na busca por sua presença positiva, a consciência analítica não obteve a essência da loucura, mas o intransponível remetimento a categorias morais; por outro lado, na percepção que se tinha do louco, não havia uma pura loucura, mas seria característico do delírio uma racionalidade diluída na imaginação. Assim é que se pode defender a tese segundo a qual o século XVIII “percebe o louco, mas deduz a loucura. E no louco o que ele percebe não é a loucura, mas a inextricável presença da razão e da não razão. E aquilo a partir do que ele reconstrói a loucura não é a múltipla experiência dos loucos, é o domínio lógico e natural da doença, um campo de racionalidade” (Foucault, 2002 [1961], p. 187).

¹⁵ Um ponto que provoca inquietação é a polimorfia com que a linguagem aparece nos trabalhos de Foucault. Deleuze (2013 [1986]) opta por falar em “visível” e “enunciável” como dimensões constituintes dos estudos de Foucault, as quais sempre lhe interessaram por sua irredutibilidade uma à outra, bem como pelo primado da segunda sobre a primeira. Entretanto, por sua vagueza, essa divisão, ao longo do texto exegético, parece amalgamar em duas massas indiferenciáveis — uma dos visíveis e outra dos enunciáveis — as diferentes formas e níveis nos quais o enunciável e o visível se relacionam em cada trabalho específico de Foucault. Por exemplo, enquanto no primeiro livro práticas não discursivas — que entendemos como o visível — diziam respeito sobretudo às formas de percepção do

equilíbrio entre linguagem e olhar. Mas, com Bichat, quando a doença passa a localizar-se nos tecidos, o que se torna importante são essas materialidades, e não tanto os sintomas. Na anatomoclínica, portanto, há privilégio do olhar em relação à linguagem: o visível torna o conhecimento empírico — vê-se mais do que se pode enunciar. Nesse texto ainda não existe, como afirma Roberto Machado (1982), uma distinção clara entre ciência e saber — o que virá a aparecer de modo mais claro apenas em *A arqueologia do saber*. Para a arqueologia definir-se como diferente da história das ciências e da epistemologia, Foucault opera através da articulação entre linguagem e olhar, em sentido análogo ao que acontecia no primeiro livro, no qual eram articulados conhecimentos teóricos e percepções imediatas da loucura.

Somente em um terceiro e mais polêmico momento, Foucault se desafia a realizar, nomeadamente, uma arqueologia do saber e, mais especificamente, dos saberes das ciências humanas, em *As palavras e as coisas* (1999 [1966]). Se, nos livros anteriores, o filósofo toma como objetos a *percepção* e o *olhar*¹⁶, ao lado, respectivamente, do conhecimento teórico sobre a loucura e do conhecimento teórico da medicina, evocando acontecimentos históricos e conjunturas políticas em suas pesquisas, no terceiro livro do eixo arqueológico delineia-se uma arqueologia profundamente voltada para o domínio discursivo, de um ponto de vista predominantemente teórico.

louco e aos regimes de enclausuramento, no segundo, por mais que haja menção a acontecimentos de ordem não enunciável — e, portanto, a um visível análogo àquele considerado em *História da loucura* —, a relação entre o visível e o enunciável que mais importa à análise é muito restrita à relação imediata entre o enunciado médico e o corpo doente, ao espaço entre o olho e o corpo, à representação de que a linguagem é ou não capaz. Em *As palavras e as coisas*, por seu turno, a relação entre visível e enunciável é considerada a partir do papel desempenhado pela linguagem nas diferentes epistemes. Ora de prosa do mundo, espessa como uma “coisa” a ser atravessada pela interpretação guiada pela similitude; ora de rede transparente para estabelecimento da ordem, cujo papel era fundamental ao saber, mas, ao mesmo tempo, invisível pela própria natureza da representação; ora de ser múltiplo e disperso, quando perde sua transparência, dinamitando-se o Discurso e apresentando-se um objeto para a filologia, por ter uma história; para a literatura, por valer por si mesma; para a lógica, por manifestar formas universais; para a hermenêutica, por ser objeto a ser fraturado em busca de uma interpretação oculta. Compreendemos, nesse livro, como o interesse pela linguagem, e não mais pelo homem, nos anos de ascensão do paradigma estruturalista, consubstancia uma tentativa de entender a linguagem que, tendo perdido sua unidade de discurso representativo na passagem da episteme clássica à moderna, condicionou o aparecimento do homem como sujeito e objeto de saber. Assim é que o estruturalismo seria a “consciência desperta e inquieta do saber moderno”. Nesse terceiro caso, trata-se de um estudo conceitual sobre o papel da linguagem, no qual o visível não dirá respeito — como em *História da loucura* — às práticas não discursivas de poder, já que consiste em um estudo centrado na sistematicidade epistemológica estabelecida, como no título, entre as palavras e as coisas.

¹⁶Termos utilizados por Roberto Machado para caracterizar os diferentes estágios arqueológicos em *História da loucura* e em *O nascimento da clínica*.

O que tornou *As palavras e as coisas* uma publicação de alto impacto pode ter sido não apenas o fôlego exigido pela erudição sob a qual se alicerçam as suas argumentações, mas também e, sobretudo, a afirmação de que o homem é uma “invenção recente”, destinada a se desvanecer “como, na orla do mar, um rosto de areia” (Foucault, 1999 [1966], p. 536). Longe de prenciar um capítulo apocalíptico na história da humanidade, com essa ideia Foucault remonta, na verdade, ao surgimento e ao fim do homem como, a um só tempo, objeto e condição de possibilidade do saber. Seus estudos indicam que o homem só apareceu nessa posição ambivalente em função da ruptura arqueológica que separa a idade clássica da modernidade, marcada pelo declínio da representação como princípio organizador do saber:

a vocação profunda da linguagem clássica foi sempre a de constituir “quadro”: quer fosse como discurso natural, recolhimento da verdade, descrição das coisas, corpus e conhecimentos exatos, ou dicionário enciclopédico. (...) na idade clássica, o discurso é essa necessidade translúcida através da qual passam a representação e os seres — quando os seres são representados ao olhar do espírito, quando a representação torna visíveis os seres em sua verdade (Foucault, 1999 [1966], p. 428).

No entanto, o surgimento do conceito de trabalho como constituinte da produção e, portanto, necessário ao estabelecimento dos valores; a organização do ser em função da vida, e não mais da descrição visível de suas partes; e a descoberta da historicidade das línguas, de forma que a linguagem deixa de ser transparente, são acontecimentos que indicam uma ruptura epistemológica, à medida que objetos antes inteligíveis a partir da representação ganham uma profundidade própria. Essa ruptura arqueológica é assinalável à medida que a análise das riquezas dá lugar à economia; a gramática geral dá lugar à filologia e a história natural dá lugar à biologia. Na nova forma de positividade desses domínios do saber, o homem aparece a um só tempo como dominante e dominado. Dominado, porque o seu trabalho, seu corpo e sua linguagem o antecedem; dominante, porque esses objetos não podem existir sem a sua finitude como base.

Instaurada na modernidade, surge, então, uma analítica da finitude, “em que o ser do homem poderá fundar em sua positividade todas as formas que lhe indicam não ser infinito” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. 33). Esse aparecimento do homem, entretanto, estaria com os dias contados, dado que, a cada vez mais, não interessaria o homem, propriamente, mas a linguagem que outrora perdera sua unidade de discurso de representação. Pensando-se que ainda havia certo frescor nos estudos orientados pelo existencialismo fenomenológico, a ideia de morte do homem lança para fora das novas exigências epistêmicas do século XX os estudos que o

centralizavam, ao mesmo tempo que posiciona o estruturalismo em ciências humanas como “consciência desperta e inquieta do saber moderno”.

Para chegar a essa tese, um caminho complexo foi explorado. No prefácio, o filósofo apresenta uma inusitada lista de animais¹⁷, em que, a despeito de cada item listado ser insólito por si, o estranhamento não se dá tanto por uma suposta dificuldade em compreendê-los em si mesmos, mas pela falta do “espaço vazio, em todo o branco intersticial que separa os seres uns dos outros” (Foucault, 1999 [1966], p. X). Em outras palavras, faltava a nós, leitores, entender o critério, o princípio organizador, o fundo de semelhança necessário entre os itens listados para que se justificasse seu pertencimento a uma mesma lista. A partir desse exemplo desconcertante, que nos faz pensar nas muitas outras lógicas possíveis além daquelas com as quais estamos habituados, Foucault prepara terreno para nos introduzir à noção de *episteme* como aquilo que, num dado momento, em dada cultura, define “as condições de possibilidade de todo saber” (Foucault, 1999 [1966], p. 230), a “experiência nua da ordem”. Essa noção é fundamental para a defesa de suas teses nesse livro.

Com vistas a encontrar esse “solo comum” a saberes de determinado estrato histórico, as epistemes ocidentais, Foucault seleciona como domínio privilegiado: a constelação discursiva formada pela história natural, pela gramática geral e pela história das riquezas no século XVII e aquela formada pela biologia, pela filologia e a pela economia no final do século XVIII, para mostrar como, em cada um desses períodos, o saber se organizou de forma singular. Nesse sentido, é o exato limiar que torna a biologia irreduzível à história natural; a filologia, à gramática geral; a história das riquezas, à economia que o interessa:

Pretende-se fazer histórias da biologia no século XVIII; mas não se tem em conta que a biologia não existia e que a repartição do saber que nos é familiar há mais de 150 anos não pode valer para um período anterior. E que, se a biologia era desconhecida, o era por uma razão bem simples: é que a própria vida [como conceito do saber] não existia (Foucault, 1999 [1966], p. 174-175).

¹⁷ O filósofo menciona, a partir de Jorge Luis Borges, “‘uma certa enciclopédia chinesa’ onde será escrito que ‘os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas’” (Foucault, 1999 [1966], p. IX). A respeito desse prefácio, recomendamos a leitura de Cruvinel (2004), intitulado *Uma teoria do discurso num certo prefácio*, que resgata dados interessantes acerca de referências borgianas nos escritos de Foucault.

Nesse fragmento, vê-se como a inserção de um conceito produz mudanças substanciais no modo de organização de um campo do saber. Descrevendo o “branco intersticial” que organizaria o saber no Renascimento, na idade clássica e na modernidade, Foucault reúne dados para defender a tese segundo a qual o saber se organizava, respectivamente: a partir da semelhança, da representação e da possibilidade de o homem poder representar a si mesmo. É principalmente essa noção de episteme a responsável por uma leitura que atribui a Foucault o epíteto de “estruturalista” nos anos sessenta. Veja-se, uma vez mais, a definição dada por ele à noção em *As palavras e as coisas*: “[n]uma cultura e num dado momento, nunca há mais que uma episteme, que define as condições de possibilidade de todo saber. Tanto aquele que se manifesta numa teoria quanto aquele que é silenciosamente investido numa prática” (Foucault, 1999 [1966], p. 230). Nesses termos, tem-se a impressão de haver, para cada época, um alto grau de determinismo e homogeneidade no pensamento.

Para François Dosse (2018 [1991]), a episteme é um conceito que materializa o estruturalismo em Foucault à medida que tende, bem como outras noções do período, a “atingir um nível de realidade que não é imediatamente visível” (Dosse, 2018 [1991], p. 17). Nas palavras do próprio Foucault, no livro seguinte, de 1969, “a ausência de balizamento metodológico pôde dar a impressão de que se tratava de análises em termos de totalidade cultural.¹⁸” (Foucault, 2007 [1969], p. 18-19). Contudo, como essa passagem indica, se foi a ausência de balizamento metodológico a causa para as leituras errôneas da arqueologia, tal lacuna poderia ser compensada com *A arqueologia do saber*. Nesse ensejo, Foucault reformula a noção em uma extensa diferenciação estabelecida entre aquilo que se entendeu da episteme e aquilo que o arqueólogo realmente gostaria de dizer com o termo. Dessa distinção, extraímos o que segue:

A episteme não é uma forma de conhecimento, ou um tipo de racionalidade que, atravessando as ciências mais diversas, manifestaria a unidade soberana de um sujeito, de um espírito ou de uma época; é o conjunto das relações que podem ser descobertas, para uma época dada, entre as ciências, quando estas são analisadas no nível das regularidades discursivas. A descrição da episteme apresenta, portanto, diversos caracteres essenciais: abre um campo inesgotável e não pode nunca ser fechada; não tem por finalidade reconstituir o sistema de postulados a que obedecem todos os conhecimentos de uma

¹⁸E ainda complementa: “Entristece-me o fato de que eu não tenha sido capaz de evitar esses perigos” (Foucault, 2007 [1969], p. 19). Roberto Machado (1982) argumenta não crer em uma má interpretação de Foucault citando Canguilhem, que também teria lido a episteme como uma totalidade.

época, mas sim percorrer um campo indefinido de relações (Foucault, 2007 [1969], p. 214).

Vê-se, portanto, que a noção não se apresenta com o mesmo teor em todos os trabalhos foucaultianos. Dando margens a ser interpretada como uma figura hermética em *As palavras e as coisas*, na definição apresentada em *A arqueologia do saber*, passa a ser entendida como uma figura que “nunca pode ser fechada”¹⁹. Desse modo, se admitimos que há certo estruturalismo em Foucault, tratar-se-ia de um estruturalismo mitigado, ou reformulado logo depois de sua expressão máxima. Isso é notável no livro em que nos debruçaremos mais detidamente: se o estruturalismo buscava sistemas culturais e linguísticos, Foucault admite interessar-se por *sistemas de dispersão*.

Para resumir, podemos compreender, em linhas gerais, o que foi feito na arqueologia da percepção, do olhar e do saber com base no prefácio do livro que acabamos de situar em linhas gerais. Em uma extremidade, Foucault aborda a história do *Outro*, daquele marcado pela não razão, tanto em sua forma conceitual — loucura —, como em sua forma humana — louco. Tal é o trabalho da *História da loucura*. Na outra extremidade, há a história do *Mesmo*, da ordem comum através da qual o pensamento organiza, em várias ciências humanas, suas categorias e classificações em termos de saberes empíricos numa mesma época — tal é o objetivo de *As palavras e as coisas*. No âmago dessa parábola, tem-se o saber sobre a doença enquanto uma desordem, um *outro* em relação ao corpo, mas, por outro lado, um fenômeno da natureza, que pertence a uma *ordem*, a uma classificação: objeto de que se ocupou em *O nascimento da clínica*. Estabelece-se, assim, a continuidade entre os temas analisados pela arqueologia. Por outro lado, podemos demarcar diferenças substanciais, como o fato de que, enquanto nos dois primeiros livros tratava-se de perseguir um saber teórico paralelamente a saberes e acontecimentos que ultrapassam a dimensão discursiva e teórica, no terceiro eram três domínios discursivos teóricos²⁰ distintos analisados concomitantemente.

¹⁹ Na entrevista *Verdade e Poder* (2010 [1977]), Foucault explicita que em *As palavras e as coisas* e em *História da loucura* ele teria realizado uma compreensão de episteme que se confundia um pouco com a de paradigma. Embora Foucault não cite Thomas Kuhn diretamente, tanto Castro (2009, p. 140) como Dreyfus e Rabinow (1995, p. 67) compreendem que o paradigma a que Foucault se refere é o termo tal como concebido pelo autor de *A estrutura das revoluções científicas*. Assim, ao menos nos trabalhos arqueológicos, Foucault teria assimilado a proposta de Kuhn como familiar àquilo que fazia. Entretanto, é preciso considerar que, nesse texto em que avalia seu trabalho retrospectivamente, o francês admite que ter chegado a uma pesquisa da sistematicidade não era exatamente o seu propósito.

²⁰ Se bem que à análise das riquezas, neste estudo, é assegurada a ressalva de que seu caráter é ligeiramente diferente dos demais domínios discursivos considerados: “a análise das riquezas não se

Nas palavras de Foucault, encontradas no livro que vamos analisar a seguir, *A arqueologia do saber*, sua análise discursiva pode servir como um diagnóstico segundo o qual a “nossa razão é a diferença dos discursos, nossa história a diferença dos tempos, nosso eu a diferença das máscaras” (Foucault, 2007 [1969], p. 149). A diferença se faz, portanto, um princípio norteador na história do presente realizada por Foucault.

A arqueologia do saber surge três anos após o anúncio da morte do homem em *As palavras e as coisas*, como resposta às críticas e afirmação da singularidade dos métodos arqueológicos. Vamos nos deter na *Arqueologia*, evocando algumas referências, quando necessário, que possam tornar mais claras as propostas nele presentes. De imediato, podemos dizer que a definição dada pelo próprio Foucault para seu método é a de que a “arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo” (Foucault, 2007 [1969], p. 149). Percorremos algumas ideias do livro para, enfim, especificarmos em que consiste esse *arquivo*, já que ele não recebe aqui o sentido mais comum dado pelos historiadores, mas é elaborado por Foucault após precisar sua análise discursiva.

Deixando evidente o diálogo da arqueologia com as disciplinas históricas, Foucault inicia a exposição de suas linhas mestras para a análise do discurso situando a eclosão, no proscênio dessas disciplinas históricas, de dois movimentos diametralmente opostos. Como ele assinala, enquanto disciplinas como a epistemologia histórica de Georges Canguilhem e de Gaston Bachelard²¹ curvam-se para as rupturas, a história nova estabelece períodos de longa duração. Foucault, então, revela entender esses direcionamentos opostos como efeitos de superfície provocados por um mesmo problema, o da crítica do documento. Tanto uma direção

constituiu segundo os mesmos meandros nem ao mesmo ritmo que a gramática geral ou que a história natural. É que a reflexão sobre a moeda, o comércio e as trocas está ligada a uma prática e a instituições. Mas, se for possível opor a prática à especulação pura, ambas, de todo modo, repousam sobre um único e mesmo saber fundamental. Uma reforma da moeda, um uso bancário, uma prática comercial podem bem se racionalizar, se desenvolver, se manter ou desaparecer segundo formas próprias; mas estão sempre fundados sobre certo saber: saber obscuro que não se manifesta por si mesmo num discurso, mas cujas necessidades são igualmente as mesmas para as teorias abstratas ou as especulações sem relação aparente com a realidade” (Foucault, 1999 [1966], p. 230).

²¹ Retomo estes autores não para tratá-los como precursores ou como *origens perdidas* da arqueologia, mas no sentido de aproveitar o fato de que o próprio Foucault os cita na parte inicial de seu texto. É verdade que também o faço para introduzir adiante algumas considerações de Roberto Machado, que dedicou sua tese de doutorado à análise de encontros e desencontros da arqueologia em relação à epistemologia francesa, mas demarcando as especificidades de ambas, sem tratá-las de modo continuísta.

como outra são autorizadas pela investigação detida dos documentos pelos historiadores em suas respectivas áreas de atuação.

Com a alteração nas disciplinas históricas assinalada por Foucault, passa-se a refletir sobre o *documento* na condição de *monumento*, isto é, seu estudo é feito sem que ele seja lido como uma prova, com vistas à constituição de uma memória, mas objetivando a compreensão de sua própria existência. Uma alteração metodológica como essa certamente tem impactos para as análises históricas que dela resultam. Trata-se não mais de receber um material em sua completude para desvelar os mistérios que guardaria, mas de concebê-lo como uma massa analisável em sua consistência própria, recortada, desmontada, repartida, reorganizada, entendida nos termos das condições que possibilitaram sua efetivação em determinado momento da história e sua preservação como herança para o futuro.

Isso posto, algumas consequências inter-relacionadas dessa alteração são assinaladas por Foucault. A primeira é o efeito de superfície já mencionado, qual seja, a multiplicação das rupturas na história das ideias, de um lado, e a demarcação de longos períodos na história propriamente dita, de outro. Tal efeito é motivado pelo fato de que, se antes o historiador recebia a série e apenas estabelecia relações entre seus elementos, esse estudioso passou a ter como tarefa a constituição da própria série.

Outra consequência da transformação do documento em *monumento* indicada por Foucault é o enfraquecimento de uma história global e a ascensão de uma história geral. A primeira buscava o rosto de uma época, supondo um sistema de relações homogêneas entre diversos fenômenos, prevendo uma mesma forma de historicidade capaz de explicar diferentes estratos e propondo uma divisão da história em fases que conteriam um princípio de coesão interno a si mesmas. Com a mudança na crítica do documento, essa perspectiva homogeneizante dá lugar à história geral, modalidade que enfatiza especificidades e, logo, as defasagens entre si.

Além disso, em decorrência da mutação epistemológica da história apontada pelo francês, um conjunto de problemas metodológicos passa a caracterizar a história nova: a constituição de corpus coerentes e homogêneos de documentos, o estabelecimento de princípios de escolhas, a definição do nível de análise e dos elementos que lhe são pertinentes, a especificação do método a ser empregado na análise, a delimitação de conjuntos e subconjuntos

que especificam o material estudado, bem como a determinação das relações que caracterizam o conjunto.

Ademais, outra consequência é que a noção de *descontinuidade* se torna um elemento fundamental nesses estudos históricos. De acordo com o arqueólogo do saber, ela constitui-se, primeiramente, em uma operação do historiador, que, conforme dissemos, deve montar suas séries, quadros e *corpora*. Nessas circunstâncias, como vimos, não mais se recebe como dada de antemão a unidade a partir da qual se realizará a análise, uma das primeiras características do *monumento*, seu caráter de elemento construído socioculturalmente. Em segundo lugar, a *descontinuidade* passa a ser entendida como um resultado da própria pesquisa historiográfica, já que esta deve mostrar justamente quando e como se dão as rupturas históricas, sem se contentar com explicações demasiado abrangentes ou “noções mágicas”. Finalmente, a *descontinuidade* se torna um conceito que o historiador deverá especificar, já que as rupturas encontradas não se dão de modo uniforme, mas em níveis e escalas diferentes, conforme o que se escolha estudar em termos historiográficos.

Trata-se, pois, de um movimento inverso àquele realizado pela história tradicional, a qual trata o *monumento* como *documento*, como um fato que diz por si, constituindo o retrato de um tempo. Foucault parece indicar que essa consideração do *monumento* como documento é a imposição de um olhar enviesado do historiador, a doação de um sentido que não é inerente ao *monumento*, mas a ele atribuído com vistas à “restituição de um discurso histórico” (Foucault, 2007 [1969], p. 8). Nos termos do pesquisador, “a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (Foucault, 2007 [1969], p. 7). Isso implica entender que a história à qual o filósofo dirigia suas críticas tem uma função antropológica, a de justificar, mas de modo não neutro, a existência de sua massa documental. Nesse caso, poderíamos dizer, em vez de massa documental, massa monumental, pois, como veremos, em última instância, todos os dizeres, todos os escritos, todas as práticas e artefatos são manuseados pelo poder, o que os torna inelutavelmente construções, parciais, ferramentas em lutas.

Entretanto, essa doação de sentido pela história aos *monumentos* quando estes são tratados como *documentos* é mascarada pelo próprio entendimento do *monumento* como *documento*, pela verdade que supostamente o constituiria e que só passa a ser questionada a partir da postura crítica lançada sobre ele. A restituição de um discurso histórico a partir de monumentos “mudos”, “sem contexto” pela história tradicional, isto é, o tratamento do

monumento como *documento* é fundado no ímpeto de se estabelecer continuidade — que, por sua vez, é um pilar da função fundadora do sujeito. Nessa lógica, não se trata apenas de um produto do sujeito fundante, mas de uma noção necessária à sua própria manutenção, já que lhe garante uma origem e até mesmo antecipações quanto ao futuro.

Para essa perspectiva tradicional, que preconiza a narrativa do ponto de vista do progresso e das sucessões lineares, a descontinuidade era um elemento a ser contornado pela continuidade. Dessa forma opera a história que privilegia os precursores e os grandes intelectos e a que celebra a descoberta dos estágios pré-científicos como origens que mitigam os começos abruptos. Veremos que a descrição arqueológica busca justamente abdicar dessas noções.

É preciso que nos demoremos um pouco na noção de descontinuidade, que de modo algum é simples. Para tanto remeto, por intermédio de Roberto Machado (1982), à epistemologia francesa como praticada por Canguilhem, que privilegia a descontinuidade contemporaneamente a Foucault e a quem este último interpelou como orientador na *História da loucura*²² e como interlocutor em outros trabalhos.

Conforme o professor brasileiro, a epistemologia francesa tinha o compromisso de lançar um olhar para as ciências capaz de avaliá-las nos termos de sua cientificidade, pois elas constituem os domínios da racionalidade, que, por sua vez, são o objeto da epistemologia enquanto ramo filosófico. Para assumir uma postura capaz de julgar a ciência do ponto de vista de sua cientificidade historicamente constituída, a epistemologia privilegiava o conceito, a descontinuidade e a normatividade. Essas precauções metodológicas a afastariam das narrativas positivistas, da história *retrospectiva*, que,

preocupada em encontrar no passado a prefiguração das teorias atuais, elide o tempo histórico, subordinando sua compreensão ao presente, na medida em que destrói ou desconhece a lógica interna dos sistemas conceituais (Machado, 1982, p. 53-54).

²² Para Foucault havia, na França do pós-guerra, “uma filosofia da experiência, do sentido, do sujeito e uma filosofia do saber, da racionalidade e do conceito. De um lado, uma filiação que é esta de Merleau-Ponty e Sartre; de outro, esta de Cavallès, Bachelard, Koyré e Canguilhem”. Em entrevista à Universidade Católica de Louvain, Foucault critica o primeiro grupo por fazer uma análise do “concreto um pouco acadêmico e universitário” e que, se era verdade que poderia se encontrar com ela em algum ponto, era no sentido de descrever uma experiência, mas “em vez de fazer a descrição interiorizada da experiência vivida (...) a análise de algumas experiências coletivas e sociais” (Foucault, 1981, p. 10, tradução nossa). Assim, o filósofo não apenas critica o primeiro grupo, como também se filia ao segundo.

Conforme Machado, essa compreensão daquilo que um sistema teria sido, da forma como ele se organizou, só é possível com o privilégio da descontinuidade na análise. Não se trata, para a perspectiva da epistemologia, de puramente negar as continuidades, mas sim de afirmar que o epistemólogo deve debruçar-se sobre cada ruptura, entendendo o funcionamento de determinada teoria antes de sua condenação ao erro e de seu conseqüente apagamento operado pela narrativa positivista. Para Georges Canguilhem, nas narrativas positivistas, que funcionam como duplo da própria racionalidade científica, o entendimento do progresso não é concebido “como uma relação de valores em que o deslocamento de valor em valor constituiria o valor, ele é identificado com a posse de um último valor que transcende os outros permitindo depreciá-los” (Canguilhem, 1952, *apud* Machado, 1982, p. 33). Nessa perspectiva, não se dá atenção àquilo que foi produzido anteriormente, numa lógica segundo a qual quanto mais recente for uma teoria, mais verdadeira ela será. Ora, como Canguilhem enfatiza, “compreender o que foi a instrução do momento é tão importante quanto expor as razões da destruição posterior” (Canguilhem, 1968, *apud* Machado, 1982, p. 34), se o objetivo é relatar o desenrolar da ciência de uma maneira comprometida com a consistência e com a historicidade. Do contrário, conforme o orientador de Foucault, a epistemologia histórica equivaleria a uma história factual que apaga o erro indispensável à própria constituição da ciência do ponto de vista histórico à medida que não o conhece em sua especificidade. Nesse sentido, a descontinuidade não consiste na assunção de um devir aleatório, ou na completa desconexão entre um momento de determinada ciência e outro, mas na atenção dada à produção do erro — que, na narrativa linear, contínua, é simplesmente elidida.

Não existiria mudança na racionalidade científica sem que uma ruptura passasse a invalidar o que até então tinha valor de verdade. É o funcionamento do discurso científico como pretensão de verdade que deveria ser compreendido a cada época em sua normatividade interna. Trata-se, por essa via da epistemologia histórica, de superar o entendimento das rupturas como o simples espaço negativo entre um bloco positivo que a antecede e outro que a segue. Nessa direção, Canguilhem buscava estudar os conceitos em seu desenrolar irrestrito à determinada ciência ou teoria, evitando confundi-los com a totalidade da teoria em que surgem, como fazia a história positivista. Assim, o médico e epistemólogo buscava identificar a normatividade da ciência através de seu discurso, fornecida sobretudo na constituição dos conceitos, estes considerados interna e externamente àquela ciência que está sob escrutínio.

Apesar de compartilharem a atenção à historicidade dos discursos, algo fundamental difere epistemologia e arqueologia. Acreditando não haver verdade fora da ciência, para a epistemologia, a única maneira de avaliar a racionalidade é partindo da atualidade da ciência como critério. De outra maneira, a arqueologia, apesar de não neutralizar por completo a questão da verdade, “procura defini-la no interior do próprio saber da época estudada”, sem apelo à atualidade da ciência como um critério. A Foucault não interessa avaliar a qualidade dos sistemas de pensamento de determinada época, porque não se trata de investigar a verdade, mas os discursos tidos como verídicos a partir de um ponto de vista que não está limitado à ciência como critério. Em outras palavras, a ciência é um domínio no *território arqueológico*, o qual lhe confere possibilidade. Desse modo, se for o caso de encontrar rupturas no nível da ciência, estas serão situadas como apenas um dos vários limiares epistemológicos os quais podem ser ultrapassados na ordem do saber.

Como já indicamos, de modo análogo a Canguilhem, Foucault toma como objetivo realizar uma análise pautada pela descontinuidade, se isso for entendido como um estudo que leva em consideração as rupturas²³, as incongruências, o erro como positividade, e não como uma lacuna negativa entre “dois blocos positivos”. Então, apesar de algumas compatibilidades, a arqueologia não se confunde com a epistemologia histórica, e isso principalmente pela sua crítica à ciência como verdade. Enquanto a epistemologia toma o presente como verdade de

²³ Para jogar mais luminosidade à especificidade do conceito de descontinuidade em Foucault, podemos compará-lo à descontinuidade para Bachelard a partir de Machado (1982). Conforme o professor brasileiro, há dois sentidos inter-relacionados de “ruptura” em Bachelard: o de descontinuidade, em qualquer momento da história, entre a racionalidade científica e o saber vulgar, e o de descontinuidade entre ciência e pré-ciência. Em Foucault, a ruptura não diz respeito ao abandono dos erros *superados pela verdade*, como em Bachelard, mas trata-se de uma ruptura vertical. Isso no sentido de que Foucault pensa em diversos limiares, não se restringindo ao da ciência, pois parte do saber como campo em que as ciências podem ou não eclodir, e que podem ou não atingir outros limiares (cf. o capítulo *Ciência e Saber*, em *A arqueologia do saber*). Em suas palavras, “a todos os que confundem ruptura e irracionalidade, responderei: ‘Pelo uso que dele vocês fazem, são vocês que desvalorizam o contínuo. Tratam-no como um elemento-suporte a que todo o resto deve ser relacionado; fazem dele a lei primeira, o peso essencial de toda prática discursiva (...). Mas só lhe deram esse *status*, neutralizando-o e lançando-o, no limite exterior do tempo, a uma passividade original. A arqueologia se propõe a inverter essa disposição, ou melhor (já que não se trata de emprestar ao descontínuo o papel atribuído até então à continuidade), fazer atuar o contínuo e o descontínuo um contra o outro: mostrar como o contínuo é formado segundo as mesmas condições e conforme as mesmas regras que a dispersão; e que entra — nem mais nem menos que as diferenças, as invenções, as novidades ou os desvios — no campo da prática discursiva.” (Foucault, 2007 [1969], p. 196). Isso significa conceber a descontinuidade como uma positividade própria, e não como um momento estratégico para mudar os rumos da narrativa a fim de estabelecer coerência e linearidade, como faria a história das ideias (essa problematização está estruturada no capítulo *Arqueologia e História das Ideias*, do mesmo livro).

determinada ciência, Foucault escolhe o domínio das ciências humanas, isto é, de ciências que não atingiram um alto nível de epistemologização, para evidenciar a sua abertura à infiltração por questões de poder:

se perguntarmos a uma ciência como a física teórica ou a química orgânica quais as suas relações com as estruturas políticas e econômicas da sociedade, não estaremos colocando um problema muito complicado? Não será muito grande a exigência para uma explicação possível? Se, em contrapartida, tomarmos um saber como a psiquiatria, não será a questão muito mais fácil de ser resolvida porque o perfil epistemológico da psiquiatria é pouco definido, e porque a prática psiquiátrica está ligada a uma série de instituições, de exigências econômicas imediatas e de urgências políticas de regulamentações sociais? No caso de uma ciência tão "duvidosa" como a psiquiatria, não poderíamos apreender de forma mais precisa o entrelaçamento dos efeitos de poder e de saber? (Foucault, 2010 [1977], p. 1-2)

Pode-se entender, ao menos provisoriamente, que considerar o discurso como *monumento* quer dizer não o tratar como uma síntese pronta, não acreditar haver nos discursos algo como um sentido único ou uma verdade fundamental de uma época, como fazem as histórias factuais ou contínuas, e ainda, as análises hermenêuticas. Propõe-se, em vez disso, investigar o discurso em sua exterioridade, interrogá-lo também quanto àquilo que o tornou possível, admitindo o caráter sempre elaborado e artificial da análise histórica. Assim é que a *monumentalização* do discurso por Foucault, na arqueologia, tem a ver com a descontinuidade, conceito norteador da epistemologia histórica francesa, na medida em que procura destituir os discursos de sua aparente coerência e unidade, para entender de que maneiras eles possuem uma sistematicidade interna e, dada essa opção pelos saberes sobre o homem, uma sistematicidade ordenada pelas relações entre saber e poder.

Nesse sentido, se Foucault pretende analisar positivamente o agrupamento dos saberes com os quais se encontrou durante as pesquisas, quais sejam, a psiquiatria, a medicina, a biologia, a filologia e a economia, de imediato rejeita as noções que asseguram a unidade desses discursos. Algumas dessas noções suspensas são as de *evolução*, de *obra*, de *espírito de época*²⁴,

²⁴ É interessante acompanhar a argumentação de Foucault no que diz respeito à artificialidade dessas noções — destaque aqui as de *obra* e *espírito de época*. No caso de uma obra, por exemplo, geralmente não se considera que, sob a assinatura de um suposto mesmo autor, há escritos de várias ordens: alguns publicados durante sua vida, editados por ele próprio, outros, postumamente e até mesmo contra sua vontade — caso do qual o autor centralizado nesta dissertação é um exemplo, vide as publicações póstumas apesar de sua não concordância. Já a noção de *espírito de época* é particularmente importante para percebermos como a crítica foucaultiana a esse conceito nos encaminha a ver a especificidade da episteme. Ora, se a episteme se restringe a uma época específica, dando conta da possibilidade dos saberes, esta é analisada profundamente, é detalhada em sua especificidade pela análise arqueológica. Em compensação, a totalidade suposta pelo *espírito de época* funciona como um rolo compressor sob

o tema da *origem* e do *já dito*, os quais apagam a singularidade daquilo que é enunciado. Desse modo, o pesquisador poderia tratar os discursos como campos de enunciados em dispersão, para compreender a partir de que regras esses discursos se justificam como unidades.

Tão logo os discursos são analisados enquanto grupos de enunciados dispersos, vê-se que sua unidade não é de fácil sistematização. Partindo de quatro conjuntos como possíveis critérios unificadores, quais sejam, os objetos de que falam, os tipos de enunciados que distribuem, os conceitos e as teorias mobilizadas pelos discursos, verifica-se que nenhum deles apresenta homogeneidade interna. Ao contrário, são dispersos, heterogêneos e, se há uma unidade a perseguir, conforme o estudioso francês, ela deveria ser definida a partir das regularidades que possibilitam a dispersão desses elementos díspares.

Dessa maneira, o filósofo relata que, a fim de compreender a regularidade na dispersão dos objetos, foi necessário assinalar relações entre determinadas instâncias. No caso da psicopatologia do século XIX, em que vários objetos se ligavam à delinquência, ele observou o conjunto de relações estabelecidas entre o que chamou de suas *superfícies de emergência*, como a família e a Igreja; as *instâncias de delimitação*, como a medicina e a justiça penal; e as *grades de especificação*, entendidas como sistemas de diferenciação dos diferentes tipos de objetos, por exemplo, os diferentes tipos de loucura. Esses três eixos não se mantêm os mesmos ao longo do tempo e nem valem isoladamente como explicação para os objetos variados em um discurso. Ao contrário, mantêm entre si um feixe de relações que organiza a distribuição dos objetos do discurso. Mostra-se, portanto, que não é fácil dizer qualquer coisa em qualquer momento e lugar; que os objetos não esperam para serem descobertos, mas são produzidos na prática discursiva. Por isso, exclui-se uma análise tanto do referente como da significação, já que os objetos não seriam transcritos ou representados pelos discursos, mas estariam no mesmo nível que eles. Então, o filósofo alerta que análises as quais consideram a linguagem de um ponto de vista representativo

não são pertinentes quando se trata de saber, por exemplo, *como* a criminalidade pôde tornar-se objeto de parecer médico, ou *como* o desvio sexual pôde delinear-se como um objeto possível do discurso psiquiátrico. (...) Não se volta ao aquém do discurso — lá onde nada ainda foi dito e onde as coisas apenas despontam sob uma luminosidade cinzenta; não se vai além para

um terreno acidentado de enunciados, não resultando de uma análise mais específica, pois tal noção não tem uma “estrutura conceitual bastante rigorosa” (Foucault, 2007 [1969], p. 23), a despeito de sua função precisa: estabelecer continuidade.

reencontrar as formas que ele dispôs e deixou atrás de si; fica-se, tenta-se ficar no nível do próprio discurso (Foucault, 2007 [1969], p. 54, grifos meus).

Logo, para a arqueologia, não interessa uma investigação nem semântica nem referencial, na medida em que importa *como* se formam os discursos. Somente a identificação das relações constantes entre as instâncias de produção dos objetos é que mostra como eles, em sua diversidade, não são dados ao puro acaso.

Com relação à regra que autorizava a concomitância de estilos enunciativos muito diversos em um mesmo discurso, Foucault se atenta aos lugares de onde esses enunciados são emitidos. Um dos seus problemas de pesquisa residia em entender a ruptura que poderia ter gerado a diferença incontestável entre o estilo dos enunciados de uma medicina pré-clínica, que, ao leitor contemporâneo, beiram o fantasioso, e os enunciados mais próximos dos atuais, todos considerados “médicos”. Assim, evitando o recurso ao argumento usado pela própria medicina de que gradualmente se passa a um estágio superior da ciência empírica, com um aumento da racionalidade, aborda-se a questão da ruptura a partir de um estudo discursivo, buscando apreender o que organizaria a distribuição dos tipos enunciativos. O arqueólogo conta, então, quais aspectos havia considerado em *O nascimento da clínica*, mostrando o papel decisivo que possuem as relações entre o *status* do sujeito que fala, os *lugares institucionais* que davam legitimidade ao discurso do médico e as *posições* ocupadas pelo sujeito que fala em relação ao objeto. Entre essas relações haveria certa estabilidade, de modo que as mudanças historicamente condicionadas não esfacelariam a individualidade do discurso.

A regularidade que organiza a dispersão dos conceitos, por sua vez, devia ser encontrada a partir do estudo do campo enunciativo, e não a partir da reconstituição de uma certa arquitetura conceitual, como se eles se dispusessem em uma uniformidade conceitual. Assim, Foucault observou as articulações entre as *formas de sucessão*, compreendidas como os modos de organização dos enunciados internamente aos discursos; as *formas de coexistência*, entendidas como as relações que os enunciados travam com outros pertencentes ao mesmo discurso, a discursos diferentes e ao campo da memória. Finalmente, deveria considerar os *procedimentos de intervenção*, de escrita, de organização dos enunciados ao serem retomados por empréstimo ou analogia de um discurso a outro etc. Novamente, o filósofo afasta não só a ideia de que os conceitos seriam noções presentes na mente do falante, o qual as transcreveria no discurso, mas também a ideia de que os conceitos se encontram puramente no texto enquanto jogo de sintaxe.

Alternativamente a essas duas opções, ele explica que é preciso “ficar na dimensão do discurso”: sem apelo à subjetividade psicológica e sem recurso à sintaxe da língua.²⁵

No que tange à dispersão das teorias, temas ou estratégias criadas a partir de combinações estáveis e coerentes entre as dimensões do discurso apresentadas anteriormente, trata-se, para Foucault, do domínio mais incerto. O que faz sentido, afinal, se tal domínio consiste no conjunto coerente de todos os anteriores, ele é necessariamente mais complexo ao pressupor as análises anteriores. De todo modo, ainda assim o arqueólogo oferece alguns direcionamentos. Para entender a coexistência das diferentes teorias em um mesmo discurso, segundo o filósofo, é caro observar seus *pontos de difração* possíveis. Trata-se da situação em que dois conceitos formam uma relação de alternativas — quer dizer, situados em um mesmo nível, formam uma incoerência se figuram juntos numa mesma série enunciativa. A partir dessa incompatibilidade, podem formar-se subconjuntos, os quais podem vir a ser novas teorias. Além disso, é necessário considerar o papel do discurso analisado em relação a outros discursos, isto é, como elemento na *economia da constelação discursiva* e na *função* que o discurso em questão estabelece em relação às práticas não discursivas, enquanto um objeto de *apropriações* e de *desejo*.

Expostos os princípios de análise de cada um desses domínios, quando se pudesse estabelecer, entre esses domínios dos objetos, dos enunciados, dos conceitos, dos temas ou teorias, um conjunto de relações, de dependências verticais, seria possível individualizar uma formação discursiva. Portanto, esses quatro sistemas brevemente mencionados são interdependentes. Se recapitularmos, veremos que a identificação da regra que distribui as *teorias* envolve a atenção à divergência entre *conceitos*; que estes, por sua vez, dependem das coexistências entre os *enunciados*; os quais, por seu turno, dependem das formas com que o objeto está para o sujeito que os observa, das *posições de sujeito*. A individualização da formação discursiva passa necessariamente pela compreensão desse caráter ao mesmo tempo disperso e sistemático da constituição do discurso. Isso não significa, entretanto, que a descrição

²⁵ Os exemplos dados nesse caso são os das ciências estudadas em *As palavras e as coisas*. Algo interessante a se observar é que tanto mais a análise foucaultiana se restrinja ao nível teórico, como é o caso de *As palavras e as coisas* — livro *criticado* como “estruturalista” por não tratar de questões políticas —, mais presas ao âmbito enunciativo estarão as instâncias às quais o arqueólogo deve se ater para encontrar a regularidade dos conceitos. A relação entre os conceitos dos três saberes que ele analisava simultaneamente era fundamental para a defesa de que não é possível pensar o homem como objeto de saber antes da episteme moderna.

desses sistemas apresentará um mesmo nível de dificuldade. Como tentamos mostrar a cada sistema mencionado, o próprio Foucault privilegia determinados extratos em relação a outros, à medida que se mostram mais ou menos importantes para seus objetivos.

Isso é importante por mostrar como o pesquisador detém autonomia frente ao seu *corpus* de pesquisa. Além disso, se recapitulamos os movimentos realizados pelo filósofo e suas descobertas, veremos a suspensão da continuidade em favor das descontinuidades como o abandono das unidades imediatas, certas — documentais —, em favor de *monumentos*. Em outras palavras, desacreditar da unidade imediata das disciplinas como se oferecem a princípio e analisar uma série — dispersa, fragmentária — de enunciados parece dizer respeito à impressão de um olhar que torna os discursos em *monumentos*, em materialidades que não dizem por si e que devem ser investigadas nos termos de suas condições de possibilidade, de seu *como*. Com a apreensão de um “feixe de relações” que se mantêm, um discurso pode ser individualizado, apesar dos deslocamentos provocados pelas rupturas ao longo da história. A partir da demarcação das regularidades na dispersão é que Foucault consegue analisar os discursos sem supor que faz a história da medicina, ou da psiquiatria, ou da biologia, pois isso seria partir dos documentos, de unidades preestabelecidas — elas só podem ser seu ponto de partida.

Contiguamente à noção de discurso como uma unidade soberana e fechada (que passa a ter sua organicidade determinada na noção de formação discursiva), Foucault precisa deslocar também a de *enunciado*. É simples entender essa necessidade: se a sua análise propunha destituir os discursos de sua membrana protetora — das noções da continuidade —, as unidades de trabalho seriam, como ele próprio sugere, um campo de enunciados em dispersão. Logo, a descrição dos enunciados individualiza a formação discursiva. Em *A arqueologia do saber*, o filósofo reconhece o enunciado como irreduzível às unidades das principais análises da linguagem que se tinha em curso nos anos 1960, pela especificidade mesma do olhar que lançava aos regimes de verdade nas ciências humanas.

É imposta ao filósofo a elaboração de uma noção de enunciado que desse conta do seu aspecto residual em relação às outras unidades de análise linguística. A saída encontrada pelo arqueólogo é elaborar para o enunciado uma forma independente do sistema linguístico, sem extensão predefinida: assim se apresenta a *função enunciativa*. Tal função caracteriza-se, conforme o estudioso francês, por estabelecer uma relação específica com algo que não ela

mesma, por ter uma relação específica com o sujeito, por ser dependente de um campo associado e por não prescindir de uma materialidade.

De acordo com Foucault, o enunciado tem relação com alguma coisa que não ele próprio, mas tal relação é irreduzível àquelas estabelecidas entre significante e significado, proposição e referente, frase e sentido. Em sua perspectiva, o enunciado possui um *correlato* que não consiste em um referente, mas em um referencial, um princípio de diferenciação que ele próprio cruza para se realizar. Isso quer dizer que a relação entre o enunciado e seu correlato não é de espelhamento; não se trata de uma dicotomia ou representação numa relação simples e imediata entre dois termos. O correlato, ou referencial, é o que

forma o lugar, a condição, o campo de emergência, a instância de diferenciação dos indivíduos ou dos objetos, dos estados de coisas e das relações que são postas em jogo pelo próprio enunciado; define as possibilidades de aparecimento e de delimitação que dá à frase seu sentido, à proposição o seu valor de verdade (Foucault, 2007 [1969], p. 103).

Quanto ao fato de o enunciado ser anterior a essas outras unidades da linguagem, podemos dar um exemplo. Do ponto de vista da linguística gerativa, “ideias verdes incolores dormem furiosamente” é uma frase sem sentido, apesar de estruturalmente bem formada. Tal frase só pode ser compreendida como problemática porque a função enunciativa cruza um domínio em que ideias não têm cor e não podem dormir. Mais diretamente, a própria conclusão de que se trata de uma frase sem sentido é determinada pelo correlato do enunciado: o fato mesmo de compreendê-la como sem significado só é possível se excluída a possibilidade de tratar-se de um poema ou de um domínio de linguagem metafórica. Além disso, sua elaboração no seio da teoria gerativo-transformacional como uma ciência instituída a situa enquanto enunciado, afinal, é recorrentemente citada pelos linguistas, relacionando-se a outros enunciados na linguística. É o fato de ser um enunciado que determina a célebre frase como sem sentido²⁶.

²⁶ Posteriormente, em ocasião da publicação de um livro de Deleuze sobre o amigo, seria possível compreender, conforme a interpretação deste, que a relação do enunciado com “outra coisa” diz respeito à relação da curva do enunciado com a emissão de singularidades pelas relações de força do poder. O cruzamento de que fala Foucault é entendido por Deleuze (2013 [1986]) como a curva que une pontos determinados pelas relações de poder — isto é, nessa leitura fica ainda mais evidente que o discurso, em Foucault, tem condições de possibilidade no poder.

Além de possuir um correlato que não se confunde com uma coisa ou com um significado, mas com aquilo que permite compreendê-lo a partir de relações entre domínios distintos, o enunciado possui uma relação com o sujeito que não é do tipo produto e origem. O sujeito do enunciado é uma função “ao mesmo tempo determinada e vazia”, podendo ser exercida por indivíduos indiferentes. Trata-se do que Foucault chama de *posição de sujeito*. A posição de sujeito é uma noção que nos encaminha a admitir que não há no sujeito empírico uma origem autônoma do discurso, de forma que aquilo que se diz não depende da volição ou da intenção comunicativa. Diferentemente de um *falante ouvinte ideal*, que poderia produzir qualquer tipo de frase, desde que gramatical, a dimensão enunciativa requer sujeitos que são efeito dos discursos, determinados pelas circunstâncias específicas de produção. Nesta dissertação de mestrado, por exemplo, há, para diferentes enunciados, diferentes posições de sujeito: em algumas, posição autor, em outras, de “neutralidade”, ao repetir uma verdade já conhecida por todos utilizando índices de indeterminação do sujeito. Isso significa dizer que um único texto não possui, homogeneamente, as mesmas relações com o sujeito. Assim, descrever um “enunciado não consiste em analisar as relações entre o autor e o que ele disse (ou quis dizer, ou disse sem querer), mas em determinar qual é a posição que pode e deve ocupar todo indivíduo para ser seu sujeito” (Foucault, 2007 [1969], p. 108).

Outro ponto elementar para a definição da *função enunciativa* é que o enunciado não existe isoladamente. O arqueólogo mostra que, para a frase e a proposição existirem, a única condição necessária é a de que obedeçam às regras estabelecidas pelo sistema de regras da língua, seja ela natural ou formalizada. Contra a objeção de que isso não seria uma condição exclusiva do enunciado, o filósofo assevera que uma unidade do tipo lógico ou linguístico como a frase ou a proposição,

mesmo isolada, mesmo retirada do contexto natural que a esclarece, mesmo libertada ou amputada de todos os elementos a que, implicitamente ou não, pode remeter — continua a ser sempre uma frase ou proposição, e é sempre possível reconhecê-la como tal (Foucault, 2007 [1969], p. 109).

O mesmo não acontece com o enunciado; por isso, o campo associado o especifica. Como explicita Gilles Deleuze, comentando a arqueologia de Foucault, “o enunciado não é lateral nem vertical, ele é transversal, e suas regras são do mesmo nível que ele” (Deleuze, 2013 [1986], p.17). Em outros termos, o enunciado não depende de regras que lhe são anteriores da mesma maneira que o sistema da língua é suposto pela frase ou o sistema axiomático é suposto pela proposição. Conforme Foucault, “pode-se dizer, de modo geral, que uma sequência de

elementos linguísticos só é enunciado se estiver imersa em um campo enunciativo em que apareça como elemento singular” (Foucault, 2007 [1969], p. 111). Nesse feixe de relações que um enunciado estabelece com outros e que lhe diz respeito intrinsecamente, isto é, que define a sua identidade, é que podem ser destacadas relações gramaticais e lógicas. Afinal, essas análises só podem ser realizadas a partir do fato de terem sido enunciadas — ainda que em uma situação *descontextualizada*, como no caso de um exemplo escrito em um quadro por um gramático.

Por fim, o enunciado depende ainda de uma última condição de existência: uma materialidade. Essa o consubstancia como o inverso da possibilidade: ele é real, necessariamente produzido em um espaço e em um momento. Nas palavras do arqueólogo, “o enunciado precisa ter uma substância, um suporte, um lugar e uma data. Quando esses requisitos se modificam, ele próprio muda de identidade” (Foucault, 2007 [1969], p. 114). Entretanto, de modo paradoxal, em relação à citação anterior, que marca a fragilidade da identidade do enunciado, Foucault afirma:

não teremos problemas em afirmar que uma mesma frase pronunciada por duas pessoas, em circunstâncias, *entretanto, um pouco diferentes*, constitui apenas um enunciado. E, no entanto, ele não se reduz a uma forma gramatical ou lógica, na medida em que, mais do que ela e de modo diferente, é sensível a diferenças de matéria, substância, tempo e lugar (Foucault, 2007 [1969], p. 115, grifo meu).

Disso depreende-se que a materialidade do enunciado autoriza algumas formas particulares de repetição. Se não fosse possível repeti-lo em hipótese alguma, identificar-se-ia ao acontecimento da enunciação; se, por outro lado, pudesse ser repetido indefinidamente, confundir-se-ia com uma estrutura fixa. No domínio discursivo, a identidade do enunciado depende de regimes institucionais, de formas de uso e de apropriação. Por isso, sua identidade não é determinada *a priori*. Os exemplos dados nos são familiares: as diferentes edições e mesmo os diferentes exemplares de uma mesma edição de um livro, como ele explica, constituem o mesmo jogo de enunciados, apesar de possuírem materialidades e datações diferentes. Por isso, o

regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, mais da ordem da instituição do que da localização espaço-temporal; define antes possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e precíves (Foucault, 2007 [1969], p. 116).

Isso significa dizer que o estatuto da materialidade do enunciado não depende de sua estrutura linguística, de seu sentido ou do local de seu surgimento. Embora tudo isso o constitua, é a relação que o enunciado estabelece com outros enunciados, a sua utilidade e função que serão determinantes na manutenção ou alteração de sua identidade. Quanto a essa dinamicidade limitada, Foucault cita ainda os casos de traduções, em que sequer o mesmo sistema linguístico permanece, mas são os mesmos enunciados em jogo. Afirma-se assim, mais uma vez, o caráter inessencial e relacional do enunciado, no sentido de que ele não pode definir-se por si mesmo, de uma só vez, mas

é dotado de uma certa lentidão modificável, de um peso relativo ao campo em que está colocado, de uma constância que permite utilizações diversas, de uma permanência temporal que não tem a inércia de um simples traço, e que não dorme sobre seu próprio passado (Foucault, 2007 [1969], p. 118).

Se prestarmos atenção, veremos como Foucault fecha um círculo, essa figura em que não mais se identifica começo e fim: “as quatro direções em que a analisamos (formação dos objetos, formação das posições subjetivas, formação dos conceitos, formação das escolhas estratégicas) correspondem aos quatro domínios em que se exerce a função enunciativa” (Foucault, 2007 [1969], p. 131). Assim como os objetos do discurso não são preexistentes, mas produzidos por um feixe de relações, os objetos do enunciado também não lhe preexistem, mas são produzidos no cruzamento de domínios pela função enunciativa. Assim como o sujeito do discurso não era dado *a priori*, mas determinado pelas posições, lugares e *status*, também o sujeito do enunciado é uma posição determinada pelo próprio enunciado. De modo análogo, assim como os conceitos eram determinados pelas formas de coexistência entre os enunciados, o próprio enunciado se define na coexistência com outros enunciados. Por fim, assim como as teorias dependem das suas funções, a própria identidade do enunciado, o regime de sua materialidade, depende de formas de apropriação, de utilização, de apagamento determinadas institucionalmente e com fins estratégicos. Dessa forma, poderíamos escolher, neste texto, falar dos enunciados antes do discurso, já que seus processos de análise são “igualmente justificáveis e reversíveis”.

Entendo que essa perspectiva de discurso e de enunciado seja marcada pela consideração da interferência dos poderes, da história, dos interesses e das articulações próprios a uma sociedade na organização dos dizeres. Isso é valioso na medida em que nos faz questionar o estatuto que damos à linguagem, facilmente analisada nos termos do sentido ou do referente

para os quais aponta em detrimento das condições em que é utilizada, isto é, no que parece a leitura do *monumento* como *documento*:

Não é ela [a linguagem] o lugar de aparecimento de algo diferente de si e, nessa função, sua própria existência não parece se dissipar? Ora, se queremos descrever o nível enunciativo, é preciso levar em consideração justamente essa existência; interrogar a linguagem não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade e, em compensação, de se deter no momento — logo solidificado, logo envolvido no jogo do significante e do significado — que determina sua existência singular e limitada (Foucault, 2007 [1969], p. 126).

Para o estruturalismo e para as perspectivas formalistas de modo mais geral, as regras são dadas em um nível abstrato, a partir da estrutura isolada da fala, distante de seu funcionamento efetivo. Ora, a linguagem aí é um instrumento representativo, que vale pelo que remete, explicando-se assim por que logo “parece se dissipar”. Há uma soberania do conteúdo em relação à forma que lhe remete: o sentido é aquele que é visado — remontamos novamente ao privilégio da interpretação, da atribuição de um sentido que ultrapassa a forma; privilégio do *logos* em detrimento do significante. De modo profundamente diverso, interessa à descrição dos enunciados entender como se determina a existência, como se autoriza o surgimento, em oposição a todos os enunciados possíveis, de apenas alguns. E a explicação para isso não é redutível a uma análise em termos da relação entre forma e conteúdo — relação esta já problemática de saída. Cabe lembrar, nesse ponto, que Foucault estava contestando o que podemos amalgamar como visões representacionistas de linguagem, diversas vezes referidas ao longo de *A arqueologia do saber*. Nesse sentido, ao dizer que se deve negligenciar sua função de “designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade”, ele se utiliza de uma radicalidade que não precisa ser lida de modo literal, dado que isso seria negar uma das utilizações primordiais da linguagem, mas que não é o suficiente para explicar o porquê dos enunciados.

Considerando os enunciados em seu valor, o pesquisador pode determinar a positividade de uma formação discursiva. Embora a positividade descoberta pelo estudo arqueológico determine a unidade de uma formação discursiva através do tempo, a partir dela não está em questão a avaliação de uma maior ou menor racionalidade — que interessaria à epistemologia ou à história do pensamento. Inscrevendo-se não no nível da ciência, mas no do saber, a arqueologia define um campo em que “podem ser desenvolvidas identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade

desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico” (Foucault, 2007 [1969], p. 144). Retomamos, enfim, a noção de *arquivo*, donde se explica a nomenclatura de *arqueologia*²⁷ para o estudo dos saberes elaborado pelo filósofo francês:

temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de arquivo (Foucault, 2007 [1969], p. 146).

Na passagem acima, confirma-se que a relação entre linguagem e mundo nos moldes representacionistas é incompatível com o pensamento de Foucault: os enunciados não refletem realidades, as coisas ou estados de coisas não preexistem às palavras, mas os enunciados devem ser estudados em sua “densidade própria”, em certo sentido, eles próprios como coisas. As práticas não discursivas existem simultaneamente a práticas discursivas; mas não mantêm relações de reciprocidade mútua. Como explica Miguel Morey (2014), o tema específico de Foucault é a evolução paralela entre práticas discursivas e não discursivas, que seguem suas lógicas próprias. São as articulações específicas e não causais entre práticas discursivas e não discursivas aquelas necessárias à delimitação dos discursos.

Quando compreendemos enunciados como acontecimentos de condições e domínio de aparecimento específicos, entendemos que há algo a autorizar sua existência para além da suposta liberdade dos sujeitos. No arquivo, embora os enunciados sejam muitos, eles são raros — dentre os possíveis, apenas alguns são realizados. Desses realizados, são logo transmutados em coisas das quais se pode apropriar, de modo que alguns são considerados mais legítimos do que outros a depender, por exemplo, da posição de sujeito exigida pela função enunciativa, determinada por condições históricas, políticas e sociais, as quais ultrapassam o controle dos sujeitos empíricos. Nesse sentido, a arqueologia inscreve-se no anti-humanismo teórico. O reflexo primeiro é o abandono da ideia de continuidade histórica, tomando o sujeito como derivado do discurso, em vez de ser sua origem: “se há coisas ditas — e somente estas —, não

²⁷ Na entrevista *Michel Foucault explica seu último livro* (2000 [1969]), o filósofo diz: “Inicialmente, empreguei essa palavra de maneira um pouco cega, para designar uma forma de análise que não seria efetivamente uma história (no sentido em que se relata, por exemplo, a história das invenções ou das ideias), e que tampouco seria uma epistemologia, ou seja, a análise interna da estrutura de uma ciência. Trata-se de *uma coisa diferente, e então eu a chamei de ‘arqueologia’*; depois, retrospectivamente, pareceu-me que o acaso não tinha me guiado muito mal: afinal, essa palavra ‘arqueologia’, ao preço de uma aproximação que será perdoada, eu espero, pode querer dizer: *descrição do arquivo*” (Foucault, 2000 [1969], p. 146, grifo meu).

é preciso perguntar sua razão imediata às coisas que aí se encontram ditas ou aos homens que as disseram, mas ao sistema da discursividade” (Foucault, 2007 [1969], p. 147). Foucault recusa, ainda, o interesse por uma origem distante, mas parte da “orla do tempo que cerca nosso presente, que o domina e que o indica em sua alteridade; é aquilo que, fora de nós, nos delimita²⁸” (Foucault, 2007 [1969], p. 148). Nessa perspectiva, tudo aquilo que julgamos estável, o nosso próprio pensamento, inquieta-se sob nossos pés.

Nessa rápida apresentação, podemos conferir, ainda, o caráter heterogêneo dos trabalhos do eixo arqueológico, porque, se os dois primeiros (*História da loucura* e *O nascimento da clínica*) consideravam mais de perto as práticas não discursivas — o que é observável ao considerar-se que, no livro de 1969, as próprias regras de formação que mesclam elementos discursivos e não discursivos são descritas a partir de exemplos extraídos desses estudos —, *As palavras e as coisas* detém-se fortemente sobre as práticas discursivas — o que é observável ao considerar-se que as regras de formação dos conceitos são exemplificadas a partir desse texto e mobilizam estreitas relações no seio do campo enunciativo.

À medida que confirmava ou excluía interpretações realizadas sobre os textos anteriores e constituía-se um conjunto de enunciados que retomavam enunciados anteriores, a exposição do método arqueológico também se abria a relações com enunciados futuros. Nesse sentido, como situa Deleuze (2013 [1986]), o livro que apresentamos não deve ser lido como uma mera retrospectiva, mas como uma direção “inteiramente nova”. Podemos entender essa ideia à luz de um aspecto discursivo ressaltado por Foucault, como vimos: o de que o discurso constrói os objetos de que fala — ele é produtivo. Ora, se a arqueologia já era empregada antes, uma vez que o discurso produz, e não somente representa, tomá-la como objeto de um livro é necessariamente lhe adicionar um aspecto de novidade. O texto metodológico liga-se, assim, ao fato de que, em seu próximo livro, *Vigiar e Punir*, o professor trará aspectos relativamente novos a serem considerados pela *genealogia*, os quais estariam apenas sinalizados no volume de 1969. E disso decorrem observações importantes.

Essa mudança de orientação estava posta, segundo Deleuze, ainda na *Arqueologia*, sob a forma da consideração das multiplicidades. Uma consequência da pulverização de conceitos

²⁸ Donde se explica por que Michel Foucault instanciou suas análises arqueológicas em torno dos últimos séculos, enfatizando as discontinuidades, em vez de recuar, por exemplo, até a Antiguidade (com exceção da *História da sexualidade*).

e de relações importantes estabelecidas no livro nos domínios enunciativos é o que faz com que o texto seja um trabalho denso e de difícil compreensão. Essa constatação encontra chancela em outros comentadores de Foucault, como Roberto Machado, que assinala o fato de *A arqueologia do saber* se constituir como “um livro intrinsecamente relacionado às pesquisas históricas realizadas por Foucault, no sentido de que sem referência a elas seria impossível compreender o seu significado” (Machado, 1982, p. 174).

De fato, isso se deve em boa parte à indeterminação do peso e do papel a se atribuir às práticas não discursivas na investigação das formações discursivas. Assim, concordamos com Roberto Machado ao afirmar que o livro

não estabelece, de modo *a priori*, como essa relação deve ser feita; critica qualquer tipo de relação de causalidade ou de determinação entre os dois níveis, indicando que só a pesquisa concreta pode descobrir as formas específicas dessa articulação (Machado, 1982, p. 179).

Nesses termos, isso não é exatamente um problema, mas uma questão a ser considerada, um desafio para quem deseja empreender um estudo arqueológico. Em um sentido análogo ao da afirmação de Machado, também comenta Gilles Deleuze que a arqueologia “colocava a firme distinção das duas formas [discursivas e não discursivas], mas, como se propunha a definir a forma dos enunciados, contentava-se em indicar a outra forma, negativamente, como o ‘não-discursivo’” (Deleuze, 2013 [1986], p. 41). Essa nebulosidade com relação ao tratamento das práticas não discursivas em suas relações com o discurso são um impasse a qualquer tentativa de fundar, a partir da análise discursiva foucaultiana, uma teoria.

Para alguns, isso parece ser um problema: nesse grupo, encontram-se, certamente, aqueles que “acusam” Foucault de estruturalista ou mesmo aqueles que, entendendo de modo geral suas ideias, expressam o desejo de uma maior clareza, apontando críticas que dão a entender que houve uma falha na arqueologia. Para outros, entretanto, a imprecisão não é vista como algo negativo, mas como uma característica coerente com os propósitos foucaultianos. Encontramo-nos neste último grupo.

Uma leitura do primeiro tipo parece ser aquela oferecida por Dreyfus e Rabinow (1995), que acreditam em um fracasso da arqueologia. Os autores atribuem como causa desse fracasso o fato de que “o poder causal atribuído às regras que governam os sistemas discursivos é ininteligível e torna incompreensível o tipo de influência que as instituições sociais têm” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. XXI). Ainda mais radicalmente, Dreyfus e Rabinow (1995)

acreditam que o ocaso da arqueologia é o fato de que, como um “fim em si mesmo”, ela seria incapaz de “apresentar suas análises críticas em relação às preocupações sociais” (Dreyfus; Rabinow, 1995, p. XXI). Não concordamos, entretanto, com a afirmação de “fracasso”, já que a arqueologia, enquanto tentativa de se livrar do compromisso de realizar uma análise científica positivista, revela-se ferramenta crítica em relação ao próprio estatuto da ciência como verdade — e, conseqüentemente, uma importante chave para seu reconhecimento como um discurso de poder, e não de neutralidade.

Entendo que, ao mesmo tempo, é essa despreensão didática, juntamente à negação tanto do estruturalismo quanto da hermenêutica, por parte de Foucault, que torna sua arqueologia um método vertiginoso. A impressão que se tem é a de que, até mesmo pelo próprio funcionamento do discurso, não faria sentido fornecer *a priori*, deterministicamente, um (menos ainda “o”) modo de análise. Inclino-nos, portanto, a concordar com Miguel Morey, segundo quem é um equívoco pensar *A arqueologia do saber* como uma fase final que deseja o estatuto de teoria²⁹ — informação que pode abrandar as críticas atribuídas por Dreyfus e Rabinow (1995). Isso se justifica dado o próprio tom do texto: tateante, alternativo, jamais reclamando para si o estatuto de um método último nem intencionando fundar uma teoria ou ciência.

Pela via da multiplicidade e da criatividade, somos levados a reconhecer o pensamento que esboçamos como pertencente aos domínios de uma filosofia da diferença. Se, como concebem Deleuze e Guattari (1992), a tarefa fundamental da filosofia é a criação de conceitos, logo vemos que, nos trabalhos foucaultianos, é comum que cada conceito pareça ter

componentes que podem ser, por sua vez, tomados como conceitos [...] é próprio do conceito tornar os componentes inseparáveis nele: distintos, heterogêneos e todavia não separáveis, tal é o estatuto dos componentes, ou o que define a consistência do conceito, sua endo-consistência [...] Mas este tem igualmente uma exoconsistência, com outros conceitos, quando sua criação implica a construção de uma ponte sobre o mesmo plano (Deleuze; Guattari, 1992, p. 31-32).

²⁹ Conforme Morey: “el proyecto, patente y latente, de este texto no es fundar una teoría sino explorar una posibilidad, es algo que se afirma explícitamente. Tan solo un pequeño detalle puede bastar para mostrar el carácter de metodología-ficción de este texto: el hecho de que está enteramente escrito en condicional” [“O projeto, patente e latente, deste texto não é fundar uma teoria, mas explorar uma possibilidade; isso é algo que está explicitamente afirmado. Apenas um pequeno detalhe pode ser suficiente para evidenciar o caráter metodológico-ficcional deste texto: o fato de ser inteiramente escrito em condicional”] (Morey, 2014, p. 315).

É assim que parecem interagir alguns dos conceitos utilizados por Foucault na descrição das formações discursivas, na arqueologia e da microfísica do poder, na genealogia: por meio de ramificações, cruzamentos, correlações e interdependências diversas. Por exemplo, a noção de *formação discursiva* implica em seu seio a de *regras de formação* e se articula com as *formações não discursivas* no elemento do *arquivo*. Por ora, gostaríamos de lançar essa imagem da filosofia da diferença, pois ela situa a efervescência de conceitos encontrada quando se trata de definir discurso e poder em Foucault. Em outras palavras, essa descrição elaborada por Gilles Deleuze nos servirá como um amálgama para localizar Foucault em uma seara de pensadores interessados em provocar abalos sísmicos em algumas bases do pensamento ocidental, negando a existência de regras atemporais que ordenariam o discurso e as práticas sociais. Deste modo, tem-se um discurso vertiginoso, por evitar, sob pena de certa obscuridade, qualquer apelo aos temas de uma filosofia humanista, transcendental, essencialista. Com isso, remeto às filosofias que, pautadas pela temporalidade da consciência, fazem do ser humano o centro das reflexões.

Decerto todas as críticas convergem no que tange à indefinição do olhar que se deve lançar às práticas não discursivas na arqueologia. Algo que nos pode apontar a razão pela qual a arqueologia ganha novo peso no discurso foucaultiano pode ser o excerto a seguir, em que o filósofo reflete sobre seu trabalho nos anos sessenta. Foucault caracteriza seus primeiros trabalhos como empreendidos no sentido de analisar o poder, mas que, por algumas razões, acabaram se confundindo com um estudo da sistematicidade das ciências. Interessava-lhe o

problema do “regime discursivo”, dos efeitos de poder próprios do jogo enunciativo. Eu o confundia demais com a sistematicidade, a forma teórica ou algo como o paradigma. No ponto de confluência da *História da loucura e As palavras e as coisas*, havia, sob dois aspectos muito diversos, este problema central do poder que eu havia isolado de uma forma ainda muito deficiente (...) Quando agora penso nisto, pergunto-me de que podia ter falado, na *História da loucura* ou no *Nascimento da clínica*, senão do poder (Foucault, 2010 [1977], p. 4-5).

A busca pela sistematicidade, principalmente em *As palavras e as coisas* — livro que, como já mencionamos, toma as práticas discursivas como autônomas em relação às práticas não discursivas —, culminou em críticas, conforme já apontamos, como a de um estruturalismo, ainda que houvesse ênfase no caráter produtivo e histórico dos discursos. Quando o autor cita justamente seus dois primeiros livros e, sobretudo, o primeiro, que articula mais intimamente as práticas discursivas às práticas não discursivas, podemos imaginar a que direção vão se voltar os seus estudos nos anos seguintes: a um olhar mais detido ao papel das práticas não discursivas,

às suas interferências na constituição dos saberes e ao papel desempenhado pelos saberes na manutenção dos poderes.

2.2 A GENEALOGIA DO PODER

Um ano após a publicação de *A arqueologia do saber*, Michel Foucault profere sua aula inaugural no Collège de France, em que assume a cátedra de *História dos Sistemas de Pensamento*. Mencionamos essa aula a título de introdução ao eixo genealógico, que, como dissemos anteriormente, debruça-se sobre as condições políticas de possibilidade dos saberes, sobre sua indissociabilidade do poder. Embora essa fala não se confunda com uma história genealógica propriamente, até por sua natureza de “carta de intenções” do que o pesquisador desenvolverá a partir de então como novo membro do Collège de France, há algumas marcas de transição, como o “abandono” do termo *arqueologia* para designar o estudo do discurso, o despontar da utilização do termo *genealogia* para designar uma maneira de investigá-lo, e a ênfase, linguisticamente marcada, na questão do poder.

Como se supõe pelo título como foi publicado, *A ordem do discurso*, o texto em questão trata do discurso, mas não da mesma forma que em *A arqueologia do saber*, uma vez que, agora, o termo é utilizado com um sentido mais geral, sem se prender, por exemplo, ao conceito de formação discursiva e todos aqueles que este trazia a reboque. Isso não significa, entretanto, que não haja continuidades entre tais textos, as quais se manifestam por conceitos e concepções comuns a ambos, como poderemos ver a seguir.

Empreendendo uma sistematização dos recursos que efetuam o controle discursivo, de exclusão, de sujeição e de rarefação, Foucault acaba por mobilizar algumas noções que já eram criticadas em *A arqueologia do saber*, por exemplo, a de autor e de disciplina. Essa discussão se apresenta da seguinte maneira: primeiramente, são descritos os procedimentos de exclusão, os quais dizem respeito à relação entre discurso, poder e desejo, tomando forma na interdição, na segregação da loucura e na vontade de verdade. Em seguida, são explicados os procedimentos de sujeição, que tentam contornar o acontecimento e o acaso do discurso através do autor, do comentário e da disciplina, isto é, noções que atuam no interior mesmo do discurso. O terceiro e último conjunto de procedimentos expostos, os de rarefação, servem para determinar um funcionamento específico para o discurso, restringindo o acesso a ele: são as sociedades do discurso, os rituais, as doutrinas e as apropriações sociais.

O sucessor de Hyppolite discute mais demoradamente noções apenas tangenciadas no livro de 1969, como a visão de que “parece que o pensamento ocidental tomou cuidado para que o discurso ocupasse o menor lugar possível entre o pensamento e a palavra” (Foucault, 1996 [1970], p. 46). Veja-se: quando a palavra é considerada mera representação do pensamento, elidem-se as circunstâncias materiais, históricas e sociais nas quais algo é dito ou escrito — circunstâncias reais, embebidas nos jogos de poder, como o professor mostra através da exposição de mecanismos de controle e distribuição do discurso em sua aula inaugural e em outros trabalhos.

Para situar essa elisão da instância discursiva nas sociedades ocidentais, logo, do poder que segrega e seleciona sujeitos e temas de maneira sistemática e que materializa, ela própria, o desejo de poder, Foucault lista noções que serviram a esse fim, as quais são desdobramentos de “uma verdade ideal como lei do discurso e uma racionalidade imanente como princípio de seu desenvolvimento” (Foucault, 1996[1970], p. 45). As noções derivadas da verdade ideal no âmbito da filosofia são a do *sujeito fundante*, que, animando intencionalmente o vazio da língua, “funda horizontes de significações que a história não terá senão de explicitar em seguida”; a da *experiência originária*, que supõe a existência, mesmo antes do pensamento, de “significações anteriores, de certa forma já ditas” (Foucault, 1996 [1970], p. 47), supondo uma cumplicidade com o mundo; a da crença em uma *mediação universal*, que simula em toda parte “um logos que eleva as singularidades até o conceito e que permite à consciência imediata desenvolver finalmente toda a racionalidade do mundo” (Foucault, 1996 [1970], p. 48). Todos esses temas, o do sujeito fundante, o da origem e o do universal, e já eram rejeitados na *Arqueologia*, que excluía de seu escopo análises hermenêuticas e supra-históricas.

Apesar dessas continuidades e intersecções entre o que se fazia ao longo dos anos 1960 e o que se defende na aula de 1970, como já mencionamos, em nenhuma vez Foucault utiliza o termo *arqueologia*. Em vez disso, explicita alguns temas que pretendia estudar como professor naquela instituição através de um método que conta com quatro princípios norteadores. O primeiro deles é o princípio da *inversão*, que consiste em não ver noções como as de autor, disciplina e vontade de verdade uma pura positividade, mas sim como um jogo negativo, o qual efetua um recorte e uma rarefação do discurso.

Aceitando esse princípio, poder-se-ia imaginar, como corolário, que esse recorte e essa rarefação seriam efetuados sobre um mundo virtual de discursos ininterruptos. Entretanto, não é essa a tese subscrita pelo filósofo francês. O intelectual propõe, então, outros três princípios:

de *descontinuidade*, de *especificidade* e de *exterioridade*. Conforme o princípio de *descontinuidade*, não há, por baixo dos sistemas de rarefação, um grande discurso contínuo a ser descoberto e restituído. Já o princípio de *especificidade* consiste em não propor ao discurso uma significação prévia, não supor uma “providência pré-discursiva” que o orientaria, mas admitir que o discurso é uma prática, uma “violência que fazemos às coisas” (Foucault, 1996 [1970], p. 53). Finalmente, o filósofo apresenta o princípio da *exterioridade*, que diz respeito à tentativa de observar o discurso na dimensão de suas condições de possibilidade, apreensíveis de maneira exterior, visível, em lugar de buscar nele uma significação interior e escondida.

O princípio da inversão, que se inclina para a apreensão das formas de rarefação a atuarem no discurso, é colocado em prática através do aspecto *crítico*, ocupado com o controle discursivo. Já os princípios de *descontinuidade*, *especificidade* e *exterioridade* são atribuição do aspecto *genealógico*, ocupado com a formação dos discursos. Em termos metodológicos, assim como o princípio de inversão leva aos outros três, há uma relação de complementaridade entre o aspecto crítico e o genealógico:

A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. Na verdade, *estas duas tarefas não são nunca inteiramente separáveis; não há, de um lado, as formas da rejeição, da exclusão, do reagrupamento ou da atribuição; e, de outro, em nível mais profundo, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle.* A formação regular do discurso pode integrar, sob certas condições e até certo ponto, os procedimentos do controle (é o que se passa, por exemplo, quando uma disciplina toma forma e estatuto de discurso científico); e, inversamente, as figuras do controle podem tomar corpo no interior de uma formação discursiva (assim, a crítica literária como discurso constitutivo do autor): de sorte que toda tarefa crítica, pondo em questão as instâncias do controle, deve analisar ao mesmo tempo as regularidades discursivas através das quais elas se formam; e toda descrição genealógica deve levar em conta os limites que interferem nas formações reais. (Foucault, 1996 [1970], p. 65-66, grifos meus).

Como se vê, o aspecto genealógico intersecciona o aspecto crítico, mas também atua em outras dimensões, de forma que a relação entre o aspecto crítico e o genealógico é de solidariedade e interdependência.

Mesmo sem a menção do termo *arqueologia* — decisão que pode ser politicamente motivada, afinal, tal projeto foi alvo de críticas e revisões —, nesse trecho observamos como o que era praticado pela arqueologia não é completamente abandonado. Permanecem as orientações pela descontinuidade, pela regularidade, pelo aspecto jamais terminado da

formação do discurso. Outro aspecto a ser pontuado é que, embora o emprego de *genealogia* no texto em questão não designe a metodologia posta em prática ao longo dos anos 1970, referindo-se, em vez disso, à gênese e formação dos discursos, sua utilização parece apontar para a influência que Nietzsche teria no desenvolvimento da sua história genealógica.

A ideia de que não há uma ruptura entre os interesses da arqueologia e da genealogia, como tentamos indicar, é chancelada por muitas recepções da bibliografia foucaultiana. Para Roberto Machado, a genealogia busca explicar “o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes” (Machado, 1982, p. 187), mas externas não em um sentido absoluto, já que, conforme ensina o professor brasileiro, questões políticas são imanentes aos saberes, e é isso que a genealogia busca especificar. Outro especialista no trabalho de Foucault, Edgardo de Castro, também compreende a transição entre um eixo a outro em sentido semelhante, dizendo que

a passagem da arqueologia à genealogia é uma *ampliação do campo de investigação* para incluir de maneira mais precisa o estudo das práticas não discursivas e, sobretudo, a relação não discursividade/discursividade. Em outras palavras, para analisar o saber em termos de estratégia e táticas de poder (Castro, 2004, p. 185, grifo meu).

Nesse sentido é que não se abandona a arqueologia como estudo dos saberes, mas esse estudo sofre transformações no projeto genealógico. Conforme Miguel Morey (2018), a relação entre arqueologia e genealogia seria aquela estabelecida entre um nível descritivo e explicativo³⁰. É também nessa direção que se orienta o seguinte comentário de Roberto Machado, quando sintetiza o objetivo da genealogia, a saber, “explicitar, aquém do nível dos

³⁰ Nas palavras de Miguel Morey: “la diferencia entre arqueología y genealogia es la que media entre un procedimiento descriptivo y un procedimiento explicativo: que la arqueología pretende alcanzar un cierto modo de description (liberado de toda «sujeción antropológica») de los regímenes de saber en dominios determinados y según un corte histórico relativamente breve y que la genealogía intenta, por recurso a la noción de «relaciones de poder», explicar lo que la arqueología debía contentarse con describir. Esto es: por que tal régimen de saber se desarrolla en tal direction y según tales alcances y no en cualquier otro de los posibles. Lo que la genealogía viene a colmar, pero manteniendo sin embargo la misma orientación del análisis, es lo que la arqueología debía mantener obligadamente en el silencio o la indecisión” [“a diferença entre arqueologia e genealogia é aquela entre um procedimento descritivo e um procedimento explicativo: a arqueologia busca alcançar um certo modo de descrição (livre de toda "sujeição antropológica") dos regimes de saber em domínios específicos e de acordo com um recorte histórico relativamente curto e a genealogia tenta, recorrendo à noção de "relações de poder", explicar o que a arqueologia deveria se contentar em descrever. Isto é: por que tal regime de saber se desenvolve em tal direção e de acordo com tal abrangência e não em qualquer outra das possíveis. O que a genealogia completa, mas mantendo ainda a mesma orientação de análise, é o que a arqueologia teve que manter em silêncio ou indecisão] (Morey, 2014, p. 313, minha tradução).

conceitos, dos objetos teóricos e dos métodos, o que pode explicar, não só *como*, que era procurado no primeiro caminho, mas fundamentalmente *por que* as ciências do homem apareceram” (Machado, 1982, p. 198, grifo meu). Portanto, enquanto a arqueologia descreve a sistematicidade da formação de determinado saber em um mesmo ou em diferentes recortes temporais, a genealogia deve ser capaz de explicar sua emergência. São duas questões intimamente relacionadas e interdependentes.

Tanto esses termos são interdependentes que a própria definição de genealogia, para Nietzsche, em um texto fundamental de Michel Foucault, não rompe com os princípios norteadores da arqueologia. Inversamente, esta parecia já abarcar alguns deles, como a recusa do sujeito fundante, da continuidade e de todo apelo a uma filosofia transcendental. Demoro-me um pouco em *Nietzsche, a genealogia e a história*, de 1971, por considerá-lo um texto no qual Foucault mostra uma leitura de seu interlocutor com vistas a subscrevê-lo. Conforme Foucault, contra as gêneses lineares, que excluem a existência de “rapinas, disfarces, astúcias”, a genealogia deve marcar

as singularidades dos acontecimentos, longe de toda finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história — os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos (...) [A genealogia] se opõe à pesquisa da origem (Foucault, 2010 [1971], p. 15).

Nesse fragmento que abre seu texto, entende-se que a genealogia dedica uma atenção justamente àquilo que geralmente é desconsiderado pelas narrativas tradicionais, mostrando-se, de modo coerente com essa afirmação, interessada em textos fragmentários e marginais³¹. Isso reverbera em trabalhos do filósofo pós-estruturalista, especialmente naqueles que se destinam à coleção e organização de textos que narram a vida de indivíduos em situações limite — entre vida e morte, o doente; entre razão e desrazão, o louco; entre a liberdade e a prisão, o criminoso; entre sexos, *Herculine Barbin*. Ouvindo a história, e não a metafísica, diferentemente do que faria o historiador tradicional, o genealogista reconhece que os começos são baixos, irônicos, e não elaborados por instâncias transcendentais, divinas. Entende-se, portanto, que o genealogista deve parar nas “meticulosidades e nos acasos dos começos”, sem referência a uma origem a partir da qual despontaria *a verdade*.

³¹ Como foi o caso de se considerar, em trabalhos como a *História da loucura*, não apenas os discursos teóricos, mas também as percepções imediatas, ou, ainda, a preocupação de publicar e de organizar coletâneas sobre sujeitos excluídos, como *Herculine Barbin: Diário de um hermafrodita* (1978) e *A vida dos homens infames* (1977).

Foucault especifica, ainda nesse texto dedicado a Nietzsche, a existência de dois termos que podem ser traduzidos por *proveniência* e *emergência*, os quais, solidários um ao outro, indicam dois importantes aspectos que norteiam a genealogia enquanto procedimento. Vamos considerar cada um deles oferecendo, paralelamente às definições dadas pelo filósofo francês, algumas associações que fazemos, a partir desses princípios, a seus próprios trabalhos posteriores à publicação deste ensaio. Enfatizamos, entretanto, o caráter mais ou menos geral dessas interpretações, que devem ser compreendidas não como absolutas, mas como gestos nossos, cientes de que não é possível demarcar correlações diretas, mas sim algumas familiaridades.

Em primeiro lugar, o estudo da *proveniência*, como concebe Foucault a partir do Nietzsche de *Genealogia da moral*, não consiste na simples busca da semelhança que reúne um grupo de indivíduos no tronco de uma raça, mas, ao contrário: “longe de ser uma categoria da semelhança, tal origem permite ordenar, para colocá-las à parte, todas as marcas diferentes” (Foucault, 2010 [1971], p. 20). Trata-se de buscar na proveniência não a homogeneidade, mas a diferença naquilo que supostamente seria “do mesmo”. Isso significa ressaltar as diferenças, as multiplicidades, onde geralmente se espera homogeneidade. Conforme Foucault, se há uma herança atrelada à noção de proveniência, não se trata de uma superposição positiva que progressivamente se solidificaria, mas de um “conjunto de falhas, de fissuras, de camadas heterogêneas que a tornam instável e, do interior ou de baixo, ameaçam o frágil herdeiro” (Foucault, 2010 [1971], p. 21). Assim, o que é deixado pela história não é visto por um olhar que concebe um desenvolvimento linear, para o qual tudo o que viria depois seria investido de superioridade em relação ao passado. Ao contrário, o herdeiro, o que sucede, é *frágil*.

Além disso, como assinala o filósofo, a proveniência tem a ver com o corpo. Contudo, com o corpo em sua constituição histórica, precária. Em suas palavras: “genealogia, como análise da proveniência, está, portanto, no ponto de articulação do corpo com a história. Ela deve mostrar o corpo inteiramente marcado de história e a história arruinando o corpo” (Foucault, 2010 [1971], p. 22). Há, pois, uma potente — porque incisiva — diferença entre essa noção da proveniência e aquele sentido mais ordinário do termo, o de busca tranquilizadora da origem. Se há, nessa acepção de genealogia, um fio que conduz os acontecimentos, tal condução não tem o sentido otimista daquela genealogia buscada pelo sujeito tenta descobrir sua ascendência para explicar a si mesmo. Na proveniência retratada nesse texto, enfatiza-se a limitação, o erro, o negativo, o irremediável do pertencimento à história que subjuga, que jamais

emancipa o corpo e o homem — que é, essencialmente, um corpo. Não é à toa, portanto, que o corpo desfrutará de grande importância nas investigações genealógicas: serão seus objetos os corpos encarcerados, a história da sexualidade, os diferentes modos através dos quais os poderes controlam o corpo. Em textos como *Vigiar e Punir* (1975), Foucault mostra formas diversificadas, ao longo da história, através das quais os poderes agem sobre os corpos, passando pela punição explícita pelo *poder soberano*, pelas práticas de vigilância, possibilitadas por diferentes tecnologias para aumentar seja a docilidade dos corpos, no *poder disciplinar*, seja o controle das populações, no *biopoder*³².

Há, conforme Foucault, em Nietzsche, um segundo termo importante, traduzível por *emergência*. Como assinala o professor do Collège de France, “do mesmo modo que se tenta muito frequentemente procurar a proveniência em uma continuidade sem interrupção, também seria errado dar conta da emergência pelo termo final” (Foucault, 2010 [1971], p. 23). Ora, entende-se, com isso, que, bem como seria errôneo procurar uma linearidade a partir da qual tudo se sucederia em uniformidade, seria também um equívoco pensar que as coisas sempre existiram tais como as concebemos hoje, sem que, ao longo de sua história, não tivessem se dado a diferentes empregos e dominações, como se houvesse uma predestinação — como se o olho, como ele explica, tivesse sido dado à contemplação, sem antes ter servido à caça (Foucault, 2010 [1971], p. 23).

Para Foucault, os “fins, aparentemente últimos, não são nada mais do que o atual episódio de uma série de submissões” (Foucault, 2010 [1971], p. 23). Isso significa dizer que a história das coisas tais como as conhecemos não deve pressupor uma essência encontrada nelas mesmas; significa dizer que não podemos prescindir de considerá-las no “jogo casual das

³² O trabalho de Foucault, tanto na arqueologia quanto na genealogia, depara-se com novos objetos e questões, os quais o pesquisador precisa nomear, daí a multiplicação de conceitos também nesse eixo genealógico. É assim que uma noção como esta última, de biopoder, é resultado de um processo: partindo da disciplinarização dos corpos e dos dispositivos por ela supostos, Foucault chega à percepção de que mecanismos aplicados periféricamente podem fazer parte de uma rede de técnicas que buscam o controle não apenas individual, mas das populações. Nessa direção é que “saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” (Machado, 1982, p. 199). Por exemplo, um dispositivo como a demografia é tanto resultado da necessidade de aumentar a produtividade da população quanto elemento necessário ao seu controle.

dominações”. Trata-se de uma visão segundo a qual o devir histórico encontra-se submetido a um constante jogo de forças, de lutas pelo poder³³.

Assim entendida, a emergência é “lugar de afrontamento”, mas, produzida no interstício, não é um lugar fechado. Esboça-se, aqui, nesse sentido aberto e relacional, a forma não essencialista e difusa através da qual o próprio Foucault conceberá o poder que atravessa a formação historicamente situada dos saberes e das instituições, em seus trabalhos genealógicos. Conforme nos mostra Deleuze, o genealogista francês entenderá o poder ambiguamente como “local porque nunca é global, mas ele não é local, nem localizável porque é difuso” (Deleuze, 2013 [1987], p. 36). Dessa maneira, motivado por uma orientação genealógica, o pesquisador tentou “dar conta deste nível molecular de exercício do poder sem partir do centro para a periferia” (Machado, 2010 [1979], p. XIII), entendendo que o poder se exerce desde um nível mais elementar. Sem entendê-lo como uma essência localizável em um centro, as análises ganham em especificidade, obedecendo ao imperativo da meticulosidade, do detalhe, que caracteriza a genealogia em oposição às histórias globais e às concepções legalistas e marxistas de poder.

De acordo com o genealogista, a cada momento da história a dominação assume um ritual diferente, estabelecendo regras que têm por função aumentar a violência. Dessa forma, a concepção de história aqui delineada envolve a compreensão do poder como uma guerra constante em que se permutam os dominados e os dominadores. Nessa perspectiva, consiste em uma regra constituinte, e não resultante da guerra após um acordo de paz: “o grande jogo da história será de quem se apoderar das regras, de quem tomar o lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para pervertê-las” (Foucault, 2010 [1971], p. 25). Em vista disso, as emergências “não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas” (Foucault, 2010 [1971], p. 25). Com base nessa visão, em que não há regras que operam em uma instância de decisão atemporal e incólume ao devir histórico, entendemos os regimes de

³³ A metáfora escolhida pelo arqueólogo para ilustrar o protagonismo do embate de forças na concepção de história nietzschiana é a reprodução de um exemplo por este último estabelecido: a incessante disputa pelo poder entre as próprias espécies; os indivíduos que, em uma mesma espécie, lutam entre si; o indivíduo que se debate sobre si mesmo, aviltando-se contra si próprio. Essa escolha nietzscheana dá o tom do poder que, em certa medida, é compreendido por Foucault: pautado pelo modelo da guerra.

verdade e as apropriações do discurso. Foucault e Nietzsche convergem na ideia de que não há uma verdade superior, fora da história, mas interpretações. Assim,

se interpretar é se apoderar por violência ou sub-repção de um sistema de regras que não tem em si significação essencial, e lhe impor uma direção, dobrá-lo a uma nova vontade, fazê-lo entrar em um outro jogo e submetê-lo a novas regras, então o devir da humanidade é uma série de interpretações. E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes (Foucault, 2010 [1971], p. 26).

Ora, pensando-se no discurso, a genealogia pode se ocupar dos regimes de produção de verdade — produção, em oposição à preexistência. A defesa da interpretação, então, não significa advogar por uma hermenêutica metafísica; antes, significa aceitar o fato de que toda interpretação já é um lance no jogo do poder.

Após considerarmos tais noções, de *proveniência* e de *emergência*, miramos as produções socioculturais, as práticas discursivas — e também as não discursivas — como resultantes de embates constantes, os quais não se desenrolam em direção a qualquer tipo de evolução ou de situação conciliadora. Pelo contrário, o que vem depois, conforme a ideia de *proveniência*, é deteriorado, subjogado e não evoluído — numa dessacralização da história linear e teleológica; e o que *emerge* não é espontâneo, mas motivado por relações de forças — tanto nas microesferas da vida cotidiana como nas produções do saber.

Em um curso ministrado entre 1975 e 1976, *Em defesa da sociedade*, Foucault ofereceu-nos outra definição de genealogia que reverbera algumas dessas ideias de orientação nietzscheana. Nos dizeres introdutórios ao curso, após situar seu trabalho — que reúne uma série numerosa de leituras — como ao mesmo tempo “fragmentário, repetitivo e descontínuo”, declarando-se acometido pelo que chama de “preguiça febril”, a qual afeta “amantes de biblioteca, de documentos, referências, dos escritos empoeirados e dos textos nunca lidos (...) que professam um saber inútil” (Foucault, 1999 [1976], p. 7), Foucault explica a potencialidade de seu trabalho através de uma definição de genealogia que aproxima discursividades lidas correntemente como heterogêneas e inconciliáveis. Detenhamo-nos, pois, no trecho seguinte:

No domínio especializado da erudição tanto como no saber desqualificado das pessoas jazia a memória dos combates, aquela, precisamente, que até então tinha sido mantida sob tutela. E assim se delineou o que se poderia chamar uma genealogia, ou, antes, assim se delinearão pesquisas genealógicas múltiplas, a um só tempo redescoberta exata das lutas e memória bruta dos combates; e essas genealogias, como acoplamento desse saber erudito e desse saber das pessoas, só foram possíveis, e inclusive só puderam ser tentadas, com uma

condição: que fosse revogada a tirania dos discursos englobadores, com sua hierarquia e com todos os privilégios das vanguardas teóricas. Chamemos, se quiserem, de "genealogia" o acoplamento dos conhecimentos eruditos e das memórias locais, acoplamento que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização desse saber nas táticas atuais. Será essa, portanto, a definição provisória dessas genealogias que tentei fazer com vocês no decorrer dos últimos anos (Foucault, 1999 [1976], p. 13).

Torna-se quase inelutável afirmar que, trazendo à cena os saberes desqualificados das pessoas e os saberes eruditos, Foucault está nomeando formas de interpretação as quais, como vimos, são lutas, emergências, formas de apropriação do discurso. Além disso, a passagem reforça a característica da genealogia nietzschiana de interessar-se por aquilo que, geralmente, não é objeto de interesse, uma vez que o “saber das pessoas” não está inscrito no “verdadeiro”, e o “saber erudito”, tal como descrito, não é considerado útil. Ofereço a leitura de que se trata de dois extremos em um *continuum*: a primeira extremidade é a do saber comum, dos sujeitos que o elaboram dia a dia, lido como frívolo, trivial, uma vez que não responde aos critérios de cientificidade; a outra extremidade compreende o saber puramente por saber, saber que, especulativo e voltado para o passado, não se presta a interesses utilitaristas. Nesse sentido, ao situar suas genealogias como o acoplamento de “memórias locais” e de “conhecimentos eruditos”, o filósofo se alinha às outras iniciativas não tecnicistas e nem científicas, mas que conjugam interesses por mudanças políticas a partir de intervenções mais diretas, o que, paradoxalmente, passa pelo contato com saberes aparentemente inúteis: é que, para compreendermos o presente, precisamos passar pelo entendimento de narrativas que não foram oficializadas ou divulgadas pela história em seu sentido tradicional. Esses dois polos, saberes eruditos e memórias locais, voltam-se contra a ciência nos termos do poder da qual se arroga como direito espontâneo:

A genealogia seria, pois, relativamente ao projeto de uma inserção dos saberes na hierarquia do poder próprio da ciência, uma espécie de empreendimento para desassujeitar os saberes históricos e torná-los livres, isto é, capazes de oposição e de luta contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. A reativação dos saberes locais — "menores", talvez dissesse Deleuze — contra a hierarquização científica do conhecimento e seus efeitos de poder intrínsecos, esse é o projeto dessas genealogias em desordem e picadinhas. Eu diria em duas palavras o seguinte: a arqueologia seria o método próprio da análise das discursividades locais, e a genealogia, a tática que faz intervir, a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem (Foucault, 1999 [1975], p. 15-16).

Eis o projeto geral de Michel Foucault: “picadinhas” e “desordeiras”, as genealogias opõem-se diretamente à ordem dominante e ao todo coeso que os discursos científicas constroem para si a partir da obediência a regras que normatizam o verdadeiro ao mesmo tempo

que sujeitam outros discursos a partir do poder outorgado por seu *status*. Como a ciência, e, de modo mais geral, o saber intelectual, possui estatuto de verdade, gostaríamos de compreender de que maneira o conceito de *monumento* em Foucault emerge nessa arena discursiva, imerso em uma teoria que, como vimos, apresenta-se como histórica — no sentido da *história efetiva* de Nietzsche — e anti-científica. Embora não solicite o estatuto de ciência, e, por si mesma, reverta a nossa concepção de verdade, a arqueologia se insere numa luta discursiva ao mencionar, por exemplo, a linguística, os analistas de Oxford, os lógicos, a história das ideias. Em *A ordem do discurso*, o próprio filósofo afirma que o discurso é “o poder do qual desejamos nos apoderar” (Foucault, 1996 [1970], p. 10), é objeto de desejo. Proclamando-se justamente uma crítica da razão ocidental com foco em materialidades discursivas, a arqueologia possibilita o aparecimento de uma noção como a de *monumento* discursivo. Gostaríamos de entender *como* isso é possível, e *por quê*.

2. 3 APENAS (?) UMA CAIXA DE FERRAMENTAS

Podemos, finalmente, remeter à epígrafe com que iniciamos este capítulo metodológico, com vistas a legitimar, pelo próprio discurso foucaultiano, a possibilidade de *usá-lo*. A metáfora da caixa de ferramentas, por ele mesmo estabelecida, é bastante produtiva para nós, à medida que, diante de uma série de instrumentos, o pesquisador não necessariamente utilizará todas as ferramentas ao alcance das suas mãos, mas somente aquelas que forem pertinentes. Em consonância com a própria metáfora acima, estudiosos do pensamento foucaultiano, como Roberto Machado, ressaltam o "caráter hipotético, específico e transformável tanto das análises arqueológicas quanto das análises genealógicas para que não se tomem essas investigações como uma palavra final, um caminho definitivo, um método universal" (Machado, 1982, p. 199). Por isso, sinto-me segura em utilizar alguns princípios foucaultianos para melhor compreender um objeto que não é do mesmo nível e nem da mesma extensão daqueles investigados pelo arqueogenealogista.

Considerando essa inexistência de um método universal, mas sim de um método altamente transformável, montaremos uma série enunciativa em que aparece o conceito de *monumento*, a partir da catalogação desse termo nos escritos foucaultianos, pois é esta noção que temos *vontade de saber*.

Havia pontuado, no início, o incômodo de ter encontrado um problema de modo imediato em *A arqueologia do saber*, e não um problema recôndito, escondido e que poderia

ser, por isso mesmo, mais “fundamental”. Se consegui mostrar a concepção de linguagem de Foucault em linhas gerais, logo se vê que não havia motivo para nenhuma exasperação quanto à ausência desse prazer do “por detrás”, do “oculto”. Em vez disso, a questão é justamente a imediatez com que o problema do *monumento* se apresentou: as coisas estão na superfície, visíveis, quando se trata de discurso. Então, a minha questão pode ser formulada de maneira familiar àquela escolhida por Foucault: como é possível o surgimento de uma proposta, qual seja, a de tratar o discurso como *monumento*, em determinado momento histórico, em determinada elaboração teórica, a de Foucault? Quais as condições de possibilidade enunciativas, isto é, quais são as condições, efetivamente mapeáveis na dimensão discursiva, para que fosse feita tal formulação teórica, nesses termos e não em outros?

Se, conforme explicita o filósofo, a *proveniência* permite “reencontrar sob o aspecto único de um caráter ou de um conceito a proliferação dos acontecimentos através dos quais (graças aos quais, contra os quais) eles se formaram” (Foucault, 2010 [1971], p. 20), é também nesse sentido de genealogia que pretendo deter-me ao analisar o *monumento*. Para tanto, não poderei pressupor o desenvolvimento, a evolução ou o sentido desse conceito, mas tomá-lo em diferentes *emergências* com vistas a sinalizar, necessariamente, contra quais forças discursivas e concepções a noção de *monumento* é utilizada. Tentaremos, tanto quanto possível, compreender as discontinuidades presentes a despeito da homogeneidade que tradicionalmente implica a metonímia do autor pela obra, abandonada por Foucault em sua análise do discurso. Procedemos assim por entender que o filósofo movia suas metodologias em função de seus problemas de pesquisa e que, por conta disso, o *monumento* que tanto nos provocou poderia até mesmo deixar de ser uma noção adequada aos seus propósitos.

Focalizamos o estabelecimento de uma leitura do que se entende como *monumento discursivo* sem, no entanto, propor com isso uma exegese, uma tentativa de fechar um sentido que teria sido dado ao termo. Se, como Foucault sugere, acerca das análises dos discursos feitas pela história das ideias, existia o ímpeto de “encontrar sob ela [a diferença] uma diferença menor e, abaixo desta, uma outra ainda mais limitada, e assim indefinidamente até o limite ideal que seria a não-diferença da perfeita continuidade” (Foucault, 2007 [1969], p. 192), seguindo a sua concepção arqueogenealógica, procuraremos compreender as diferenças presentes em cada aparecimento do *monumento*, sua gênese descontínua.

3 A NOÇÃO DE *MONUMENTO* NOS ESCRITOS FOUCAULTIANOS: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVA³⁴

Se o estilo de análise que nele [As palavras e as coisas] tentei formular é admissível, seria possível definir o modelo teórico ao qual pertencem não só o meu livro mas os que pertencem à mesma configuração de saber. Sem dúvida é ela que nos permite tratar a história atualmente como um conjunto de enunciados efetivamente articulados, a língua como objeto de descrição e conjunto de relações conectadas ao discurso, e os enunciados que foram objeto de interpretação[...]. Meu livro é uma pura e simples ficção: é um romance, mas não fui eu que o inventei; foi a relação de nossa época e sua configuração epistemológica com toda uma massa de enunciados. Embora o sujeito esteja de fato presente na totalidade do livro, ele é apenas o “se” anônimo que fala hoje em tudo aquilo que se diz.

Michel Foucault

Mesmo após superarmos a marca de meio século desde a publicação dos trabalhos arqueológicos de Michel Foucault, o uso desse índice de indeterminação do sujeito não parece ter perdido seu caráter enigmático. Em lugar de uma consciência subjetiva que produz ideias a serem instrumentalmente traduzidas na linguagem, a arqueologia nos incita a investigar relações entre uma massa de enunciados que constitui uma determinada configuração epistemológica. A linguagem e seu funcionamento antecedem o sujeito e sua consciência. Isso acontece a ponto de Foucault abrir mão da posição de inventor de seu livro e propor ser possível analisá-lo como fruto de uma dada configuração de saber (Foucault, 2000 [1967]), tal como ele fez com outros agrupamentos de enunciados, à medida que eram pertinentes para a individualização de formações discursivas.

Podemos dizer que, ao analisar conjuntos de enunciados que dão forma à proposta de análise discursiva foucaultiana, mobilizando, para tanto, gestos próprios a ela mesma, instalamo-nos nessa posição sugerida por Foucault na epígrafe. Mas não figuramos nesse lugar sem algumas ressalvas que gostaríamos de expor para que não se espere um trabalho monumental — no sentido de *grandioso*, como aqueles realizados por Foucault. Um primeiro ponto a ser salientado é o de que, em vez de definirmos uma formação discursiva inteiramente, vamos privilegiar o domínio dos conceitos, com vistas a compreender de que maneiras o

³⁴No título desta dissertação, designamos nossa análise como “discursiva” para diferenciarmo-nos dos estudos da enunciação. Entretanto, se nos ativermos à conceituação de *discurso* em *A arqueologia do saber*, uma vez que não analisamos uma *formação discursiva*, não poderíamos dizer que analisamos um discurso, mas somente um conceito. Por isso, neste capítulo, preferimos denominar nossa análise como “enunciativa”, a fim de evidenciar que é o âmbito dos enunciados que consideramos na medida em que nos interessam para compreender um conceito. Nesse caso, privilegamos a ideia de que um enunciado é sempre margeado por outros com os quais tem relações específicas, que ajudam a individualizá-lo.

conceito de *monumento* adquire conotações particulares na arqueologia foucaultiana, mas sem pressupor que essa metodologia se constitua *per se*, isolada de condições históricas e interdisciplinares de possibilidade. Como Foucault explica e já citei anteriormente, as quatro direções em que se analisa uma *formação discursiva*: “(formação dos objetos, formação das posições subjetivas, formação dos conceitos, formação das escolhas estratégicas) correspondem aos quatro domínios em que se exerce a *função enunciativa* [referencial ou correlato, sujeito, campo associado, regime de materialidade]” (Foucault, 2007 [1969], p. 131). Logo, pela reversibilidade dos procedimentos, ao selecionarmos a problematização de um conceito, entendemos que nossa tarefa de pesquisar sua emergência é, numa perspectiva foucaultiana, equivalente à tarefa de descrever o campo associado ao qual não apenas ele se relaciona, mas deve sua própria constituição.

Em conformidade com a proposta de investigar as diferentes emergências — termo aqui utilizado em sua acepção genealógica — do conceito de *monumento* nos escritos arqueogenealógicos, este capítulo acolherá a análise de uma série enunciativa na qual o termo figura. Como vimos, Foucault já situava o desafio de estabelecer séries como uma das consequências das mudanças epistemológicas que acometem as análises históricas de seu tempo. Aliás, mais do que reconhecer tal desafio metodológico, o professor do Collège de France o toma para si, fato o qual se impõe, portanto, também aos que desejam introduzir-se na execução de análises discursivas numa filiação foucaultiana, como é o nosso caso.

Tendo isso em conta, os critérios na seleção das fontes são fundamentais para que não se imagine ser o *corpus* de análise uma unidade imediata, passivamente recebida pelo pesquisador, de caráter “natural” ou “necessário”. Em defesa de uma história serial e descontínua, após destituir os discursos dos grandes conjuntos com que estávamos habituados, a arqueologia apresenta a vantagem de, como argumenta o filósofo,

descrever outras unidades, mas, dessa vez, por um conjunto de decisões controladas. Contanto que se definam claramente as condições, poderia ser legítimo constituir, a partir de relações corretamente descritas, conjuntos que não seriam arbitrários, mas que, entretanto, teriam permanecido invisíveis (Foucault, 2007 [1969], p. 32).

Em nosso caso, também por um conjunto de decisões controladas, desejamos descrever uma série que não fora delimitada nem de modo natural e nem de modo arbitrário, para, então,

mapear relações que, embora não sejam de todo invisíveis, ao menos não são imediatas³⁵. Se definir as condições é fundamental para a construção das séries, como explicita Foucault, defendemos que, conforme sugere uma leitura deleuziana do fazer arqueológico foucaultiano, “as palavras, frases e proposições retidas no corpus devem ser escolhidas em torno dos focos difusos de poder (e de resistência) acionados por esse ou aquele problema” (Deleuze, 2013 [1986], p. 28). Em vista disso, dada uma série enunciativa composta de enunciados de teor teórico-metodológico como o é aquela com que nos ocupamos, é preciso afastar a visão segundo a qual o discurso teórico seria alheio às disputas pelo poder por estar supostamente comprometido com a Verdade ou com a Razão para enfatizar justamente o contrário, como vimos durante a consideração de algumas ideias genealógicas.

Nesse sentido, nossa pesquisa procura evidenciar marcas da “paixão dos cientistas, de seu ódio recíproco, de suas discussões fanáticas e sempre retomadas” (Foucault, 2010 [1971], p. 18). Desse modo, acreditamos ser preciso falar em lutas pelo poder no que concerne às relações entre diferentes grupos de enunciados, já que o nível discursivo implica a consideração dos poderes que nele se formalizam (Deleuze, 2013 [1986]). São esses jogos de força na trama maquinica do poder que podem ser determinantes para a tomada de escolhas teóricas, para a formação de certas oposições conceituais, para a determinação de objetos dos quais os enunciados se ocupam e mesmo para a forma de encadeamento desses enunciados.

Partindo da ideia segundo a qual a constituição de um discurso não se isola dos jogos instáveis do poder, propomos pensar os modos pelos quais as teorizações foucaultianas, ao privilegiarem a linguagem em seus desdobramentos, já concretizam uma tomada de partido em disputas com múltiplos adversários. E isso tanto no caso de sua relação com os que não delegam protagonismo à linguagem, como no caso de sua relação com os que, considerando-a, o fazem tomando-a com outros estatutos.

³⁵ O conceito de *monumento* não recebe, por exemplo, um vocábulo específico em trabalhos como os de Edgardo de Castro e de Judith Revel. Evidentemente, os autores tratam com primor as noções foucaultianas, apresentando leituras e fragmentos que as precisam. Entretanto, é de importância considerável indicar que, embora a noção de *monumento* seja mencionada nesses textos e em diversos outros (Deleuze 2013 [1987]; Machado (1982); Veiga-Neto (2007); Dosse (1991); Dreyfus; Rabinow (1995)), o termo aparece de modo fugidivo, seguido de outros enunciados que buscam elucidar conceitos considerados mais nucleares.

Então, se desejamos ampliar horizontes do fazer linguístico ao destacar a ideia de *monumento* de sua proposição “original” e verificar suas contribuições à área a partir de trabalhos contemporâneos — o que propomos fazer em nosso último capítulo —, devemos antes compreender melhor as condições de produção em que a ideia de tratar o discurso como *monumento* surge. Para tanto, o primeiro movimento da pesquisa foi o de catalogar os livros e as coletâneas do autor traduzidos para o português, realizando, neles, uma busca geral pelo termo, a fim de forjar nossa série enunciativa.

Feita essa busca preliminar, uma segunda questão se colocava: como garantir que serão recolhidos, efetivamente, os enunciados mais adequados para a análise? De posse das problematizações foucaultianas acerca do estatuto do enunciado, sabe-se que nem todos aqueles em que aparece o termo *monumento* são idênticos, equivalentes ou intercambiáveis. Nas palavras do filósofo, mesmo o

fato de duas enunciações serem exatamente idênticas, formadas pelas mesmas palavras usadas no mesmo sentido, não autoriza que as identifiquemos de maneira absoluta (...) Exhaustiva, a identidade não é um critério [de semelhança]; ainda mais quando é parcial, quando as palavras não são usadas cada vez no mesmo sentido, ou quando um mesmo núcleo significativo é apreendido por meio de palavras diferentes (...) Não há semelhança em si, imediatamente reconhecível, entre as formulações: sua analogia é um efeito do campo discursivo em que a delimitamos (Foucault, 2007 [1969], p. 161-162).

Devemos levar em consideração, ainda, que tampouco ser proferido por um “mesmo” autor, no caso, Foucault, é condição suficiente para que as utilizações de *monumento* mantenham uma relação de identidade entre si. Como vimos, a função enunciativa nos remete a atravessamentos: o próprio sujeito do enunciado consiste em uma *posição*. Em vista disso, no nosso passo de catalogação das ocorrências do termo que nos interessa, identificamos que, por vezes, ele aparece em enunciados retomados pelo francês sem as condições em que desejamos investigá-lo; outras vezes, exercendo uma função atributiva, indicando grandeza e não se ligando a enunciados os quais se relacionavam com o tratamento das materialidades discursivas.

Nessa direção, se vamos privilegiar os enunciados assinados por Foucault, não o fazemos sem considerar as descontinuidades que este pensador trava consigo mesmo. Nos casos em que chamamos à cena algumas outras referências, é para mostrar de que modo os conceitos impressos em dada configuração epistemológica não se forjam por si, mas são partilhados, polidos, revisitados em agrupamentos enunciativos os quais partem de concepções teóricas bem diferentes, apesar de se cruzarem em alguns pontos.

Estabelecemos como condição para um enunciado ser pertinente à nossa análise a de que ele trave relações, em seu *campo associado*, com enunciados de ordem metodológica sobre a dimensão linguístico-discursiva. Isso quer dizer que, para compor nossa série, os enunciados nos quais o termo *monumento* aparece devem dizer respeito ao tratamento e ao manejo de materialidades linguísticas. De modo mais abrangente, podem entrar aí textos que não necessariamente tomam como objeto a arqueologia foucaultiana, mas que envolvam uma posição crítica com relação ao jogo estabelecido entre o pesquisador e suas fontes. De modo mais específico, certamente podemos circunscrever nessa série enunciados que dizem respeito ao que gostaria de chamar de uma "meta-arqueogenealogia" — será o caso dos textos atribuídos ao próprio Foucault, quando este tenta explicar seus procedimentos, bem como o daqueles que se referem ao trabalho realizado pelo orientando mais célebre de Canguilhem. Tal decisão, vale ressaltar, não preexistiu ao contato com os documentos aos quais nos dedicamos, mas foi também imposta por informações as quais só foram acessadas com a pesquisa já em marcha.

Finalmente, observamos uma vez mais que não se trata de dar uma palavra final sobre o conceito de *monumento*, mas de mostrar suas multiplicidades, de nos demorarmos em suas irrupções como acontecimentos enunciativos, sem pretender com isso encontrar uma unidade ou continuidade de sentido e nem, por outro lado, rupturas absolutas entre cada um dos usos que constituem nossa série. Se, conforme nos provoca o professor do Collège de France, “a comparação arqueológica [se bem que, em nosso caso, apenas no nível de um conceito, e não de uma episteme ou de uma formação discursiva] não tem um efeito unificador, mas multiplicador” (Foucault, 2007 [1969], p. 180), a multiplicação não significa que a ruptura será o fim último de nossa análise, ocupando, em nosso estudo, o mesmo protagonismo que a continuidade ocupa numa análise do discurso teleológica. Em outros termos, enfatizamos que se trata de “fazer atuar o contínuo e o descontínuo um contra o outro: mostrar como o contínuo é formado segundo as mesmas condições e conforme as mesmas regras que a dispersão” (Foucault, 2007 [1969], p. 196).

Não surpreenderá, portanto, se novas e diferentes leituras e composições de séries que envolvam a noção de *monumento* cheguem a conclusões parcialmente distintas, encontrem novos elementos para comporem um *corpus*. A seguir, inicio a reflexão sobre a série propriamente dita: ela é composta por excertos concernentes à fase de emergência da arqueologia, os quais se dispõem durante a década de 1960.

3. 1 O *DISCURSO-MONUMENTO* NA FORMULAÇÃO DA ARQUEOLOGIA COMO MÉTODO

Mesmo partindo de leituras de Foucault segundo as quais o autor, a obra e o livro não são noções suficientes para unificar um discurso, seria falso dizer que prevíamos — antes do exercício de seriação propriamente dito —, em toda sua solidez e irredutibilidade, o fato de que o livro “está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases”, de que se trata de um “nó em uma rede” (Foucault, 2007 [1969], p. 26). Não há grandes dificuldades em compreender essa propriedade tão característica do discurso: reconhecemos a insistência com que nos citamos, nos parafraseamos e glosamos. Entretanto, somente durante a construção do *corpus* desta pesquisa, no que diz respeito à seleção dos fragmentos para exame, é que entendemos o quanto esse jogo de remissões é fundamental: vi-me orientada, muitas vezes, por notas de rodapé³⁶ que remetiam a outros textos.

Realizada a leitura de *A arqueologia do saber* — objeto da pesquisa de Iniciação Científica —, recorri ao livro *Ciência e saber, a trajetória da arqueologia de Foucault*, tese de doutorado de Roberto Machado. A partir desse texto de importância salutar para os estudos foucaultianos no Brasil, por individualizar a arqueologia a partir das vizinhanças e dos distanciamentos que esta toma em relação à epistemologia e à história das ciências, deparei-me com uma nota que dizia o seguinte: “[a] interpretação da arqueologia como estudo de monumentos aparece pela primeira vez no artigo de G. Canguilhem sobre *Les mots et les choses*” (Machado, 1982, p. 171). Trata-se de *Morte do homem ou esgotamento do cogito*, de 1967. Com base nessa informação indicada por Machado e também pelo próprio Foucault³⁷, a sequência enunciativa de Canguilhem tornou-se um ponto de partida para a formação de nosso *arquivo*. A nota apresentada por Machado também se fez muito profícua por confirmar o que

³⁶ Estatuto emblemático das notas: se consideradas em relação aos enunciados do corpo do texto, muitas vezes são o dispensável, o acessório, compreensão que justifica sua disposição em fonte reduzida, às margens da página. Por outro lado, são observações necessárias, uma vez que, em um gesto deliberado, opta-se por mantê-las, e não por simplesmente omiti-las. Talvez não seja precipitado dizer que muitas notas de rodapé sejam extensas discussões potenciais minimizadas somente pelo jogo da necessidade, para limitar o texto, dar-lhe coerência e linearidade, tornando-o enxuto, pretensamente contínuo. De todo modo, sobretudo essas notas explicativas, direcionando-nos a outros enunciados, indicam de maneira palpável que a inscrição dos enunciados em um *campo associado* é uma de suas condições de existência.

³⁷ Também por uma nota de rodapé em *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia* (2000 [1968]), Foucault confirma dever a Canguilhem o uso do termo *monumento*.

já havia notado ao catalogar as ocorrências do termo *monumento* em livros foucaultianos anteriores ao artigo de Canguilhem: as ocorrências existentes em *História da loucura* e em *As palavras e as coisas* não eram pertinentes, conforme as condições de produção eleitas — dizerem respeito a uma meta-arqueogenealogia, isto é, a enunciados sobre a crítica dos documentos —, para figurarem em nossa série.

Porém, antes mesmo de ter sido empregada em *A arqueologia do saber*, na resposta dada por Foucault ao Círculo de Epistemologia, bem como em *Resposta a uma questão*, ambas de 1968, a noção já aparecia em enunciados meta-arqueológicos. Desse modo, se tomarmos o livro de 1969 como um limiar, já que “não era apenas um livro de reflexão ou de método geral, era uma orientação nova, como uma dobra reagindo sobre os livros anteriores” (Deleuze, 2013 [1986], p. 40), podemos estabelecer uma subsérie composta por fragmentos de *Morte do homem ou esgotamento do cogito* (2012 [1967]); *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo de epistemologia* (2000 [1968]); *Resposta a uma questão* (2010 [1968]) e de *A arqueologia do saber* (2007 [1969]), textos que se ligam diretamente ao método de Foucault. Portanto, tais trabalhos podem ser considerados, conforme nossa terminologia, “meta-arqueológicos”. No entanto, pontuamos que, além desses, nesse primeiro momento de nossa análise, remontaremos a outros trabalhos que não mencionam o termo ao qual nos dedicamos atrelando-o ao fazer de Foucault, mas que, conforme acreditamos, contribuem como condições para o desenvolvimento da noção de *monumento* no seu pensamento. Esse será o caso de um comentário atribuído a Sartre e de enunciados atribuídos a autores que trabalham com ideias de *monumento* sem tomar o pensamento de Foucault como objeto, quais sejam, Martial Guérout e Lucien Febvre.

3. 1.1 Nem geologia, nem arquitetônica, arqueologia

Difícilmente compreenderemos o texto a que se deve a incorporação do termo *monumento*³⁸ por Michel Foucault, qual seja, *Morte do homem ou suspensão do cogito* (2012 [1967]), sem partilharmos com Canguilhem tanto a leitura do livro mais polêmico de Foucault quanto alguns questionamentos a respeito do giro metodológico proposto por ele em relação às

³⁸ Não buscamos, com isso, evidenciar a origem do conceito — não se tratando, pois, de desconsiderar, buscando a origem, aquilo que temos primeiro disponível às vistas. Cf. problematizações feitas por Foucault a respeito da busca da origem em *A arqueologia do saber*, em *As unidades discursivas*, *Raridade*, *exterioridade*, *acúmulo* e *O original e o regular*. Em todas elas, desdobra-se a tese segundo a qual “[n]ão é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (Foucault, 2007 [1969], p. 28). Nosso estudo limita-se, portanto, ao conjunto de enunciados que estabelecemos em nossa série.

histórias³⁹ que lidam com documentos teóricos. Tomando leitores do texto de seu discípulo como interlocutores, o epistemólogo debruça-se não apenas sobre o livro em si, mas também sobre críticas a ele direcionadas. Essas são lançadas, nas palavras do médico, por alguns indivíduos que, diante da arqueologia das ciências humanas, não puderam evitar “perder a calma”, agindo, por insatisfação, no estilo “universitário rancoroso” (Canguilhem, 2012 [1967], p. 8). Sublinhamos as expressões inflamadas por nos indicarem como esse pensador toma parte, ao lado de Foucault, em um conflito previamente estabelecido. Tal embate deve ser considerado ao menos em suas linhas gerais, já que é constituído por enunciados os quais desempenham papel de condição de existência para a série extraída de Canguilhem.

Uma peça fundamental para compreendermos os jogos argumentativos presentes no excerto de Canguilhem é a resposta de Jean Paul Sartre ao número 30 da revista *L'arc*. Esse número, dedicado ao existencialista, o incomoda por referir-se às reflexões sobre o homem e sobre a consciência — objetos dos quais se ocupa — como páginas viradas, superadas pelo então novo e dominante interesse pelas estruturas e os sistemas⁴⁰. Distanciado dos holofotes e vendo-se bastante isolado teoricamente, tendo em vista o declínio do número de representantes e de estudos existencialistas ao seu entorno, Sartre dispara, nessa ocasião:

O arqueólogo é alguém que pesquisa os traços de uma civilização desaparecida para tentar reconstruí-la. Ele estuda um estilo que foi concebido e colocado em marcha pelos homens. Esse estilo pôde impor-se em seguida como uma situação natural, para assumir a aparência de um dado. Ele não é menos que o resultado de uma práxis da qual a arqueologia retraça o desenvolvimento. O que Foucault nos apresenta é, como bem notou Kanters, uma geologia: a série de camadas sucessivas que formam nosso “solo”. Cada uma dessas camadas define as condições de possibilidade de um certo tipo de pensamento que triunfou durante um certo período. Mas Foucault não nos diz o que seria o mais interessante: a saber, como cada pensamento é construído a partir dessas condições, nem como os homens passam de um pensamento a outro. Para tanto, seria necessário a ele fazer intervir a práxis, logo, a história, e é precisamente isso que Foucault recusa. Certamente sua perspectiva permanece histórica. Ele distingue as eras, um antes e um depois. Mas ele

³⁹ Utilizamos tal expressão com a mesma vagueza que apresenta em *A arqueologia do saber*: “nessas disciplinas chamadas histórias das ideias, das ciências, da filosofia, do pensamento e da literatura (a especificidade de cada uma pode ser negligenciada por um instante), nessas disciplinas que, apesar de seu título, escapam, em grande parte, ao trabalho do historiador e a seus métodos (...)” (Foucault, 2007 [1969], p. 4).

⁴⁰ Veja-se o tom com que Bernard Pingaud (1966, p. I) redige a apresentação do número em questão: “[n]ão se fala mais de consciência ou de sujeito, mas de regras, de códigos, de sistemas; não se diz mais que o homem faz o sentido, mas que o sentido advém ao homem; não se é mais existencialista, mas estruturalista” (*apud* Dosse, 2018 [1991], p. 450).

substitui o cinema pela lanterna mágica, o movimento por uma sucessão de imobilidade (Sartre, 2009 [1966], p. 76, tradução nossa)⁴¹.

Tomando como ponto de partida a terminologia escolhida por Foucault para identificar o seu método, *arqueologia* — logo, um ponto letal —, Sartre oferece sua própria definição do termo com vistas a deslegitimar essa escolha terminológica do orientando de Canguilhem. O existencialista advoga que a arqueologia consiste em um esforço para reconstruir determinado “estilo” que passou a ser tomado como dado, como natural em dada civilização desaparecida. Nessa tarefa de reconstituição de algo desaparecido, deve-se contemplar, conforme Sartre, o modo pelo qual o desenvolvimento de uma práxis consolidou e reproduziu esse estilo que passa, então, a se apresentar como “natural”, como um dado.

Com essa definição de arqueologia, o existencialista imagina excluir de seu escopo a modalidade de história realizada por Foucault, já que, em lugar de reconstruir o estilo no desenrolar de uma prática, ele buscaria a série de camadas sucessivas desses construtos com valor de “dados” prontos. Logo, na visão de Sartre, por supostamente não explicar nem a práxis, a atividade humana enquanto o processo de constituição de um solo — mas apenas seu resultado, o dado —, nem o processo de passagem de um solo a outro, Foucault estaria apagando a história e aproximando-se de uma geologia; afinal, é esta que se ocupa de solos naturais, desconsiderando elementos culturais, dentre os quais um exemplo é a práxis humana. A partir dessa avaliação, o existencialista entende o estudo das epistemes em *As palavras e as coisas* como a descrição de blocos os quais se sucedem de modo truncado. Nessa perspectiva, a análise empreendida por Foucault somente seria digna do qualificador “histórica” pelo fato de que

⁴¹ No original: “L'archéologue est quelqu'un qui recherche les traces d'une civilisation disparue pour essayer de la reconstruire. Il étudie un style qui a été conçu et mis en oeuvre par des hommes. Ce style a pu par la suite s'imposer comme une situation naturelle, prendre l'allure d'un donné. Il n'en est pas moins le résultat d'une praxis dont l'archéologue retrace le développement. Ce que Foucault nous présente c'est, comme l'a très bien vu Kanters, une géologie: la série des couches successives qui forment notre « sol ». Chacune de ces couches définit les conditions de possibilité d'un certain type de pensée qui a triomphé pendant une certaine période. Mais Foucault ne nous dit pas ce qui serait le plus intéressant: à savoir comment chaque pensée est construite à partir de ces conditions, ni comment les hommes passent d'une pensée à une autre. Il lui faudrait pour cela faire intervenir la praxis, donc l'histoire, et c'est précisément ce qu'il refuse. Certes, sa perspective reste historique. Il distingue des époques, un avant et un après. Mais il remplace le cinéma par la lanterne magique, le mouvement par une succession d'immobilités” (Sartre, 1966, p. 1).

haveria um antes e um depois de cada bloco de imobilidade; afinal de contas, cronologicamente, um bloco surgiria após o outro.

Em resumo, Sartre se permite atribuir a Foucault definições de metodologia e de objeto que considerava serem as mais adequadas, mas isso não sem tomar uma posição de sujeito visivelmente afetada pelo que entende ser uma agressão à história. O ponto alto de sua crítica reside num deslocamento tal que uma geologia próxima da natureza substitui a história impressa na ideia de arqueologia. E é com tom exasperado que diz ser a história aquilo que Foucault recusa.

Após essa reprodução parcial da crítica feita por Sartre, vejamos seu desdobramento como condição de existência para a sequência enunciativa na qual emerge a ideia de *monumento* atrelada aos estudos de Foucault, isto é, para a ocasião em que Canguilhem utiliza esse termo:

o que Foucault tenta trazer novamente à luz não é o análogo de uma camada da crosta terrestre que aparece através de um fenômeno natural de ruptura e de desmoronamento, mas um ‘desnívelamento da cultura ocidental’, isto é, expressamente, um ‘limiar’. A despeito da utilização, pela geografia e pela ecologia, do termo habitat, o homem habita uma cultura, não um planeta. A *geologia* conhece *sedimentos* e a *arqueologia*, *monumentos*. Compreende-se facilmente, assim, por que aqueles que depreciam, para defender os direitos da história — dialética ou não —, o *método estrutural* (supondo-se que exista um método propriamente dito), se obstinam em querer substituir arqueologia por geologia. É para melhor apoiar a pretensão de representar o humanismo que os anima. Fazer de Foucault uma espécie de geólogo é o mesmo que dizer que ele naturaliza a cultura retirando-lhe a história. Os propagadores do existencialismo poderão então taxá-lo de positivista, a injúria suprema (Canguilhem, 2012 [1967], p. 11, grifos meus).

Nota-se que os termos *geologia* e *sedimentos* ricocheteiam da resposta do existencialista à *L’Arc* até o comentário de Canguilhem, publicado no ano seguinte. Localizados em posições alternativas respectivamente a *arqueologia* e *monumentos*, constituem com esses o núcleo conceitual a partir do qual o embate não apenas encontra eco nas formulações do orientador de Foucault, como também um incremento.

Ao assumir a posição de sujeito observador do conflito entre o arqueólogo e o existencialista, oferecendo-nos o diagnóstico de que os “propagadores do existencialismo” queriam encerrar Foucault numa naturalização da cultura para se dizerem humanistas, o médico não o faz de modo neutro. Na verdade, sem mudar o tom do conflito, Canguilhem se permite atribuir a Sartre — como este fizera com Foucault — o que considerava ser-lhe mais ajustado; isto é, como objetivo, a defesa do humanismo — o qual, como vimos, é um dos aspectos

filosóficos contra os quais o arqueólogo se insurge na esteira de Nietzsche — e como estratégia, o ataque ao *método estrutural*, cuja existência determinada é colocada em dúvida por Canguilhem.

Frente a essas proposições que, por um lado, contestam e, por outro, defendem a legitimidade do método foucaultiano, é preciso acompanhar mais de perto aquilo que seu propositor disse sobre sua própria atividade, a fim de entender como cada um dos excertos acima se articula ao que toma como objeto: a análise discursiva foucaultiana em suas disposições iniciais.

Embora o campo da arqueologia efetue escavações e a etimologia desse nome leve-nos à ideia de “estudo da *arché*”, essas duas interpretações que a denominação do método foucaultiano pode suscitar não se aplicam e até mesmo contradizem seu projeto. Aliás, se nos prendemos a tais sentidos correntes, de estudo da origem e, contiguamente, de escavação, no limite, essa designação beira à pura ironia, afinal, o professor do Collège de France afirma:

Não estou à procura desse primeiro momento solene a partir do qual, por exemplo, toda a matemática ocidental foi possível. (...) São sempre começos relativos que procuro, antes instaurações ou transformações do que fundamentos, fundações. E, depois, me incomoda da mesma forma a ideia de escavações. O que eu procuro não são as relações que seriam secretas, escondidas, mais silenciosas ou mais profundas do que a consciência dos homens (Foucault, 2000 [1969], p. 145-146).

Com base nessas palavras, nem a origem fundamental suposta pelo prefixo “arché” nem a profundidade suposta pela escavação são perseguidas pelo filósofo. Logo, a ideia sartriana de que Foucault se ocupa de “sedimentos naturais” é inapropriada, pois o sedimentar supõe, ainda que metaforicamente, camadas “amontoadas” verticalmente; ao passo que, em 1966, o arqueólogo das ciências humanas dizia que seu objeto não era formado “por um certo estado de conhecimentos, *sedimentado* no curso das idades precedentes e servindo de solo aos progressos mais ou menos desiguais ou rápidos da racionalidade” (Foucault, 1999 [1966], p. 218-219). Desse modo, se, como explicita Foucault, os começos são “relativos” e as relações analisadas estão na superfície, o que Sartre chama de “camada”, por supor um olhar orientado pela escavação, não seria adequado para tratar a “episteme”.

A origem e a escavação são rechaçadas à medida que, conforme a concepção descontínua de história, não haveria uma sustentação, uma base por acúmulo a partir da qual se sucederiam progressos. Tal visão já estava impressa em *História da loucura* e em *O nascimento*

da clínica. Por esse posicionamento já estar assinalado nos trabalhos foucaultianos, ainda que admitamos algumas contradições, a associação da arqueologia ao estudo de sedimentos naturais é uma crítica injusta, pois ataca o método sem dar crédito à coerência estabelecida entre a concepção de descontinuidade e os gestos de análise empregados. Assim, a réplica de Canguilhem — claro, partidária — demarca uma beligerância entre Sartre e Foucault.

Nesse sentido, Canguilhem propõe uma aproximação mais bem-sucedida ao sugerir a ideia de “limiar”. Tal metáfora parece harmonizar com o proceder do arqueólogo do saber à medida que, em *Sobre as maneiras de escrever a história* (2000 [1967]), esse diz buscar precisamente as linhas de clivagem as quais separam um solo epistemológico daqueles que lhe fazem divisa:

posso efetivamente definir a época clássica em sua configuração própria pela dupla diferença que a opõe ao século XVI, por um lado, e ao século XIX, por outro. Ao contrário, não posso definir a Idade Moderna em sua singularidade senão opondo-a ao século XVII, por um lado, e a nós, por outro; é preciso, então, para poder operar sem cessar a partilha, fazer surgir, sob cada uma de nossas fases, a diferença que nos separa dela (Foucault, 2000 [1967], p. 76).

Dessa maneira, a relação entre solos que interessa à arqueologia não seria dada nos termos de um aprimoramento do anterior pelo subsequente nem por substituição absoluta, como sugeria Sartre com a ideia de uma “sucessão de imobilidade”. Já que os solos epistemológicos não se definem por si mesmos, mas também pelo contraste em relação aos outros, como indica a passagem acima, a descontinuidade entre um solo epistemológico e outro não consiste em uma noção essencialista: isso pressuporia uma concepção monolítica da episteme, contrária a esse apelo ao contraste, à diferença, para definir-se.

Se explorarmos a metáfora dos elementos geológicos, a relação entre dois solos epistemológicos está mais para dois terrenos arenosos, com sua dispersão, do que para a relação entre dois monólitos. Assim, em vez de uma linha reta indicando uma ruptura total, há várias descontinuidades de diferentes dimensões, as quais não poderão ser todas descritas, mas apenas algumas delas, verificáveis em alguns conjuntos privilegiados.

A imagem do desnível proposta por Canguilhem, e não de um colapso completo, é pertinente quando nos debruçamos, por exemplo, sobre a ruptura arqueológica estabelecida por Foucault entre as epistemes clássica e moderna. Nesse caso, embora a linguagem passe a se enrolar sobre sua historicidade, e não apenas sobre seu poder de representar; a análise das riquezas passe a se embasar na produção e no trabalho, e não mais na representação implicada

nas trocas; a análise dos seres vivos paute o estudo dos seres pela função de suas estruturas na manutenção de sua vida, e não mais em suas estruturas visíveis, não se trata de uma mudança plena e abrupta. Como explica Foucault, a passagem da episteme clássica à moderna ocorre em razão de uma “ruptura profunda”, mas cujos sinais são dispersos

no espaço do saber, pois que se deixam perceber na formação, aqui de uma filologia, ali de uma economia política, ali ainda de uma biologia. Dispersão também na cronologia: certamente, o conjunto do fenômeno se situa entre datas facilmente assinaláveis (os pontos extremos são os anos 1775 e 1825); podem-se porém reconhecer, em cada um dos domínios estudados, duas fases sucessivas que se articulam uma à outra, mais ou menos por volta dos anos 1795-1800. Na primeira dessas fases, o modo de ser fundamental das positivities não muda; as riquezas dos homens, as espécies da natureza, as palavras de que as línguas são povoadas permanecem ainda o que eram na idade clássica: representações duplicadas — representações cujo papel consiste em designar representações, analisá-las, decompô-las e compô-las, para fazer nelas surgir, com o sistema de suas identidades e de suas diferenças, o princípio geral de uma ordem. É somente na segunda fase que as palavras, as classes e as riquezas adquirirão um modo de ser que não é mais compatível com o da representação (Foucault, 1999 [1966], p. 302-303).

Conforme o excerto acima, a ruptura epistemológica não se dá no sentido de que tudo o que se pensava antes não possa mais ser pensado em absoluto. É o que ocorre na primeira fase: surgem novos conceitos, mas não se muda de imediato o modo de ser das positivities analisadas. Entretanto, como a ruptura faz deslocarem-se expressivamente os modos como os elementos são pensados, posteriormente se tornam mais salientes os seus efeitos. Logo, embora a profundidade inserida nos objetos mencionados a partir do abandono tenha consequências reestruturantes para os domínios discursivos estudados, motivando a emergência da filologia, da biologia e da economia, ela não exclui, de imediato, todo o imperativo da representação.

Além disso, podemos argumentar sobre o papel exercido pela continuidade, que nos permite pensar como esses domínios estão ligados aos que lhe antecedem. Continua-se a tratar dos seres, mas, agora, substancialmente em função da vida; da linguagem, mas, agora, substancialmente dispersa em seu ser múltiplo; das riquezas, mas, agora, do ponto de vista da produção, e não somente da troca. Se fosse uma ruptura total, não seria possível estabelecer esse nível de continuidade entre domínios discursivos sucedâneos: ainda que a continuidade seja apenas a “tábua” para mapear as diferenças, ela existe.

Justamente por essa multiplicidade de alterações, devemos concordar com Sartre quando acusa Foucault de não explicar o *porquê* das rupturas entre uma episteme e outra. De

fato, o arqueólogo se contenta em descrevê-las em sua positividade, sem dar crédito a nenhuma forma de causalidade. Mas, além de isso ser admitido, também era justificado no livro de 1966:

Se, para uma arqueologia do saber, essa abertura profunda na camada das continuidades deve ser analisada, e minuciosamente, não pode ser ela “explicada”, nem mesmo recolhida numa palavra única. É um acontecimento radical que se reparte por toda a superfície visível do saber e cujos signos, abalos, efeitos, podem se seguir passo a passo. Somente o pensamento, assenhorando-se de si mesmo na raiz de sua história, poderia fundar, sem nenhuma dúvida, o que foi, em si mesma, a verdade solitária desse acontecimento. A arqueologia, essa, deve percorrer o acontecimento segundo sua disposição manifesta (...) (Foucault, 1999 [1966], p. 298).

Nessa passagem, defende-se que a arqueologia deve acompanhar as disposições manifestas do acontecimento que instaura a ruptura a partir da “superfície visível do saber”. Essa superfície visível é formada pela massa de enunciados e de regimes de visibilidade produzida nos diferentes momentos históricos. Desse ponto de vista, o estudo do saber se orienta por uma exterioridade, se o contrastamos com o trabalho de uma análise do pensamento, de algo interno e abstrato, portanto, invisível e virtual.

Importante é notar que, para Foucault, somente o pensamento, assenhoreando-se de si, poderia *explicar* o acontecimento radical que implica as transformações as quais se passam na transição de uma episteme a outra. Contudo, é justamente esse assenhoreamento do pensamento sobre si mesmo que é colocado em questão quando ele afirma, no mesmo texto, sobre a passagem da episteme clássica à moderna:

Esse acontecimento, sem dúvida porque estamos ainda presos na sua abertura, nos escapa em grande parte (...) só poderia ser estimado e medido ao termo de uma inquirição quase infinita que só concerniria, nem mais nem menos, ao ser mesmo de nossa modernidade (Foucault, 1999 [1966], p. 302).

Uma vez existente de modo historicamente condicionado, a episteme do presente não é facilmente individualizável, já que é a partir dela que produzimos nossos próprios discursos; é ela que condiciona nosso próprio pensamento. Para determiná-la positivamente, seria preciso um distanciamento, um recuo cronológico ou a possibilidade de um pensar a-histórico. Desse modo, no nível da episteme — como concebida até então —, só podemos definir-nos negativamente, pelo que não dizemos mais, ou parcialmente, sem pretender esgotá-la.

Portanto, no que diz respeito à análise dos solos epistemológicos e de sua transição, o procedimento de Foucault é duplamente orientado em termos negativos e positivos. Negativos, porque ele se mobiliza não pela constituição de um solo epistemológico em si mesmo, mas pela

relação de fronteira que estabelece com outros. Por outro lado, a análise opera com positivities, porque considera aquilo que foi efetivamente documentado, materializado, em oposição à busca de uma causa interna ao pensamento para justificar a passagem de uma episteme a outra.

Ademais, Foucault tem oportunidade, após o texto de Sartre, de responder negativamente à crítica de não ter considerado a práxis. Se é verdade que seu livro de 1966 dedicou-se precisamente à esfera dos discursos, considerados de maneira bastante desvinculada das práticas sociais, em compensação, nos livros precedentes, também arqueológicos, são fundamentais as condições do saber estabelecidas no nível das práticas não discursivas. É o que vemos em *História da loucura*, por exemplo, quando, além de não terem sido considerados somente enunciados médicos, isto é, discursos científicos na compreensão do que se concebe como *loucura*, descobriu-se que esses desempenharam um papel ínfimo na deliberação do tratamento dado à população considerada desarrazoada na idade clássica. Nesse sentido, a crítica sartriana à arqueologia das ciências humanas quanto a uma exclusão das práticas parece dever-se à redução da arqueologia a apenas uma de suas modalidades apresentadas até então, ao seu eixo horizontal — em que se consideram apenas discursos, e não práticas não discursivas, como é o caso de *As palavras e as coisas*.

Como argumento complementar, Foucault explica que, quando não deu atenção às práticas não discursivas, estava motivado por recortes necessários às investigações as quais, admitindo jamais poderem dar conta de uma totalidade, ocuparam-se da individualização de modelos teóricos que desempenham um papel fundacional na organização do saber. E isso é diferente de dizer que o saber é independente da história. Como distingue Foucault,

demonstrar que os discursos científicos de uma época decorrem de um modelo teórico comum não quer dizer que eles escapem à história e flutuem no ar como desencarnados e isolados, mas que não será possível fazer sua história, a análise do funcionamento, do papel desse saber, das condições que lhe são impostas, da maneira pela qual ele se enraíza na sociedade, sem levar em conta a força e a consistência desses isomorfismos (Foucault, 2000 [1967], p. 68).

Na perspectiva assinalada acima, declina-se a crítica de a-historicismo a partir de uma ênfase no caráter limitado e não globalizante da pesquisa arqueológica. Assim, se o recorte em *História da loucura* eram práticas discursivas e não discursivas que se orientavam pela loucura e desrazão — escansão feita a partir de um tema —, em *As palavras e as coisas* são práticas discursivas teóricas sobre vida, trabalho e linguagem — escansão feita a partir de uma região de racionalidade, a das ciências humanas. Essa segunda escolha não se confunde com uma

negação da modalidade vertical da arqueologia, mas é uma decisão consciente do pesquisador. Desse privilégio dado à esfera discursiva em seu trabalho mais importante e reafirmado no excerto acima, podemos confirmar a tese deleuziana segundo a qual o enunciável tem primado sobre o visível nos estudos foucaultianos. Seus estudos privilegiam a linguagem porque o discurso desempenha papel estruturante na própria história, e não de exclusão, como parece supor o argumento de Sartre.

Sartre parece propor que, como a ruptura responsável pela passagem de uma configuração a outra permanece enigmática, a análise arqueológica não é histórica. Nessa leitura, somente a consideração de práticas humanas atrelada ao porquê da mudança poderiam caracterizar uma análise como histórica. Logo, o interesse por estruturas seria incompatível com a historicidade.

Mas se tomamos de empréstimo da linguística estrutural a dicotomia diacronia/sincronia para discutir a metodologia elaborada por Foucault, veremos que, mesmo sem a aplicar ao seu domínio de estudo explicitamente, sua concepção desses conceitos ultrapassa a ideia de Sartre segundo a qual analisar a sincronia — isomorfismos estabelecidos sincronicamente entre distintas formações discursivas — é descrever blocos de imobilidade apagando a história. Diz o arqueólogo:

é verdade que o ponto de vista da linguística estrutural é sincrônico, mas o ponto de vista sincrônico não é a-histórico e, com mais forte razão, não é um ponto de vista anti-histórico. Escolher a sincronia não é escolher o presente contra o passado e o imóvel contra o evolutivo (...) O sucessivo não passa de uma dimensão da história: afinal, a simultaneidade de dois acontecimentos é menos um fato histórico do que sua sucessão. É preciso não identificar a história ao sucessivo, como se faz ingenuamente. É preciso admitir que a história é tanto o simultâneo quanto o sucessivo (Foucault, 2000a [1969], p. 165).

Apesar de tratar, nesse excerto, especificamente do problema da linguística estrutural, é muito intuitivo para nós, leitores, entender essa ideia como bastante aplicável à própria arqueologia. Em suas palavras, ainda, uma das mudanças que lhe são contemporâneas quanto aos modos de fazer historiografia é a de que “a mudança pode ser objeto de análise em termos de estrutura, o discurso histórico é povoado por análises tomadas emprestado da etnologia e da sociologia, das ciências humanas” (Foucault, 2000 [1967], p. 63). Com isso, implica-se que a ideia de história em Sartre, a qual parece opor história e devir, é considerada obsoleta por Foucault.

Uma resposta possível a Sartre quanto ao suposto apagamento da história por Foucault é a de que não se tratava, do ponto de vista da arqueologia, de explicar como se dá a passagem de um pensamento a outro, numa única grande “mudança”. Como tentamos mostrar por um recurso lúdico — associando epistemes mais a solos arenosos do que a monólitos —, o objetivo era caracterizar transformações, no plural⁴². Enquanto Sartre parece esperar a formulação de uma “costura” ou nexos entre um momento e outro de nossa história epistemológica, supondo tais momentos como blocos homogêneos por conta de um “estilo”, Foucault aplica-se em descrever rupturas múltiplas, sem tentar dar coerência às contradições entre os discursos. O incômodo causado pela história arqueológica é, na verdade, segundo Canguilhem, devido ao fato de a arqueologia ser avessa à reprodução de uma história que se confunde com os interesses do humanismo. Situar a ação do homem como o fundamento da historicidade é, de algum modo, dar-lhe a impressão de controle do vir a ser.

Para finalizar esta leitura do embate entre Sartre e Foucault, há mais uma palavra sobre o uso desse termo — “solo” — e de outros cujo teor parece assentar-se sobre a geografia ou a geologia, logo, sobre ciências ao menos parcialmente “naturais”. Como vimos, esse estatuto serviu como mote à crítica desenvolvida por Sartre. Em uma sagaz interlocução com um grupo de geógrafos da *Revista Heródote*, o professor do Collège de France é obstinadamente questionado quanto a um suposto débito em relação à geografia, já que muitos dos termos utilizados em suas formulações são compartilhados com o campo. Remetemos a esse episódio à medida que, nele, o pensador aqui centralizado explicita o apelo a categorias espaciais de modo a não somente justificar o seu empréstimo, como também a *localizar* a crítica de Sartre:

através delas [metáforas espaciais], creio ter descoberto o que no fundo procurava: as relações que podem existir entre poder e saber. Desde o momento em que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reproduz os seus efeitos. Existe uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam pelo saber e que naturalmente, quando se quer descrevê-las, remetem àquelas formas de dominação a que se referem noções como campo, posição, região, território. E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo efetivamente se inscrevem em um *solo* ou em formas de discurso. Quem encarasse a análise dos discursos somente em termos de continuidade temporal seria necessariamente levado a analisá-la e encará-la

⁴² Por isso, existem alterações conceituais, como aquelas descritas em *As palavras e as coisas*, as quais não instauram, por si, uma nova episteme, mas podem se abrir para a formação de novos subsistemas e, se acompanhadas em discursos distintos, podem indicar um novo limiar arqueológico. Daí, nesse livro, o filósofo chamar a atenção para a necessidade de substituir a *mudança* por *transformações*.

como a transformação interna de uma consciência individual. Construiria ainda uma grande consciência coletiva no interior da qual se passariam as coisas. Metaforizar as transformações do discurso através de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar ao contrário decifrá-lo através de metáforas espaciais, estratégicas, permite perceber exatamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através de e a partir das relações de poder (...) *A utilização de termos espaciais tem um quê de anti-história para todos que confundem a história com as velhas formas da evolução, da continuidade viva, do desenvolvimento orgânico, do progresso da consciência ou do projeto da existência. Se alguém falasse em termos de espaço, é porque era contra o tempo.* E porque “negava a história”, como diziam os tolos, é porque era “tecnocrata”. Eles não compreendem que, na demarcação das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos, das classificações, das organizações de domínios, o que se fazia aflorar eram processos — históricos certamente — de poder (Foucault, 2010 [1976], p. 158, grifo meu).

A importância de uma explicação como essa não pode ser subestimada. Em primeiro lugar porque, nessas linhas, Foucault evidencia que a escolha por termos que designam espacialidades responde à imbricação entre o poder e o saber em nossas sociedades⁴³. Em segundo lugar, porque, ao fazê-lo, o filósofo termina por situar, ainda que não nominalmente, em que espaço teórico está Sartre: certamente ao lado daqueles que apenas conceitualizam a história em termos de continuidade temporal, desconsiderando a capilarização constituinte das relações de poder na administração dos saberes. A geografia — sobretudo política — pode ser entendida como solidária a uma história que não quer se limitar à continuidade temporal da consciência humana, mas sim pensar o caráter belicoso do gerenciamento dos discursos na história.

Após essa leitura mais detida da crítica lançada por Sartre, admitimos que muitas de suas impressões não devem ser condenadas por completo, afinal, o esboço mais concreto da metodologia arqueológica só viria a público nos anos seguintes aos questionamentos acima transcritos, a que nosso olhar retrospectivo tem acesso, enquanto o de Sartre, não⁴⁴. Deliberadamente utilizamos textos anteriores e posteriores ao excerto que retomamos do existencialista, escolha propositalmente assimétrica, porque o objetivo da dissertação é

⁴³ Vê-se que, contrastada aos livros nomeadamente arqueológicos, essa entrevista apresenta muito mais claramente — haja vista a repetida menção do termo “poder” — sua preocupação com as relações saber-poder. Contudo, mesmo retrospectivamente, ela ajuda a pensar questões que já estavam, ao menos parcialmente, dadas na “fase” arqueológica.

⁴⁴ Conforme Dominique Lecourt (*apud* Dosse (1991)), essa demora de Foucault em expor sua metodologia é em parte devida a Canguilhem, já que este, com Jean Hyppolite, teria aconselhado o orientando a desenvolvê-la depois da publicação de *As palavras e as coisas*, e não como prefácio a esta — o que era sua intenção inicial.

entender a especificidade com que Foucault concebe a história e o discurso através da ideia de *monumento*.

Situamos os termos *geologia* e *sedimento* dedicando-nos rapidamente ao texto de Sartre, para melhor delimitar a trama discursiva em que se localizam os enunciados de Canguilhem acima reproduzidos. Mas, nessa rede de enunciados metodológicos que margeiam aqueles nos quais Foucault utiliza a noção de *monumento*, há um outro nó que ainda não foi cotejado, ligado à questão *estrutura x história*.

Dizendo que o arqueólogo tinha como objeto não *sedimentos* de uma natureza, mas *monumentos* de uma cultura e apontando Sartre como interessado em atacar o *método estrutural*, Canguilhem parece remeter, de forma indireta, ao *método estrutural* em história da filosofia elaborado por Martial Guérault, professor contemporâneo à ascensão do estruturalismo em ciências humanas e muito conhecido por Foucault⁴⁵. A seguir, vamos considerar alguns excertos em que Guérault explana sua metodologia para, ao final desta seção, analisar como a ideia de *monumento* concebida por este pode ter sido retomada por Canguilhem para discernir o objeto de Foucault dos *sedimentos* naturais que lhe são atribuídos por Sartre⁴⁶.

O desenvolvimento do *método estrutural* de Guérault parte de problematizações que ele, enquanto historiador da filosofia, realiza acerca da filosofia articulada com a história. Em sua aula inaugural no Collège de France, em 1951, ele aponta uma ambiguidade do conceito de história, pois cada época estabelece modos próprios de se relacionar com o seu passado a partir daquilo que considera essencial ao homem. Nessa perspectiva, se por um lado a história e o essencial são sinônimos — dado que o não essencial não tem lugar na narrativa histórica —, por outro lado, não há critérios para determinar o que é o essencial senão aqueles próprios à época à qual o historiador se encontra subordinado. Em suma: a maneira de fazer história não é alheia a contingências históricas.

⁴⁵ Assim o afirma Dosse (2018 [1991], p. 138) e indica-nos o próprio Foucault (2007 [1969], p. 5), citando-o nas páginas iniciais de *A arqueologia do saber*. Nossas considerações realizadas sobre as propostas de Guérault para o campo da História da Filosofia, advertimos, são orientadas para o mapeamento de relações com as propostas de Foucault. Ainda que apresentemos algumas conclusões, não lemos a sua obra extensivamente.

⁴⁶ Devemos a ligação entre Guérault e Foucault pela noção de *monumento* a Dosse, quando este diz: “Essa transformação do documento em monumento e a analogia arqueológica que lhe é implícita serão retomadas mais tarde por Michel Foucault” (2018 [1991], p. 38).

Tem-se, então, uma importante crítica à história, por evidenciar que ela não dispõe de uma instância reguladora, externa a si mesma, capaz de fornecer critérios precisos e fixos na execução das historiografias. No caso da história da filosofia, Guérout sugere que o dilema epistêmico é ainda mais complexo, dada a intersecção entre história — considerada como contingência, mutabilidade — e filosofia — considerada como atemporal. Tendo isso em conta, como fazer história de enunciados avessos à temporalidade? Nesse nível, a discussão parece estar nos limites daquela concepção de história obsoleta aos olhos de Foucault, por apresentar a relação entre história e filosofia, paralela àquela entre diacronia e sistema, em termos excludentes. Mas, como veremos a seguir, o pensamento desse historiador da filosofia, à sua maneira, também ultrapassa tal antítese.

Para contornar esse dilema epistêmico, Guérout parte da oposição entre história horizontal e história vertical da filosofia. Na primeira, segundo ele, privilegia-se o aspecto móvel, a passagem de uma doutrina filosófica a outra, com um interesse pelas transições entre as doutrinas “em detrimento de uma análise aprofundada, de exibir sua estrutura interna. Ela projeta à nossa frente uma espécie de película cinematográfica, desfilando silhuetas que, assim que aparecem, esmaecem para depois sumirem” (Guérout, 2015 [1970], p. 161-162). Já a segunda lente, denominada “vertical”, busca uma “significação filosófica profunda”, de modo que as doutrinas são investigadas como obras, uma a uma e em si mesmas, o historiador encerrando-se nas monografias. A diferença, portanto, entre história horizontal e a história vertical se explicaria a partir do nível de atenção delegado pelo historiador, em cada uma das modalidades, à obra filosófica.

Entretanto há, no âmbito da segunda lente, que visa a uma significação filosófica profunda, outra bifurcação. Mesmo na perspectiva vertical, como veremos, é possível enveredar-se por duas vias distintas, das quais nos aproximamos a seguir.

A primeira delas crê encontrar a significação profunda do texto filosófico lançando mão do método das fontes e da biografia. Ela procede considerando cada filosofia como um acontecimento inscrito em dado momento, mobilizando uma análise da *vida e obra* do seu autor, de modo tal que o significado da obra filosófica seria determinado por uma

Weltanschauung original na qual tudo surge ao mesmo tempo como que por um momento de graça, a contextura da obra, a ordem de suas razões nada mais é do que uma ordem de exposição em que ela mesma nada cria, mas se contenta em traduzir uma intenção já pronta (Guérout, 2015 [1970], p. 163).

O termo em destaque é um conceito do alemão Wilhelm Dilthey e pode ser traduzido como *visão de mundo*. Para esse filósofo, a filosofia estaria vinculada a uma *visão de mundo* a qual estaria sujeita de antemão a traduzir, juntamente às artes e à religião. Entretanto, para Dilthey, a filosofia estaria numa relação de banalização, de degradação da *Weltanschauung*, tentando exprimi-la, mas sempre de modo insuficiente. A pesquisa das fontes e da biografia — primeira modalidade de história vertical da filosofia —, inclinando-se, pois, a informações externas, é sustentada por uma visão que reduz a obra filosófica em favor de significações ocultas ou mal exprimidas pela obra em si mesma. Embora informações biográficas sejam úteis, como admite Guérout, elas não são suficientes, pois correr-se-ia o risco de restringir a originalidade da obra à experiência subjetiva do autor. Nesse caso, portanto, a significação filosófica profunda se esquivava da filosofia ao encontrar uma profundidade para além da materialidade da obra — no gênio, no *espírito de época*.

Então, o historiador da filosofia inverte a assimetria entre obra filosófica e *Weltanschauung*, implicada no método biográfico, para introduzir a segunda possibilidade na história vertical da filosofia: o método das estruturas. Nesse segundo modelo de história vertical da filosofia, não são a genialidade do artista ou uma *visão de mundo* degradados pela obra — visões que encontram eco nas histórias que, sob a justificativa de investigar a obra, procuram seu significado externamente a ela. Em vez disso, para o método das estruturas, é a “grandiosidade do *monumento* que atesta a grandiosidade do artista e que, como Michelângelo, o assusta e o esmaga, fazendo-o sentir, por contraste, a pequenez do homem quando este é reduzido a si mesmo, fora de sua criação” (Guérout, 2015 [1970], p. 163, grifo meu).

O exemplo emblemático insinua que, apesar de um autor não estar mais presente, seus trabalhos permanecem como um *monumento* cuja arquitetura pode ser precisamente descrita, desde que o historiador da filosofia a encare na perspectiva de um arquiteto, de um especialista. Assim, a obra filosófica não deve ser vista apenas como tradução da racionalidade, mas como sua expressão máxima: a obra se impõe ao autor como uma tentativa de tornar a doutrina aceitável por ele mesmo. E isso ocorre de modo que influências externas, como a *Weltanschauung*, não estão em jogo no estabelecimento da arquitetônica da obra, possuindo um lugar infinitesimal, incomparável àquele ocupado pela estruturação interna, pela ordem das razões. Em suma, o objeto da história da filosofia, a obra filosófica, consiste, por si mesmo, em um *mundo de conceitos*, não em uma *parte da visão de mundo*. É esse mundo de conceitos que o historiador da filosofia deve reconstituir na perspectiva do *método estrutural* de Guérout.

Esta postura metodológica tem por vantagem preservar o domínio da história da filosofia, porque, diante das muitas filosofias já produzidas e que certamente não deixarão de eclodir, deve-se, de um ponto de vista histórico, “vê-las todas da mesma maneira, recusar a todas o valor absoluto que cada uma se arroga (...) se convencer da infinidade da história”⁴⁷ (Guérout, 1951, p. 15-16, tradução nossa). Entretanto, esse ceticismo quanto às teorias filosóficas — motivado pela própria observação do fluxo histórico, que adiciona novas filosofias, todas proclamando-se verdades — pode culminar em um desinteresse pelas técnicas demonstrativas e argumentativas desenvolvidas em cada uma delas. Logo, tal ceticismo pode levar à redução das obras filosóficas “a um pequeno número de temas fundamentais”, de ordem histórica ou psicossociológica. Como consequência, ter-se-ia uma narrativa histórica em nada filosófica, mas factual, sem demarcar seu domínio de especificidade, sem se ater ao que seria efetivamente verificável nos escritos filosóficos.

Contornando esse encaminhamento para uma descaracterização do campo, Guérout postula que urge ao pesquisador ser dogmático enquanto filósofo, acreditando numa substância da filosofia, a qual deverá perseguir. Assim, a história da filosofia só poderia afirmar-se como tal porque o princípio filosófico tem nela mais peso do que o aspecto móvel da história. Lançando mão dessa estratégia, a relação entre história e filosofia passa a ser lida de maneira paradoxalmente complementar, e não mais excludente, como se argumentava a princípio:

modificações da historiografia modificam a imagem do passado; em relação a esse passado transfigurado, a filosofia modifica suas próprias reações; de suas novas reações nasce uma nova historiografia, etc. Como resultado, o filósofo reconheceu que a filosofia viveu na história, enquanto o historiador da filosofia reconheceu que o essencial para ele era a própria filosofia. É esse "essencial" que, tornando os sistemas de objetos dignos de uma história, os retira do tempo histórico, os mantém em pé, de modo que as condições históricas do meio e do momento são frequentemente destruídas. Dirigindo-se então aos *monumentos* filosóficos na medida em que possuem esse valor intrínseco que os torna independentes do tempo, a história se junta à atemporalidade da filosofia (Guérout, 1951, p. 17-18).⁴⁸

⁴⁷ No original, lê-se: “Comme historien, il doit immerger toutes les philosophies dans le cours fugitif de l'histoire, les voir toutes du même œil, refuser à toutes la valeur absolue que chacune s'arroge, être persuadé que l'avenir n'en verra surgir aucune capable de réussir là où les autres ont échoué être convaincu de l'infinité de l'histoire” (Guérout, 1951, p. 15-16).

⁴⁸ No original: “Les modifications de l'historiographie modifient l'image du passé; à l'égard de ce passé transfiguré, la philosophie modifie ses propres réactions; de ses réactions nouvelles naît une nouvelle historiographie, etc. En suite de quoi, le philosophe a reconnu que la philosophie vivait dans l'histoire, tandis que l'historien de la philosophie reconnaissait que l'essentiel pour lui était la philosophie même. C'est cet « essentiel » qui, rendant les systèmes objets dignes d'une histoire, les soustrait au temps

Em síntese, esse estudioso procura resolver a tensão entre duas forças discordantes, chegando à conclusão de que é possível conciliá-las, mas privilegiando a sistematicidade filosófica e gerando, assim, uma concepção singular de história. Explica-se do seguinte modo a sua proposta: se a história narra o essencial ao homem — mesmo que o essencial não se mantenha o mesmo —, a história da filosofia é também definida pelo essencial à sua própria existência, a filosofia. Por isso, o historiador da filosofia deve privilegiar as obras filosóficas em detrimento de “condições históricas do meio e do momento”. Como vemos, trata-se de uma maneira justificada de ultrapassar a dicotomia em questão, mas privilegiando as estruturas internas das obras, tomadas de maneira a-históricas, as quais serviriam paradoxalmente como o fundamento para que elas figurem na história.

Para concluir esta breve exposição, retomo uma definição utilizada por Guérout no prefácio de seu livro sobre Descartes: a de que o método das estruturas tem como objetivo analisar o discurso filosófico de maneira que a compreensão seja submetida à explicação, opondo uma “explicação profunda” a uma “explicação exata” (Guérout, 2016 [1953], p. 9). Essa dualidade entre exatidão e profundidade, com privilégio da primeira sobre a segunda, é explorada pelo historiador da filosofia para dizer que, sob o intento de se descobrir algo profundo e subjacente, corre-se o risco de deixar de percorrer a arquitetura conceitual da obra — e, portanto, aquilo que lhe é imanente e imediatamente visível.

Podemos dizer, então, que para Guérout o *monumento*, como um objeto construído, pode ter suas estruturas percorridas por um olhar de especialista. Crê-se em uma imanência da obra, no significado exato de cada uma, passível de ser plenamente reconstituído, dada a natureza aprioristicamente lógica, atemporal e universal de cada filosofia. Por ser produzida em outro espaço-tempo, mas abrir-se para a eternidade, a noção de *monumento* traz a reboque uma concepção apaixonada da ordem das razões. Referida como “fonte eterna de luz”, a obra filosófica é tratada por Guérout com um preciosismo característico da vocação dogmática necessária à sustentação da história da filosofia como campo de estudo.

Como podemos entender o empréstimo da ideia de *monumento* desenvolvida no *método estrutural* de Guérout para designar o objeto de Foucault? Essa menção de *monumento* parece

historique, les maintient debout, alors que sont souvent anéanties les conditions historiques de milieu et de moment à la faveur desquelles ils avaient éclos. S'adressant alors aux monuments philosophiques en tant qu'ils possèdent cette valeur intrinsèque qui les rend indépendants du temps, l'histoire rejoint l'intemporalité de la philosophie” (Guérout, 1951, p. 17-18).

estratégica porque, além de relacionar-se com o campo da arqueologia em seu sentido corrente, o termo desenvolve-se no *método estrutural* com o qual Sartre antagoniza. Essa menção do epistemólogo a um conceito da história da filosofia para caracterizar o objeto da arqueologia pode dever-se, também, a uma importante afinidade entre tais perspectivas: a crítica à história contínua e às estratégias para estabelecê-la.

Como pudemos ver, a modalidade horizontal desempenha, para Guérout, na história da filosofia, um papel análogo ao que a história factual⁴⁹ das ciências desempenha para Canguilhem, na epistemologia histórica. Tal como a primeira se mostra insuficiente do ponto de vista da avaliação da racionalidade nas ciências, que interessava à epistemologia, a segunda se mostra insuficiente do ponto de vista de uma história da filosofia engajada com o seu caráter filosófico (isso também é verdade para o caso do método das fontes e da biografia). Assim, em ambas as perspectivas, há uma problematização das histórias que, apesar de se dizerem conceituais, privilegiam seja a sucessão de heróis ou autores, seja a de conceitos valendo por teorias inteiras, em detrimento da análise da arquitetura conceitual das teorias filosóficas ou científicas com as quais devem lidar. Também a arqueologia problematiza a modalidade de história que parece furtar-se de um tratamento pormenorizado dos seus materiais de análise, forjando a continuidade a partir de noções vagas para explicá-los.

Entretanto, apesar dessa congruência, as respostas dadas por Guérout e por Foucault ao problema da história continuísta e do frequente recurso a noções “extrínsecas” aos seus respectivos objetos são distintas. Vejamos, a seguir, suas diferenças.

Mirando a obra filosófica como um *monumento* cuja arquitetura é possível reconstituir pela imanência do texto, Guérout advoga em razão do valor eternamente acessível da filosofia, cuja interpretação seria independente das circunstâncias históricas tanto em que é produzida quanto em que é lida. Por seu turno, centralizando a esfera discursiva como um campo de enunciados em dispersão, Foucault individualiza unidades mais ou menos estáveis, das quais se pode restituir certa sistematicidade própria a determinado momento histórico, mas sem reclamar exatidão. Isso porque são diversas interpretações possíveis, e não apenas uma frente aos documentos: “podem-se muito bem retomar os textos de que falei e esse mesmo material

⁴⁹ Cf. a discussão sobre o uso específico do conceito de descontinuidade na epistemologia histórica elaborada por Machado (1982) e retomada neste texto em linhas gerais na seção 2.1.

de que tratei em uma descrição que teria uma outra periodização, e que se situaria em um outro nível” (Foucault, 2000 [1967], p. 66-67). Nessa perspectiva, a leitura é determinada pela historicidade e pelo objetivo do analista do discurso, não por uma imanência do *documento*.

Essas diferenças entre os dois pensadores devem ser consideradas, ainda, de um ponto de vista que problematiza os níveis de análise de cada um deles: os conjuntos dos quais Foucault se ocupava variam em gênero e suporte — isto é, não se limitavam a uma categoria como “a literatura” ou “a filosofia”, nem compreendiam como unidade evidente o livro e a obra, ao contrário, criticava tais suposições categoriais restritas —, enquanto, para Guérout, a obra é uma unidade pertinente. Ora, se cada obra for um “mundo de conceitos” e a resolução oferecida para seus respectivos problemas for fechada, as ordens das razões são sempre atribuídas a quem as assinou. É isso que se infere na afirmação guéroutiana segundo a qual a filosofia é um mundo “que envelopa sem ser envelopado”⁵⁰ (Guérout, 1951, p. 9). Logo, o autor e a obra não são problemas para ele.

Essa possibilidade mesma de isolar o texto filosófico do “mundo” é disjuntiva em relação à ótica foucaultiana. Enquanto Guérout isola materialidades linguísticas das condições contextuais, acreditando na obra filosófica como um mundo de conceitos que existe por si mesmo, como se houvesse ali um sentido intrínseco; a própria concepção de discurso defendida por Foucault impossibilita isolar materialidades linguísticas do mundo. Isso porque a formação discursiva depende das relações entre o enunciável e os sujeitos, as apropriações dos enunciados na sociedade, as relações que os enunciados podem ter entre si, para além de recortes como o da obra.

Por isso, em lugar de defender aquilo que seria *a interpretação* do documento ao qual se dedica, como faz Guérout ao priorizar a estrutura interna de cada obra à contingência da história, Foucault torna evidente que as condições de produção e de interpretação do documento são dependentes da história. A própria experiência de estranhamento que acomete os leitores dos textos arqueológicos ilustra de maneira formidável esse enfoque. É a partir da imersão na alteridade que se impõem a irredutibilidade do devir histórico e a fragilidade daquilo que tomamos como certezas: “é a nosso solo silencioso e ingenuamente imóvel que restituímos suas rupturas, sua instabilidade, suas falhas; e é ele que se inquieta novamente sob nossos passos” (Foucault, 1999 [1966], p. XXII). Não fosse seu trabalho de pesquisa, dificilmente aceitaríamos

⁵⁰No original: “qu’il est enveloppant sans être enveloppé”.

determinados fragmentos como dizendo respeito a enunciados científicos⁵¹. No entanto, estes o foram em outros momentos da história, bem como os nossos podem soar estranhos no futuro.

Foucault chama a atenção justamente para o caráter provisório daqueles discursos que tomamos como verdadeiros, isto é, para a ligação dos sentidos atribuídos aos enunciados com o momento histórico em que são considerados. Essa diferença parece explicada pela filiação teórica de Guérout ser diferente daquela de Foucault. Como explicam Caio Souto e Fernando Gimbo (2016), o historiador da filosofia não é tributário da linguística saussuriana como o eram os estudiosos nas ciências humanas em geral. Apesar de fazer

uma crítica à ideia de evolução, preferindo abordar seus respectivos objetos segundo uma estrutura, o estruturalismo em história da filosofia difere daquele que seria praticado por Lévi-Strauss, Althusser, Barthes e Lacan porque, para estes últimos, é preciso sempre estar dentro de uma estrutura para se referir comparativamente a outra. Uma estrutura analisada é, então, compreendida a partir de outra que lhe é exterior, não havendo, portanto, um critério de neutralidade ao qual se pudesse recorrer, pois sempre se fala de dentro de uma estrutura, segundo as regras que a compõem. Ora, o método estrutural em história da filosofia pretende poder falar de um sistema filosófico sem se comprometer com regras de estruturação do pensamento que são alheias a esse sistema (Souto; Gimbo, 2016, p. 281).

Dessa maneira, Foucault é mais próximo da filiação do estruturalismo em ciências humanas quando admite, por diversas vezes ao longo de sua obra, estar irredutivelmente preso à episteme que lhe é contemporânea e, por conta disso, não poder oferecer uma leitura abrangente da própria episteme a que se acha ligado. Enquanto isso, Guérout vê a obra filosófica e sua leitura como algo independente do tempo.

Contudo, é verdade que, apesar de historicizar os discursos, mostrando a fragilidade do que se entende como verdade, Foucault não assume uma postura totalmente cética. E é nesse ponto, acreditamos, que as perspectivas de Guérout e de Foucault mais se encontram. Para o primeiro, uma das consequências do ceticismo do historiador quanto à filosofia é o desinteresse por um estudo atento às teses, à disposição dos argumentos, à arquitetura conceitual de cada obra filosófica. Em razão disso, Guérout propõe tratar cada obra filosófica como um *monumento* atemporal, passível de ter sua arquitetura revelada independentemente da história,

⁵¹ Cf., por exemplo, os enunciados médicos selecionados por Foucault para abrir *O nascimento da clínica* (1977 [1963]) ou aqueles manejados pelo filósofo para explicar a organização do saber através das quatro similitudes (*convenientia, aemulatio, analogia, sympathia*) no Renascimento em *As palavras e as coisas* (1999 [1966]).

para, paradoxalmente, fazer história da filosofia. Por caminhos distintos, Foucault também parece suspender — provisoriamente — o ceticismo de historiador para apresentar-nos sua leitura das epistemes as quais se compromete a descrever, percorrendo os discursos em sua sistematicidade, mas não no sentido de sugerir que são alheios à história. Assim, também Foucault não descarta simplesmente a existência de verdades como faria um historiador que, convencido da fugacidade das filosofias, não se detém sobre elas. Ele se detém sobre regimes de verdade, entretanto, as relações assinaladas a partir de suas leituras excluem a ideia de uma *exatidão* como aquela defendida por Guérout.

Portanto, em nossa perspectiva, a leitura estrutural e a leitura arqueológica se encontram na medida em que, para o arqueólogo, é fundamental não açambarcar os discursos indistintamente em uma narrativa linear e despreocupada com o que é efetivamente dito, bem como ocorre com Guérout. Observemos como, no excerto abaixo, o historiador do presente apresenta uma posição análoga àquela defendida pelo historiador da filosofia ao qual o contrastamos. Para Foucault, diante de uma dificuldade, na história das ideias tradicionalmente praticada,

passa-se do nível de análise, que é o dos próprios enunciados, para um outro, que lhe é exterior. Assim, diante de uma mudança, uma contradição, uma incoerência, recorre-se a uma explicação pelas *condições sociais*, pela *mentalidade*, pela *visão do mundo* etc. Eu quis, pelo jogo sistemático, tentar evitar esses expedientes (Foucault, 2000 [1967], p. 65, grifo meu).

Para historicizar os discursos, descobrindo quais regimes de verdade os possibilitam, Foucault parte do estudo dos documentos como *monumentos*: não no sentido de que eles guardam em si mesmos uma verdade atemporal — como em Guérout —, mas no sentido de que, enquanto materialidades discursivas construídas, eles podem ser desmontados, examinados criticamente, inter-relacionados, ter seus modos de constituição descritos em suas disposições manifestas.

Por essa ótica da atenção ao que é efetivamente manifestado no texto, conseguimos compreender em que medida é possível a Deleuze (2013 [1986]) dizer que tanto Foucault como Guérout se dedicam ao enunciado em sua inscrição: ambos, o método arqueológico e o *método estrutural* em história da filosofia, opõem-se tanto à formalização, que remete um enunciado a outro de estrutura lógica, quanto à interpretação, que busca um não dito por trás do dito.

Retomando a oposição entre explicação profunda e exata mobilizada por Guérout para definir a tônica de seu trabalho, que consiste em buscar a explicação exata, podemos dizer que,

como Guérout, Foucault não busca a profundidade, se isto quer dizer escapar ao *corpus* de análise com vistas a entender causas psicológicas, sociológicas ou metafísicas de um grupo de enunciados. Contudo, diferentemente daquela ofertada por Guérout, sua alternativa não será a de buscar a exatidão, mas sim a identificação de regularidades, de condições de possibilidade históricas para os enunciados em função de um objetivo estabelecido pelo próprio arqueólogo, e não pelo *corpus* aprioristicamente. Dessa forma, o arqueólogo mantém a possibilidade de alcançar algum grau de sistematicidade, mas sem defini-la como exata, já que, em seu caso, os próprios recortes são móveis.

Para concluir esta primeira parte de nossa série enunciativa, que tenta oferecer uma leitura para as condições de possibilidade da atribuição do *monumento* como objeto de Foucault pelo olhar observador participante de Canguilhem, podemos resumir que, estudando o campo associado aos enunciados deste, deparamo-nos primeiramente com um conflito que ganha nervura nas concepções de história em Sartre e Foucault. Esse embate parece motivado pelo fato de o primeiro partir dos pressupostos de que sincronia e diacronia são excludentes e de que esta última só pode ser explicada em termos de uma práxis humana, ao passo que, conforme o arqueólogo, sincronia e diacronia são duas realidades coexistentes e analisar o discurso já é analisar uma prática.

Em segundo lugar, deparamo-nos com uma estranha familiaridade entre os olhares lançados por parte de Guérout e por parte de Foucault aos seus respectivos objetos. Recorrendo a alguns de seus excertos, vimos que ambos contestam histórias que fogem ao material de estudo para explicá-lo através de noções “mágicas” — para usar o termo de Foucault — e que respondem a ideais “românticos” — para lembrarmos Guérout. Eles advogam por uma atenção maior aos *corpora* que são pertinentes às análises históricas. O historiador da filosofia reclama ser a obra filosófica um *monumento*, construto maior do que seu idealizador e cuja arquitetura se mantém intacta, perene e, portanto, recuperável em sua exatidão. Pelo que já vimos da arqueologia, tanto em nossa seção metodológica, como nos fragmentos de Foucault selecionados, o filósofo que centralizamos não procura uma interpretação única, como Guérout, mas também sistemática do *monumento*.

Analisando os enunciados de Canguilhem nos termos de seu campo associado, contemplamos alguns fragmentos aos quais o epistemólogo fazia eco, como aqueles de Sartre e de Guérout. Sugerimos que o orientador de Foucault transpõe de Guérout a noção de *monumento* a fim de desviar a metodologia de seu orientando da geologia proposta por Sartre.

Entretanto, embora tenhamos analisado algumas postulações de Guérault em seu método, incluindo o lugar ocupado pela noção de *monumento* neste, não chegamos a considerar, mais propriamente, o modo como Foucault utiliza essa noção, remontando apenas a alguns de seus comentários que ajudam a situar seus posicionamentos teóricos e a rebater críticas de seus opositores. Vejamos, então, na sequência, como a noção é utilizada por Foucault nos seus escritos que procuram responder às críticas recebidas após o livro de 1966 e especificar o método que o ensejou.

3. 1.2 Uma etimologia lúdica

Continuamos nossa reflexão, mais precisamente, com o texto *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia* (2000 [1968]). Nessa ocasião, o filósofo é solicitado pelos principais estudiosos da epistemologia em solo francês a situar o seu projeto de estudo do saber considerando “o estatuto da ciência, de sua história e de seu conceito”. Portanto, trata-se de um texto em que Foucault defende seu método partindo das diferenciações que este assume em relação a categorias fundamentais para a epistemologia.

Mas o que torna esse texto pertinente à nossa série é que nele Foucault se vale da noção de *monumento* e confirma dever a Canguilhem o emprego do termo no sentido em que ele aparece. Nossa questão é: qual é esse sentido? Vejamos o excerto ao qual nos referimos:

Chamarei de *arquivo* não a totalidade de textos que foram conservados por uma civilização, nem o conjunto de traços que puderam ser salvos de seu desastre, mas o jogo das regras que, em uma cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de *acontecimentos* e de *coisas*. Analisar os fatos de discurso no elemento geral de arquivo é considerá-los não absolutamente como *documentos* (de uma significação escondida ou de uma regra de construção), mas como *monumentos*; é — fora de qualquer metáfora geológica, sem nenhum assinalamento de origem, sem o menor gesto na direção do começo de uma *archè* — fazer o que poderíamos chamar, conforme os direitos lúdicos da etimologia, de alguma coisa como uma arqueologia. Essa é, aproximadamente, a problemática da *História da loucura*, de *O nascimento da clínica* e de *As palavras e as coisas* (Foucault, 2000 [1968], p. 95, grifos meus).

Depois de explicar que não se interessa por um inconsciente do sujeito, mas da coisa dita, Foucault anuncia ter como objetivo compreender o discurso em seu processo de institucionalização: seu surgimento, seus modos de apropriação e manejo em determinada sociedade — como é distribuído, armazenado, reutilizado e até mesmo levado ao esquecimento. Nessas circunstâncias, o filósofo pós-estruturalista explicita que se ocupa do discurso no

elemento do *arquivo*⁵², o qual não diz respeito nem a um acumulado de textos ou traços herdados do passado, como um bloco qualquer de celulose em oxidação, nem à instituição que os acolhe, os “arquivos históricos”, no sentido usual. No seio da metodologia foucaultiana, o arquivo é um conceito mais abstrato e diz respeito ao conjunto de regras que organiza o tratamento dado aos enunciados em determinada sociedade, orientando a sua economia discursiva. Portanto, poderíamos dizer que essa noção específica de arquivo em Foucault ajuda a entender o porquê de determinados textos estarem presentes nos arquivos históricos (instituições), e outros não.

Quanto a essa definição de “arquivo”, há ainda outro dado que nos parece bastante enigmático, mas igualmente importante à compreensão desse fragmento. Trata-se de sua caracterização como contemplando a existência paradoxal dos enunciados duplamente como *acontecimentos* e como *coisas*. Cientes de que o conceito de acontecimento poderia ser ele próprio o tema de uma pesquisa conceitual, não tomamos como missão aqui o elucidar. Mas transcrevo abaixo uma definição que considero relevante para o entendimento do trecho acima, a qual se encontra no texto *Nietzsche, a genealogia, a história* (1971):

Há toda uma tradição da história (teleológica ou racionalista) que tende a dissolver o acontecimento singular em uma continuidade ideal – movimento teleológico ou encadeamento natural. A história "efetiva" faz ressurgir o acontecimento no que ele pode ter de único e agudo. É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada (Foucault, 2010 [1971], p. 28).

Apesar de complexa quanto seu pilar de sustentação — uma história avessa à metafísica —, esta citação pode nos ajudar a entender a ideia de acontecimento, relacionada ao arquivo. Embora o próprio Foucault admita que a arqueologia, enquanto tarefa crítica, tenha se aproximado mais da sistematicidade dos saberes do que do poder que os torna possíveis, compreendida em linhas gerais, ela se deseja próxima da história efetiva proposta por Nietzsche, como disposta nas linhas transcritas acima. Talvez a dimensão mais difícil e também mais fundamental nessa definição de acontecimento seja seu caráter relacional: “é uma relação de forças”. Isso pode fazer entender que o enunciado, enquanto um acontecimento, jamais é

⁵² Essa noção de arquivo será desenvolvida em *A arqueologia do saber*, no capítulo *O a priori histórico e o arquivo*.

neutro ou natural, mas é produzido a partir de relações de forças, bem como servirá a outras ao ser utilizado como *coisa*, a partir de regimes de apropriação específicos.

Por essa definição, acontecimento é um ponto de singularidade em oposição à planície calma da continuidade, é “agudo” em sua irrupção. Tratar os enunciados como acontecimentos, portanto, é mostrar como há positividade e ruptura em tudo o que é dito. Concreto, real, e não virtual, o enunciado pode ser, então, manejado como uma coisa, já que necessita de meios materiais para se constituir, embora não se confunda com uma materialidade qualquer. Como coisas — produtos de jogos de forças —, enunciados podem ser preservados ou esquecidos, mas é sempre a partir de sua existência real e de sua forma concreta, de seu acontecimento, que eles são objeto de novas decisões.

É importante salientar, ainda, que os enunciados não são coisas a serem atravessadas por um exercício de interpretação “correta”. O que se deve reconhecer é que eles perdem a transparência com que são lidos como *documentos* pelos historiadores tradicionais. Deixam, portanto, de ser vistos com a função de simbolizar ou de provar realidades de modo imediato e muitas vezes irrefletido para serem percebidos em sua espessura material e construída: trata-se de reconhecer um “há linguagem” que não se confunde com o reconhecimento do nível semântico ou gramatical. O *documento* deixa de ser puramente um texto considerado do ponto de vista da língua, em sua forma e seu sentido, para ser analisado do ponto de vista enunciativo, tornado *monumento*. Desse ângulo, o arquivo, com seus enunciados duplamente na condição de acontecimentos e de coisas, concerne àquilo que sistematicamente justifica as permanências e ausências dos enunciados, sua remanência própria, na qual mesmo “o esquecimento e a destruição são apenas, de certa forma, o [seu] grau zero” (Foucault, 2007 [1969], p. 141), porque o enunciado nunca existe apenas por si mesmo, mas se relaciona a outros e, de certo modo, abre-se ao futuro. É por se ocupar do arquivo, nessa acepção singular, que Foucault se diz, de modo lúdico, um arqueólogo.

Os *discursos-monumentos*, portanto, não são vistos como unidades de trabalho da *geologia*, porque não são naturais, mas designam aquilo que as culturas construíram; também não são analisados em busca de uma *arché*, que corresponderia ao momento de sua enunciação, porque sua existência ultrapassa a enunciação. Eles são bens em uma economia e possuem uma remanência própria. *Monumento* de arquivo, não *documento* de arquivo — quer dizer que não se trata de buscar provas de uma estrutura linguística e nem de um determinado significado preterido. Trata-se, de modo distinto, de analisar os enunciados naquilo que um *monumento*

tem de espacial, espaço de dispersão no qual serão traçadas as linhas onde passam os elementos das funções enunciativas, a fim de determinar o *arquivo*, as regras que organizam o discurso em determinada sociedade, em dado momento histórico. A *arqueologia* como estudo dos *monumentos* concerne ao *arquivo*, não à *arché*.

Em outro texto do mesmo ano, qual seja, *Resposta a uma questão* (2010 [1968]), Foucault tenta responder a uma pergunta sobre seu projeto e mais uma vez faz uso da ideia em análise. Tal questão pode ser parafraseada da seguinte forma: um pensamento que insere a “coerção do sistema” e a “descontinuidade” na história do espírito não minaria uma intervenção política progressista, limitando-se ao dilema de ou aceitar o sistema — já que este é coercitivo — ou apelar ao “acontecimento selvagem, à irrupção de uma violência exterior”, única capaz de desarranjá-lo? A isso, Foucault responde como lhe é habitual, através de negativas.

Conforme o arqueogenealogista, não se trata de apenas um sistema coercitivo — e nesse ponto podemos nos lembrar, por contraste, tanto da concepção de Saussure da língua como um sistema tal que, com relação à comunidade linguística, é uma “carta forçada”, impondo suas formas as quais, embora arbitrárias (no sentido da ligação imotivada/convencionada de um significante a seu significado), não podem ser efetivamente modificadas por uma iniciativa individual, quanto de teorias políticas que, como o marxismo, apresentam-se de modo universalizante. Bem diferente dessa ideia de um sistema coercitivo único é a visão de Foucault: para ele, há vários sistemas em jogo, tornando-se necessário deslocar a pergunta feita, que presume um sistema singular.

Para ilustrar a necessidade de recolocar a questão, o filósofo remonta aos seus próprios livros arqueológicos, que mantêm entre si semelhanças, como os recortes cronológicos privilegiados nas análises, e diferenças, à medida que, em *História da loucura*, estuda-se outro, a diferença em relação à razão; em *As palavras e as coisas*, estuda-se o semelhante, o mesmo na ordem do saber; em *O Nascimento da clínica*, “a perigosa alteridade no corpo humano e até o cerne da vida, mas também um fenômeno da natureza que tem suas regularidades, suas semelhanças e seus tipos” (Foucault, 1999 [1966], p. XII). Assim, tomando como objetivo a individualização de discursos, Foucault mostra não ter seguido critérios já conhecidos, como o sistema linguístico a que pertencem o sujeito que os articulou e a disciplina, pois esta unidade não resiste a um exame que leve em conta a dimensão histórica. Há as disciplinas recentes, as antigas e as extintas; há as que sofrem mudanças radicais e as que se mantêm obstinadamente; contudo, em todos os casos, não existe uma arquitetura formal que dê sua história, justificando-

as como unidades. Recusando, ainda, o recurso histórico-transcendental – que, ignorando todo o nascimento histórico, buscaria unidade a partir de uma fundação originária e recuada – e o recurso empírico ou psicológico – que construiria unidade identificando significações ocultas e influências externas –, o arqueogenealogista propõe individualizar as unidades discursivas “referenciando e sistematizando seus caracteres próprios” (Foucault, 2010 [1968], p. 3). Dessa maneira, a fim de determinar a unidade de um discurso, Foucault chega aos critérios de formação (conjunto de regras parecidas de formação de seus distintos objetos, operações, conceitos e opções teóricas); critérios de transformação (condições para que, em um momento específico, objetos, operações, conceitos e opções teóricas se alterem no mesmo discurso); e critérios de correlação dos discursos (relações entre certa formação discursiva e outras, bem como relação entre certa formação discursiva e o contexto não discursivo em que funciona). Tais critérios permitem o estudo de sistematicidades múltiplas: “estudei alternadamente conjuntos de discursos; caracterizei-os; defini os jogos de regras, de transformações, de limites, de remanências, eu os compus entre eles, descrevi os feixes de relações, por toda parte em que acreditei necessário, fiz proliferar os sistemas” (Foucault, 2010[1968], p. 5).

Além disso, como já tivemos oportunidade de ver em capítulos anteriores desta dissertação, Foucault também explica que não se trata “da descontinuidade” como um evento único, mas de diversas delas. Seu problema, em suas próprias palavras neste texto, é: “substituir à forma abstrata, geral e monótona da ‘mudança’, na qual, de bom grado, pensamos em sucessão, a análise de *tipos diferentes de transformação*” (Foucault, 2010[1968], p. 5). Esse problema requer a suspensão das formas de continuidade “fraca” usadas para atenuar o selvagem da mudança, como tradição, influência, mentalidade, em favor do estabelecimento metódico da diferença; e a suspensão das explicações psicológicas da mudança, tais como gênio das grandes invenções, crises de consciência, nova forma de espírito, em favor das transformações que constituíram a mudança. Nesse sentido, cumpriria especificar as mudanças que afetam uma formação discursiva em seu interior, isto é, no âmbito de seus objetos, operações, conceitos e opções teóricas, as quais são chamadas *derivações*. Além dessas, seria preciso também se deter naquelas transformações que se dão em um nível superior, afetando as formações discursivas em si mesmas, designadas *mutações*: por exemplo, “deslocamento das linhas que definem o campo dos objetos possíveis”; nova posição do sujeito falante no discurso; novo funcionamento da linguagem em relação aos objetos; nova forma de localização e circulação do discurso na sociedade. Finalmente, devem-se considerar: as mudanças que afetam simultaneamente várias formações discursivas, as *redistribuições*, que concernem à intervenção

no diagrama hierárquico (um discurso com papel regulador é substituído por outro); alteração na natureza da direção (se antes se transpunha para vários domínios um instrumento de análise oriundo de um discurso específico, pode ser que outro, provindo de outro discurso, passe a substituí-lo); deslocamentos funcionais (uma teoria empregada em um discurso passa a servir a outro). Pela atenção dispensada a esses múltiplos aspectos, Foucault afirma: “ressaltei não a descontinuidade, mas as descontinuidades (quer dizer, as diferentes transformações que se podem descrever a propósito de dois estados de discursos)” (Foucault, 2010[1968], p. 7). Em resumo, à categoria vaga de “mudança”, o francês propõe dar, como conteúdo, “um jogo de modificações especificadas” sem remetê-las a categorias psicológicas, mas considerando-as no âmbito de um campo discursivo ativo, a partir do qual devem ser descritos os jogos das dependências *intradiscursivas* (interiores a uma mesma formação), *interdiscursivas* (entre formações diferentes) e *extradiscursivas* (entre as formações e todo um jogo de mudanças econômicas, sociais, políticas).

Por fim, o filósofo distingue entre “história do espírito”, denominação dada ao seu estudo pelo propositor da questão, e “história do discurso”, que é o que Foucault afirma fazer efetivamente. Da forma como Foucault constrói sua retificação da pergunta proposta, somos levados a entender que a ideia de que se faria uma história do espírito pode ter sido uma conclusão tirada a partir da crença de que ou bem se faria uma análise de nível formal ou linguístico, ou bem se faria uma análise exegética, situada, portanto, no âmbito do desvelamento do espírito. Entretanto, o nível em que Foucault situa seu estudo é outro: o dos “acontecimentos: a lei de existência dos enunciados, o que os torna possíveis — eles e algum outro em seu lugar; as condições de sua emergência singular; sua correlação com outros acontecimentos anteriores ou simultâneos, discursivos ou não”⁵³ (Foucault, 2010[1968], p. 9).

Ao concentrar-se nessa afirmação de que faz uma história dos discursos, Foucault explica que, com isso, quer determinar o que é possível dizer, as formas de conservação do que se diz, as formas da memória, as formas da reativação e da apropriação: “é sobre esse *fundo* que se destacam as análises que comecei; é para ele que se dirigem” (Foucault, 2010 [1968], p. 10, grifo meu). Nesse sentido, em relação à superfície de significantes materializados, o “fundo”

⁵³ Quanto à lei de aparecimento do enunciado, em *A arqueologia do saber*, Foucault parece tratar a ideia em outros termos: “Não se busca, sob o que está manifesto, a conversa semi-silenciosa de um outro discurso: deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que *nenhum* outro poderia ocupar” (Foucault, 2007[1969], p. 31, grifo meu). O termo “nenhum” nos parece mais adequado para demarcar a singularidade do enunciado, pois precisa sua existência excluindo todas as outras possíveis, ao passo que o termo “algum” pode dar a entender que o enunciado é intercambiável.

não é nem um significado linguístico predeterminado nem um não dito. Em vez disso, o “fundo”, como utilizado nessa passagem, liga-se ao que se entenderia, no ano seguinte, em *A arqueologia do saber*, como o *residual*, quando o filósofo diz que o enunciado é *residual* em relação às análises da linguagem (Foucault, 2007 [1969], p. 95). Isso quer dizer que o arqueólogo se interessa pelo que sustenta os dizeres nos termos das regras discursivas — e também não linguísticas — que os autorizam; é nesse sentido que haveria um *fundo*. Contudo, esse termo pode levar erroneamente ao entendimento de que se busca algo anterior ou “por baixo”, de modo não explícito — quando a análise discursiva arqueológica só se interessa pelo que está na superfície. Desse modo, aproveito o ensejo para fazer referência a um trecho de Deleuze sobre Foucault, porque, argutamente, com outros termos, ele parece expressar a mesma ideia, com a vantagem de não implicar a noção de anterioridade:

Que tudo seja sempre dito, em cada época, talvez seja esse o maior princípio histórico de Foucault: atrás da cortina nada há para se ver, mas seria ainda mais importante, a cada vez, descrever a *cortina* ou o *pedestal*, pois nada há atrás ou embaixo (...) Em suma, os enunciados só se tornam legíveis ou dizíveis em relação com as condições que os determinam e que constituem sua única inscrição sobre um “pedestal enunciativo” (...). A única inscrição, a forma da expressão, é composta pelo enunciado e sua condição, o pedestal ou a cortina (Deleuze, 2013 [1986], p. 63-64).

É esse “pedestal enunciativo”, nos termos de Deleuze, que sustenta e regula o enunciado: é a esse pedestal que Foucault se dirige em sua análise do *discurso-monumento*. Atendo-nos, enfim, ao uso do termo *monumento*, por Foucault, no texto que selecionamos, temos o seguinte: “tratar o discurso passado não como um tema para um comentário, mas como um monumento a descrever em sua disposição própria” (Foucault, 1968, p. 11). Tal passagem leva-nos a uma leitura segundo a qual não é função da arqueologia realizar o comentário daquilo que foi dito, nos termos de uma exegese; mas de explicitar as condições nas quais aquilo que foi dito pôde sê-lo. Portanto, entra em jogo a noção de exterioridade em oposição à ideia de que há um por trás ou um não dito sob o dito a ser descoberto pela análise.

No ano seguinte, Foucault concatena suas reflexões sobre o método em *A arqueologia do saber* (1969), publicação dedicada a uma explanação metodológica mais demorada, se comparada aos artigos, ensaios e entrevistas nos quais ele indicava algumas de suas concepções, mas sem maior aprofundamento. Esse livro, vale observar, também retextualiza muitos fragmentos da sua resposta aos epistemólogos. Uma vez que já dedicamos parte de nossa seção

metodológica a elencar ideias importantes na *arqueologia*, para não nos repetirmos, vamos considerar diretamente os trechos que nos interessam, como temos feito com os outros textos nesta seção analítica.

Já assinalamos que Foucault abre seu livro colocando-se ao lado dos historiadores, quando, situando os estudos históricos, seja na história propriamente dita, seja nas histórias do pensamento, mostra que tanto o estabelecimento de longos períodos como a ênfase nas rupturas são dois efeitos opostos e superficiais de um mesmo problema⁵⁴. Ele resume a questão na célebre passagem que reproduzimos novamente:

a história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falarem estes rastros que, por si mesmos, raramente são verbais, ou que dizem em silêncio coisa diversa do que dizem; em nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos. Havia um tempo em que a arqueologia, como disciplina dos monumentos mudos, dos rastros inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, se voltava para a história e só tomava sentido pelo restabelecimento de um discurso histórico; poderíamos dizer, jogando um pouco com as palavras, que a história, em nossos dias, se volta para a arqueologia — para a descrição intrínseca do monumento (Foucault, 2007 [1969], p. 8, grifos do autor).

Acreditamos que fazem parte do campo associado deste excerto algumas discussões epistemológicas travadas nos estudos históricos do século XX. O filósofo escreve que, em sua forma tradicional, a história buscava fazer falar o que nada dizia em si mesmo e, no caso de

⁵⁴ Este recurso utilizado na abertura do livro é caro à arqueologia. Uma recorrência nas análises de Foucault é mostrar que duas opções excludentes, que formam uma alternativa, na verdade possuem as mesmas condições de possibilidade e, portanto, em certa medida, carregam mais proximidade do que distância uma em relação à outra. Diante dessas ocasiões, leituras que defendem grandes revoluções ou a superioridade de uma das alternativas em jogo encontram dificuldades para se sustentar. Uma ilustração polêmica desse procedimento, dada a gravidade de seu impacto para as leituras revolucionárias de Marx, é a seguinte afirmação, quanto às suas teses econômicas e as de Ricardo, estudadas em *As palavras e as coisas*: “O marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n’água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar. Se ele se opõe às teorias ‘burguesas’ da economia e se, nessa oposição, projeta contra elas uma reversão radical da História, esse conflito e esse projeto tem por condição de possibilidade não a retomada de toda a História nas mãos, mas um acontecimento que toda a arqueologia pode situar com precisão e que prescreveu simultaneamente, segundo o mesmo modo, a economia burguesa e a economia revolucionária do século XIX. Seus debates podem agitar algumas ondas e desenhar sulcos na superfície: são tempestades num copo d’água” (Foucault, 1999 [1966], p. 360).

documentos que efetivamente dizem algo, ela buscava fazer falar, num silêncio, algo diferente do que era dito. Vemos aqui uma clara alusão à seguinte passagem de Lucien Febvre:

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o mel, na falta das flores habituais (...) Toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens (...)? (Febvre, 1953 [1949] *apud* Le Goff, 1988, p. 541)

Eis acima enunciados que constituem o campo de coexistência daqueles formulados pelo arqueólogo do saber e citados acima. Neles, propõe-se o que Foucault chama de memorização dos *monumentos* pela história tradicional, sua passagem a *documentos*.

Para entendermos o que isso quer dizer, vamos recorrer brevemente a algumas definições preliminares desses termos por Jacques Le Goff (1988), em seu ensaio *Documento/Monumento*. O historiador explica que o *documento* se vincula à ciência histórica e à escolha do historiador. Entretanto, com o estatuto de prova que lhe fora delegado pelo positivismo — paradoxalmente ao fato de o *documento* ser uma escolha em nada neutra do historiador —, o termo ganha *status* de objetividade, justificando o efeito de verdade intencionado pelo discurso da história. Além disso, o estudioso acrescenta que o *documento* é predominantemente escrito.

Por seu turno, ainda conforme nos introduz Le Goff, *monumento* diz respeito à memória coletiva, à herança do passado legada pela ação de forças conscientes ou não que operam sobre determinado material. Le Goff complementa, ainda, que o termo tende a se especializar ora no sentido de obra comemorativa, como materializada em construtos arquitetônicos ou esculturais; ora, ainda, naqueles produzidos em ocasião de morte, como perpetuação da memória. Outro detalhe importante sobre essa noção na terminologia historiográfica é que, diferentemente de *documentos*, *monumentos* em geral escapariam à modalidade escrita.

Se nos dedicássemos exclusivamente às ocorrências da noção de monumento no terreno da história propriamente dita — o que não será nossa tarefa —, veremos que a sua relação com documento enquanto dupla de conceitos empunhados pelos historiadores evidencia que não se pode esperar que “as palavras tivessem guardado seu sentido, os desejos sua direção, as ideias sua lógica; como se esse mundo de coisas ditas e queridas não tivesse conhecido invasões, lutas, rapinas, disfarces, astúcias” (Foucault, 2010 [1971], p.18). Ora, a própria passagem de

Foucault, assinalando, primeiro, a transformação do *monumento* em *documento* pela história tradicional e, em seguida, a passagem de *documento* a *monumento*, ilustra o jogo de interdependência e de disputa entre essas noções. Elas não se mantêm intactas, mas se ampliam ou mudam de escopo e finalmente se invertem conforme o interesse daqueles que as utilizam.

O fragmento acima transcrito de Febvre constitui parte de um movimento de ampliação do conceito de *documento*. Tendo em vista a necessidade de se construir memória mesmo sem documentos escritos disponíveis, a historiografia passava a buscar materialidades alternativas, isto é, outras marcas que sinalizassem a presença do homem e seus modos de vida no passado as quais pudessem valer como provas, como matéria-prima para a narrativa histórica. Assim, aquilo que não cabia na definição de *documento*, e que era, pois, *monumento* — todas as heranças do passado não escritas —, pôde vir a valer como *documento* pelo jogo da necessidade. A transformação do *monumento* em *documento*, como apresentada, liga-se à necessidade de produzir um discurso histórico.

Conforme Le Goff, essa passagem de *monumento* a *documento*, isto é, a ampliação do que pode ser considerado como prova histórica, é apenas uma etapa que precede o que ele chama de uma revolução documental, à qual Foucault se refere como a transformação dos *documentos* em *monumentos*. Com a ampliação dos primeiros, podendo compreender praticamente qualquer elemento que pudesse indicar os modos de ser do homem, há conseqüentemente um aumento exponencial nas fontes disponíveis ao historiador. Diante disso, impõe-se a este o desafio de pensar as séries a serem privilegiadas, de agir a partir delas, e não apenas as receber de antemão, como dadas. Exige-se, portanto, o que Le Goff designa como uma “nova erudição” para tratar o *documento* (Le Goff, 1990, p. 543).

Então, em sua forma contemporânea a Foucault, como ele diagnostica, busca-se fazer com que o *documento* passe a ser lido como um *monumento* não naquilo que ele deve dizer sem o dizer de fato, nem naquilo que diz como se fosse uma verdade transparente, mas em seus contornos materiais, em sua condição de massa a ser decomposta e reorganizada e que só nos foi acessível pela ação do poder. Longe de um texto a ser interpretado como prova, o *documento* passa a ser investigado nos termos daquilo que possibilitou sua produção e sua preservação, ou seja, como um *monumento*.

Essa reviravolta na metodologia da história é devida justamente ao reconhecimento de que as heranças do passado não dizem por si mesmas, nem na forma de um texto silencioso, e

nem valem como verdade atemporal a partir de seu texto escrito. Em suma, o *documento* é transformado em *monumento* porque não há *documento* que não seja *monumento*: sua permanência e seu esquecimento têm ligação com o poder, mesmo sua escolha em detrimento de outros possíveis pelo historiador também é ação do poder. Logo, a arqueologia, em vez de passivamente entregar os seus materiais para serem transformados em *documentos*, como provas para a construção de um discurso histórico, passa a ser domínio privilegiado, já que a história deve se preocupar com o agenciamento dos *documentos* enquanto *monumentos* e, portanto, aprender com a arqueologia.

Em adição a esse diagnóstico realizado por Foucault quanto aos impactos da crítica do documento para a história e para arqueologia, tem-se outra ocorrência do termo no livro metodológico, qual seja:

A arqueologia busca definir não os pensamentos, as representações, as imagens, os temas, as obsessões que se ocultam ou se manifestam nos discursos, mas os próprios discursos, enquanto práticas que obedecem a regras. Ela não trata o discurso como documento, como signo de outra coisa, como elemento que deveria ser transparente, mas cuja opacidade importuna é preciso atravessar frequentemente para reencontrar, enfim, aí onde se mantém à parte, a profundidade do essencial; ela se dirige ao discurso em seu volume próprio, na qualidade de *monumento*. Não se trata de uma disciplina interpretativa: não busca um "outro discurso" mais oculto. Recusa-se a ser "alegórica" (Foucault, 2007 [1969], p. 157)

Além de confirmar algumas das impressões possibilitadas a partir do excerto ao qual acabamos de nos dedicar, esse fragmento enfatiza que a arqueologia tenta ficar no nível do discurso, sem se furtar a ele buscando uma interpretação fundamental. Quando Foucault afirma não fazer um estudo alegórico, refere-se ao desvio que a arqueologia produz — nada fácil, posto que implica a recusa a práticas milenares de se conceber os textos — em relação à interpretação. Complementamos com o seguinte fragmento, em que Foucault se afasta dessa busca por uma hermenêutica do texto ao citar as análises estruturalistas de seu tempo:

Percebe-se hoje que há muitas outras possibilidades de tratar a linguagem. Assim, a crítica contemporânea — e é isso que a distingue do que era feito até muito recentemente — está começando a formular, sobre os diversos textos que ela estuda, seus textos-objetos, uma espécie de combinatória nova. Em vez de reconstituir seu segredo imanente, ela apreende o texto como um conjunto de elementos (palavras, metáforas, formas literárias, conjunto de narrativas) entre os quais é possível fazer surgir relações absolutamente novas, na medida em que eles não foram determinados pelo projeto do escritor, mas apenas tornados possíveis pela própria obra como tal. As relações formais que assim se descobrem não estavam presentes na cabeça de ninguém; elas não constituem o conteúdo latente dos enunciados, seu segredo indiscreto; são

uma construção, mas uma construção precisa desde que as relações assim descritas possam ser atribuídas realmente aos materiais tratados (Foucault, 2000 [1967], p. 69).

Esses procedimentos descritos, em termos de combinatória, de construção e de materialidades que devem ser realmente descritas nos lembram da decomposição do *monumento*, de seu tratamento como uma unidade mais espacial do que simbólica.

Dadas essas novas articulações com a história nova estabelecidas intencionalmente por Foucault através da metáfora da arqueologia como descrição intrínseca do *monumento*, e não mais como objeto buscado para ser tratado como *documento*, vemos que, se por um lado Guérault também entendia *monumentos* filosóficos como materialidades a serem analisadas em unidades menores, por outro lado, ele não se debruçava sobre as relações de poder que subjazem à existência de todo *monumento*. Sua exigência parece ser estritamente imanente ao mundo de conceitos que constitui a obra filosófica, a qual, como ele próprio sugere, envolve sem ser envolvida, constituindo-se um mundo *per si*, e isolando-se, portanto, de relações de ordem político-discursiva. Foucault, ao contrário, explora tanto a sistematicidade do *monumento* enquanto uma materialidade, quanto sua disposição às apropriações do poder. Aliás, este é um ponto central para Foucault, tendo em vista que é justamente a significação incontestada do *documento*, sua suposta neutralidade, que é posta à prova na transformação do *documento* em *monumento*.

3. 1.3 Algumas conclusões preliminares

Percorremos o que entendemos ser a trajetória do conceito de *monumento* no período arqueológico tomando como ponto de partida a ideia de que a publicação de *A arqueologia do saber* pode ser considerada um marco na obra de Michel Foucault, de modo tal que perseguimos aquilo que compreendemos como condições de emergência do conceito de monumento, tão basilar ao livro em questão. Essa visão do livro como uma espécie de limiar encontra chancela em diversos autores, como Deleuze (1986) e Dreyfus e Rabinow (1995). Como sabemos, após a publicação desse trabalho fundamental para os estudos discursivos, Foucault parece abandonar as lentes das *arqueologias* para investir-se do que designou como *genealogias*, subscrevendo Nietzsche.

Como já problematizamos, o aparente abandono pode dever-se em parte ao poder judicativo das críticas ao seu trabalho no período da arqueologia e, também, ao reconhecimento de que, nesse conjunto de estudos dedicados ao saber nos últimos séculos da cultura ocidental,

o pensador teria se esquivado de seus objetivos iniciais — ou, ainda, teria os ampliado. Realizando inicialmente um trabalho que se avizinhava da história das ciências e das ideias — embora guardasse, como vimos, considerável distância e até mesmo oposição a certos passos metodológicos e a certas concepções presentes nessas disciplinas —, o filósofo passa a enfatizar outros aspectos além da sistematicidade teórica dos discursos, pensando-os também no que diz respeito ao poder e aos sujeitos.

Nesse sentido, uma pergunta que nos inquietava inicialmente era se o conceito de *monumento* se alteraria, e em que medida ao longo da trajetória intelectual de Foucault. Isso porque, com outros conceitos, talvez fosse possível entrever fases — como é o caso do conceito de *episteme*, conforme já abordamos em nossa seção metodológica. De fato, definido como totalidade cultural em *As palavras e as coisas*, foi elaborado de maneira muito mais evasiva e imprecisa em *A arqueologia do saber*: de uma definição em duas ou três linhas, passa a ocupar páginas inteiras no texto de 1969. Todo esse trabalho do dizer encontra sua motivação nas reflexões, nas tomadas de distância realizadas por Foucault, no interesse, talvez, em não fechar os sentidos, mas expandi-los, dada a liberdade visada pelo projeto teórico proposto.

Pensando no conceito de *monumento*, aproveitamos para explicitar uma hipótese aventada. Trata-se da seguinte ideia: uma vez que o *monumento* se mostra não apenas como uma materialidade a ser considerada em sua sistematicidade própria, mas também como imbuído de intencionalidade e, logo, manipulado pelo poder, não seria a proposição de uma genealogia, com ênfase nos poderes, uma exigência do *discurso-monumento*, isto é, como duplamente sistematicidade e poder?

Ora, posteriormente à publicação de seu livro metodológico, como já citamos, Foucault expressa certo incômodo com os rumos que suas análises tomaram na arqueologia, sobretudo pelo fato de elas terem se ocupado mais com a sistematicidade do que com o poder (Foucault, 2010 [1977]). Diante disso, podemos nos perguntar se a irrupção de um projeto nomeadamente “genealógico” não consiste em uma revisão necessária à própria concepção de discurso como *monumento*, portanto, em uma exigência metodológica imposta por seu objeto de estudo.

Alguns elementos nos encorajam a expor essa hipótese de que o *monumento* é uma noção fulcral no pensamento de Michel Foucault, com potencialidade para motivar a sua guinada metodológica. Em primeiro lugar, do ponto de vista dos procedimentos, textos de Foucault sugerem, através de diferentes denominações, a necessidade de um apoio mútuo entre

arqueologia e genealogia: em *A ordem do discurso*, como vimos, consiste de uma tarefa crítica e de uma tarefa genealógica; no curso *Em defesa da sociedade*, de método e tática. Soma-se a esse primeiro aspecto o fato de a arqueologia, em diversos textos exegeticos, não ser considerada um projeto abandonado, mas antes reformulado ou encapsulado pela genealogia. Dessas duas considerações depreende-se a coexistência, simultaneamente no projeto foucaultiano, de gestos metodológicos preocupados duplamente com a sistematicidade e com o poder, ambos característicos, ao que parece, do monumento. Lembremos, pois, a seguinte formulação de Le Goff (1990, p. 549): “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro — voluntária ou involuntariamente — determinada imagem de si próprias”. Essa imagem, que se apresenta como dada, ou natural, é sempre resultado da ação do poder.

Em segundo lugar, do ponto de vista dos objetos, entrevê-se a possibilidade de entender mesmo elementos não discursivos como de ordem *monumental*, uma vez que, como explica Le Goff, o *monumento* não necessariamente é escrito — aliás, como vimos, em suas concepções iniciais, era uma de suas características não ser escrito. Além disso, conforme Deleuze (1986), o *arquivo* — imbricado com o diagrama — é audiovisual, implicando o estudo tanto de visíveis como de enunciáveis nas formações históricas. Essa designação do *monumento* de *arquivo* como irrestrito a uma forma discursiva permite supor que a consideração de práticas não discursivas, como visibilidades e práticas de poder, não consistiria em uma ruptura com relação ao estudo de *monumentos*. Certamente nos encaminhamos, a partir deste segundo conjunto de elementos elencados como atestando favoravelmente à nossa tese, a algumas reflexões sobre os limites entre o discursivo e o não discursivo nas teorizações foucaultianas.

Para além de defendermos essa possibilidade de leitura do conceito em estudo como central até mesmo para a passagem da arqueologia para a genealogia, entendemos que, do ponto de vista da inteligibilidade e redimensionamento do conceito, será mais produtivo pensar as implicações dessa noção para os estudos da linguagem: é o que faremos no próximo capítulo. Para isso, a partir de um pequeno *corpus* com trabalhos analíticos e historiográficos nos estudos da linguagem, esperamos exemplificar em que medida estes se alinham ou não à essa perspectiva do *discurso-monumento*, e como uma boa compreensão da noção ora tematizada pode enriquecer sobretudo investigações discursivas e historiográficas no campo dos Estudos da Linguagem.

4 À GUISA DE EXEMPLOS

Trabalhar um conceito é fazer variar sua extensão e sua compreensão, generalizá-lo pela incorporação de traços excepcionais, exportá-lo fora de sua região de origem, tomá-lo como modelo ou, inversamente, procurar para ele um modelo.

Georges Canguilhem

Abordando o método utilizado em nossa investigação das condições de emergência da noção de *monumento* em Michel Foucault, atravessamos as problematizações que o filósofo faz das ciências humanas do ponto de vista de sua fragilidade em termos de formalização e de sua constituição tendo em vista jogos de poder. Compreendemos, ainda, o encapsulamento da arqueologia na genealogia como uma necessidade imposta pela própria ideia de que devemos tratar os discursos — mas também o não discursivo — como *monumentos*, isso porque sua economia nas sociedades ao longo do tempo é forjada por relações de poder.

Neste capítulo, a partir das considerações que pudemos tecer sobre o conceito em estudo, propomos pensá-lo especificamente em nosso campo de atuação, como sugere Canguilhem, “exportando-o da sua região de origem” e procurando para ele um modelo. Afinal, embora possamos entender que Foucault trata discursos como *monumentos*, até mesmo em razão de seu próprio estilo de escrita, não há indicações metalinguísticas do tipo “veja, ao fazer isso e isso, estou tratando o discurso como *monumento*” ou “quando fulano faz aquilo, está tratando o discurso como *documento*, e não como *monumento*”. Por essa vagueza — intencional, já que, como sublinhamos diversas vezes, Foucault não propunha formar uma teoria fechada, de modo que a apresentação de um modo de fazer restrito não faria sentido —, pode ser um pouco nebuloso pensar a aplicação mais direta desse conceito oriundo da história em trabalhos no domínio dos estudos linguísticos. Embora não seja nosso objetivo procurar um modelo único para esse conceito, podemos, a partir do conjunto de características que já atribuímos a tal noção, pensar em como uma análise está ou não em consonância com ela e em que medida.

Cumpramos ressaltar que nossa proposta é um exercício de colocar o conceito em reflexão, e que isso não se confunde com apontar como erros ou falhas trabalhos os quais, em nossa visão, apresentam concepções e gestos divergentes em relação àqueles nos quais o *monumento* se erige. Vamos ressaltar de que maneira tais situações escapam a uma leitura monumental, oferecendo, quando possível, outras possibilidades de tratamento do objeto estudado — que, a nosso ver, aproximam-se mais do gesto de tratá-lo como *monumento*. Assim, a opção pelo

estudo de trabalhos analíticos neste capítulo se dá tendo em vista a necessidade de pensar a operacionalidade do conceito cujas condições de emergência foram apresentadas nos capítulos anteriores.

Essa advertência é importante porque, na verdade, a todo momento se está sujeito a ler o *monumento* como *documento*, e não o contrário: isso tem a ver com o já assinalado privilégio milenar do conteúdo em detrimento da forma. Enquanto lemos os textos através dos quais nos informamos, podemos realizar diferentes níveis de leitura e, em algumas delas, simplesmente desconsiderar o que Deleuze chama de “pedestal” dos enunciados, isto é, suas condições de emergência, realizando uma leitura superficial. Um exemplo dessa leitura documental seria consumir uma notícia — como muitas vezes se faz, às vezes simplesmente por falta de tempo —, preocupando-nos apenas em saber “o que aconteceu”, sem problematizar aspectos linguística e imagetivamente explícitos que apontam, por exemplo, para interesses políticos dos veículos de imprensa.

Nesse trabalho, algo parecido ocorreu ao menos na fase de qualificação, quando, ao citar um trecho de Michel Foucault em *A arqueologia do saber*, apresentei-o sem o problematizar, o qual transcrevo a seguir: “interrogar a linguagem, não na direção a que ela remete, mas na dimensão que a produz; negligenciar o poder que ela tem de designar, de nomear, de mostrar, de fazer aparecer, de ser o lugar do sentido ou da verdade” (Foucault, 2007 [1969], p. 126). O problema nessa citação realizada por mim é que não me questionei em que medida podemos ler essa proposta “ao pé da letra” ainda hoje, sendo que o texto foi publicado em 1969. Negligenciar o poder que a linguagem tem de designar parece muito mais um alerta de Foucault no sentido de encaminhar seus leitores a uma postura crítica, que não faça uma leitura simplesmente referencial, do que efetivamente negar essa função que a linguagem possui. Assim, o simples questionar-se ao citar alguma coisa extraída de outro tempo-espaco é um exercício que nos aproxima de uma leitura monumental.

Para identificar as contribuições que a compreensão da noção de *monumento* pode trazer aos estudos da linguagem, isto é, para alcançar o nosso segundo grande objetivo com esta pesquisa, propomos fazer uma reflexão a partir de dois trabalhos dessa grande área como exemplos metonímicos com vistas a apresentar, de modo mais aplicado e local, a operacionalidade do conceito em relevo. Trata-se, por assim dizer, do momento da pesquisa em que efetivamente penso o conceito para além de suas formulações *originais* — com todas as ressalvas reservadas a esse termo, uma vez que, após nossas discussões nas quais se evidenciou

o transitar de uma noção entre diferentes pensadores, a ideia de originalidade só pode ser tomada em um sentido ordinário, sem apego ao problema da origem colocado em filosofia. Nesse caso, pensar o conceito para além das formulações teóricas foucaultianas é imaginar de que maneira ele se aplica, de forma prática, a estudos que analisam a linguagem.

Mas esse pensar para além das definições teóricas dadas por Foucault, as quais ecoam a historiografia francesa, implica um outro problema, que é o de eleger um recorte, isto é, os trabalhos a serem estudados com vistas a mostrar como o conceito pode se aplicar a eles. Considerando a amplitude de trabalhos e de linhas de pesquisa abarcados pelo termo “estudos da linguagem”, que tipo de materiais pode compor nosso *corpus*?

Coloca-se em jogo, nessa tarefa de seleção, uma questão cara ao autor a quem nos dedicamos: a de que a comparação que estabelece e sistematiza as diferenças só pode se dar sobre o alicerce de alguma continuidade. Com isso, queremos dizer que a noção de *monumento* talvez não possa contribuir para qualquer estudo em ciências da linguagem, até mesmo por conta do escopo de cada subárea: para a fonologia ou a morfologia, a princípio, é difícil pensar as implicações desse conceito, simplesmente porque tais áreas não estão ocupadas com o nível dos enunciados, dos textos e dos discursos, mas somente das palavras e de seus segmentos internos. Nesses casos, em que se acredita trabalhar uma língua “fora” das circunstâncias ideológicas, apagando-se o poder, se por um lado a análise pode levar em conta algum tipo de sistematicidade, por outro lado, nem sempre vai inserir discussões políticas ao tratar somente desses níveis⁵⁵.

Assim, embora não seja o nosso objetivo comparar conjuntos teóricos inteiramente, é preciso que, para mais bem apresentarmos a produtividade da ideia de discurso como monumento de um ponto de vista analítico, escolhamos trabalhos os quais, em alguma medida, possuam compatibilidades com a perspectiva de estudo apresentada por Foucault. Nesse sentido, selecionamos dois trabalhos contemporâneos, situados, respectivamente, nas áreas da Análise do Discurso e da Historiografia Linguística.

⁵⁵É evidente que, em uma aula de fonologia, questões políticas podem ser trabalhadas. Por exemplo, a existência de fenômenos como a hipercorreção levará a formas como “adevogado”, as quais são estigmatizadas por serem escolhas de falantes que têm pouco contato com a modalidade escrita e formal da língua. Esse preconceito não é intrínseco à escolha linguística inconsciente do falante, mas às relações de poder estabelecidas socialmente entre as elites intelectuais e aqueles que não tiveram igualdade de condições para essa apropriação da norma culta. No entanto, nem todos os tópicos de que tratam tais áreas da microlinguística darão margem a esse tipo de discussão.

4. 1 UM EXEMPLO EM ANÁLISE DO DISCURSO

Para a constituição de nosso *corpus* analítico, entre aqueles estudos que se orientam pelos paradigmas representacionista e pragmático da linguagem, elegeu-se-iam produções teóricas incluídas no segundo modelo, pois é essa a perspectiva que mais se identifica com a visão de linguagem assumida por Foucault, como pudemos depreender até aqui. A sua proposta é deslocar o antigo problema da relação entre linguagem e mundo analisando o discurso, “essas práticas que são intermediárias entre as palavras e as coisas” (Foucault, 2000 [1969], p. 149). Assim, a atenção destinada à dimensão do discurso indica, a um só tempo, que os enunciados materializados em palavras no curso da história são eles próprios como coisas e que as coisas são, em boa medida, produzidas pelos enunciados. Nesse sentido, as palavras não espelham as coisas, e os discursos não espelham o não discursivo, as relações travadas entre tais dimensões existem, mas são muito mais complexas, caracterizando as regras da prática discursiva.

Seria preciso, ainda, que, dentre os estudos inscritos nesse espectro pragmático, escolhêssemos trabalhos inseridos em áreas que considerassem a historicidade das práticas linguísticas e as relações entre linguagem e sociedade. Chegamos, assim, aos estudos do discurso. Estes, por seu turno, comportam atualmente uma bifurcação principal, qual seja, aquela que separa a Análise do Discurso de linha francesa da anglo-saxã.

Entre as duas tradições, escolhemos seguir um trabalho filiado à tradição francesa, pois esta apresenta mais proximidade com Foucault, em vista de uma questão cultural, histórica e geográfica. Nessa vertente de Análise do Discurso, destaca-se aquela concebida por Michel Pêcheux e elaborada no Brasil principalmente por Eni Orlandi, que, em intenso contato com a produção teórica francesa, contribuiu muito para a institucionalização da área no Brasil. A estudiosa defende, inclusive, uma Análise do Discurso brasileira, entendendo que não se trata mais de aplicar uma teoria de origem francesa em outro lugar, em uma transferência, mas de exercitar uma forma de Análise do Discurso que, com bases na teoria francesa (mais exatamente pecheutiana), já é um campo de pesquisa autônomo no/do Brasil.

Da forma como vem se instituindo em nosso país, a análise do discurso foucaultiana mantém profundo diálogo com a pecheutiana⁵⁶. Porém, quanto à relação entre as contribuições de Michel Pêcheux e Michel Foucault como ferramentas para o estudo dos discursos, não há

⁵⁶ Cf. GREGOLIN, M. R. Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos. São Carlos: Claraluz, 2006.

um posicionamento unânime. Há, por exemplo, perspectivas segundo as quais a associação entre o instrumental teórico e analítico da Análise do Discurso pecheutiana e da foucaultiana é possível, mas não necessária e até não recomendada, dada a diferença entre os paradigmas teóricos a que se filiam (Navarro, 2020). A nosso ver, uma maneira interessante de enxergar a questão é investir-se de uma perspectiva pluralista, que tome para si a heterogeneidade e, em alguma medida, a contradição. Dito de modo um pouco selvagem, parece que essa polêmica coloca em xeque a seguinte questão: ou bem damos mais peso à filiação epistemológica dos autores, compreendendo-os como conjuntos inconciliáveis e enfatizamos suas diferenças, ou bem compreendemos que perspectivas teóricas diferentes coexistem sem necessariamente se excluírem, no caso de nos atermos especificamente àquilo que possuem em comum, às suas semelhanças. Defendemos, de nosso turno, que, a depender dos objetivos de pesquisa, é possível que o recurso a algumas noções e a alguns procedimentos caros a ambas potencialize a qualidade da análise discursiva. O importante é dominar epistemologicamente os referidos conceitos.

Para tornar mais nítido por que defendemos essa conciliação, vale a pena considerar a seguinte passagem de Eni Orlandi: “A análise do discurso, como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem” (Orlandi, 2012, p. 15). Trata-se de uma importante observação dada em um livro introdutório à Análise do Discurso, a qual aponta para o que talvez seja uma diferença importante entre as perspectivas pecheutiana e a foucaultiana. É que, embora Foucault remetesse seus escritos de modo recorrente a teorias da linguagem, como vimos em *A arqueologia do saber*, de modo heterogêneo às análises pecheutianas, suas análises discursivas não tocavam detidamente os elementos da língua. Isso pode dever-se ao fato de Foucault tecer críticas incisivas à filosofia da linguagem analítica, à filosofia da linguagem ordinária e à linguística gerativa⁵⁷, as quais o encaminham a uma cisão em relação à linguística propriamente, com vistas ao estabelecimento de uma nova forma de entender os textos, considerando elementos que perpassam a língua e orientam seu uso, mas que a transbordam.

⁵⁷Quanto a essa diferença nos termos das unidades de trabalho, consideramos este trecho, parte da entrevista *Michel Foucault explica seu último livro* (2000 [1969]), particularmente esclarecedor: “A frase é uma unidade gramatical de elementos que estão ligados por regras linguísticas. O que os lógicos chamam de proposição é um conjunto de símbolos regularmente construídos; pode se dizer sobre uma proposição se ela é verdadeira ou falsa, correta ou não. O que eu chamo de enunciado é um conjunto de signos, que pode ser uma frase, uma proposição, mas considerada no nível de sua existência.” (Foucault, 2000 [1969], p. 152).

Este é um primeiro ponto a considerar: o conhecimento especializado do linguista pode potencializar o uso das ferramentas conceituais elaboradas por Foucault na concepção do *discurso-monumento*? Acreditamos que sim, pois o recurso à metalinguagem linguística imprime mais especificidade à análise discursiva. Com isso queremos dizer que, ao fazer uso da metalinguagem linguística, que nos é dada pelo acesso a um conhecimento especializado, compreendendo como os signos, em sua relação específica com as condições de emergência dos enunciados em que figuram, colaboram para determinados efeitos de sentido, podemos dar uma descrição mais precisa do *monumento*. Porém, pouco adiantaria a utilização dessa metalinguagem linguística sem a compreensão de que o discurso é ensejado por condições históricas e manejado pelo poder de diferentes formas nas sociedades em que circula.

Estamos assumindo, como ponto de partida, que a perspectiva de discurso como *monumento* está mais próxima de trabalhos em Análise do Discurso de maneira geral, mesmo sem remeterem especificamente ao conceito foucaultiano, do que de trabalhos da linguística *hard*. Nosso objetivo será, então, mostrar de que maneira o campo pode utilizá-lo para aprimorar suas investigações, o tratamento de seus *corpus*. Vamos pensar a consideração desse aspecto em um trabalho específico em Análise do Discurso, qual seja, a tese de doutorado de Hulda Gomides Oliveira (2019), intitulada *Liberdade de expressão em democracias: discursos e sujeitos em redes de comunicação*.

Em seu texto, a pesquisadora apresenta os frutos de sua investigação metodologicamente orientada pela arqueogenealogia foucaultiana sobre práticas de liberdade de expressão e sua relação com a subjetivação dos sujeitos em três recortes históricos distintos: a ágora grega, na Antiguidade; a França revolucionária, na Modernidade; e as mídias virtuais no Brasil, na Contemporaneidade. Sua pesquisa nos encaminha a notar três ordens do discurso que têm, em comum, a publicidade da fala e a sua instanciação em regimes democráticos, mas que diferem nos termos das subjetividades que lhes são características.

Desmistificando a ideia de que a democracia grega significava plena liberdade, a pesquisadora mostra como esta, em seus contornos iniciais, já era um sistema de intensa regulação do dizer. Havia não apenas uma normatividade própria ao *status* de quem podia falar, isto é, o “sujeito-cidadão” em detrimento dos não cidadãos, mas também uma regulação quanto ao que era preciso falar: mesmo entre os cidadãos, a fala legítima era apenas aquela que servia à utilidade pública, de modo que o silêncio, nesse contexto, não era necessariamente falta do que falar, mas uma imposição tendo em vista o bem comum. Na França revolucionária,

acontece um movimento em direção oposta, uma tentativa de universalização da fala do homem, com a “elaboração de um ordenamento jurídico regulador não apenas dos direitos políticos dos cidadãos, mas dos direitos pretensamente universais ‘do Homem’, entre eles, o direito à liberdade de expressão” (Oliveira, 2019, p. 105). Assim, conforme o recorte da Modernidade proposto, caminham lado a lado a ideia de que o povo pode expressar-se livremente e a necessidade de instrumentos jurídicos, institucionalizados, para formalizar e garantir esse direito natural. Já na Contemporaneidade, com a Internet e as mídias virtuais, criou-se um imaginário segundo o qual há uma liberdade ilimitada pela possibilidade de conexão com o global. Contudo, percebe-se uma despolitização da fala pública a partir das próprias movimentações dos sujeitos em interação nas redes sociais. Nelas, os usuários são a todo tempo instigados a falar de si e convidados a “moldarem” o espaço virtual conforme suas preferências, de modo a criar “diálogos de iguais” (em comunidades ensejadas a partir de interesses em comum) e “diálogos de surdos” (quando emitem as suas “verdades”, mas não persuadem ninguém, já que a diferença — isto é, aqueles que pensam diferentemente e poderiam ser persuadidos — é bloqueada, restringida etc.), para preservar os termos utilizados pela pesquisadora.

Compreendendo que os sentidos não estão presos aos signos linguísticos de modo fixo, isto é, independentemente da situação específica de sua emergência, o trabalho de Oliveira (2019) explicita que a prática de liberdade de expressão é diferente da expressão linguística “liberdade de expressão”. Assim, interessada nas discursividades sobre a efetiva prática da liberdade de expressão, a autora mostra como esta aparece sob diversas denominações a depender do momento histórico. Essa concepção é um dos pontos em que a filiação da autora ao método de Foucault mais se evidencia, pois também ele, ao propor suas investigações, parte de um fio condutor específico, de uma determinada prática ou problema, sem pressupor uma denominação fixa ao longo do tempo. Também Foucault busca compreender em que medida o diferente é o mesmo.

Antes de realizar a análise nuclear de seu trabalho, isto é, aquela dos textos extraídos da Antiguidade, da Modernidade e da Contemporaneidade, a pesquisadora faz algumas considerações acerca do *politicamente correto* através do estudo de duas materialidades discursivas produzidas no Brasil, na primeira década de nosso século. Tal discussão encontra-se na seção *Liberdade de expressão entre “o politicamente correto” e “o politicamente incorreto”*, parte do primeiro capítulo da tese, e é motivada pela tese de que tal fenômeno coloca

em jogo aquilo que é “correto” e “incorreto”, implicando normatividade sobre os dizeres — e, portanto, restrição à liberdade de expressão, conforme indica a autora. Os materiais brevemente analisados são um glossário de 2004, intitulado *Politicamente correto e direitos humanos*, produzido pela Secretaria Especial de Direitos Humanos, ligada à então presidência da República, e um guia de 2009 intitulado *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, do jornalista Leandro Narloch.

Quanto a esse tema do politicamente correto, como apresentado no estudo, interessa-nos problematizar o que acreditamos ser uma leitura que, por um momento, escapa à observância das condições de emergência de alguns enunciados de linguistas renomados. Logo, escapa à concepção do discurso como um monumento. É essa a impressão que se tem a partir de uma análise do que é dito e da forma como se diz no trabalho em questão, ou melhor, a partir de uma análise do que é citado e da forma como é citado. Fazemos a ressalva de que isso não desqualifica o trabalho; apenas dá margem a problematizações que, como cremos, podem chamar a atenção do analista do discurso para a fragilidade de suas leituras, sempre na iminência de furtar-se a uma leitura monumental, absorvendo-se por uma leitura documental. Vejamos essa questão mais de perto.

Ao construir uma introdução ao tema do *politicamente correto*, a autora se utiliza de citações de especialistas como Sírio Possenti, Roberto Leiser Baronas, José Luiz Fiorin e Jean-Jacques Courtine para robustecer uma argumentação segundo a qual o politicamente correto, embora bem-intencionado, sustenta-se a partir de uma certa concepção de linguagem. Essa concepção seria bastante rígida, aparentada a uma “língua de madeira” de Pêcheux, ou à “novilíngua”, de George Orwell, para lembrar termos citados na tese em estudo. O que chama a atenção, no entanto, é que, embora certamente razoáveis em seu contexto original, algumas dessas citações que criticam o politicamente correto parecem merecer problematizações ao serem lidas na segunda década do século XXI, que possui algumas descontinuidades em relação à primeira.

Primeiramente, abrindo sua seção, a estudiosa cita Sírio Possenti, servindo-se de um excerto em que este afirma, grosso modo, que o fenômeno do *politicamente correto* é um terreno fértil para a perspectiva da análise do discurso, justamente por constituir lutas que tentam estabelecer que determinados dizeres são legítimos, e outros, não. Tal citação funciona, no trabalho, como uma justificativa para a relevância do tema do *politicamente correto*, dada sua relação com a liberdade de expressão.

Mas, em seguida, citando Possenti e Baronas (2006), Fiorin (2008) e Courtine (2006), acreditamos que, ao não deixar claras as condições de emergência dos dizeres extraídos desses teóricos, a autora dá a entender que os subscreve inteiramente, como se o que foi dito por eles, da forma como foi dito, na primeira década do século XXI, fosse uma verdade transparente na ocasião de publicação da tese — o que, acreditamos, não se dá. Por isso, conforme nossa leitura, pode ter havido uma leitura documental, e não monumental, dos enunciados citados, uma vez que suas condições de emergência são bastante distintas do momento histórico no qual são citadas e, por isso, deveriam ser mais bem demarcadas.

Mais especificamente, alguns desses enunciados emitidos por linguistas, descontextualizados, podem ser lidos hoje como parte de uma visão política conservadora, embora o que façam, ironicamente, em suas respectivas condições de emergência, seja apontar para certo conservadorismo linguístico implicado nos propositores do politicamente correto.

Para precisar o que sugerimos, pensemos, por exemplo, no uso do termo “mulata”, “proibido” pelo politicamente correto por ser racista. Mesmo reconhecendo o racismo implicado na palavra pela via etimológica — em sua origem, trata-se da aplicação de um termo próprio à designação de animais híbridos (de cavalo com jumenta ou de égua com jumento) a indivíduos miscigenados (filhos de brancos com negros) —, o linguista poderia objetar que a proibição do uso pelo politicamente correto tenta resgatar artificialmente um sentido pejorativo que teria se perdido ao longo do tempo. Isso porque muitos indivíduos que empregam o termo não sabem dessa origem e não têm, portanto, a intenção de ofender o sujeito negro ao empregarem-no.

Esse posicionamento possível ao linguista é ensejado por uma concepção discursiva e crítica de linguagem. Primeiramente, porque a leitura que se faz dessa proibição não é orientada pela intenção “positiva” da entidade que produz o discurso. A bem da verdade, ela é fruto da consideração técnica das estratégias utilizadas, as quais ultrapassam a boa-intenção do autor — qual seja, o combate ao racismo —, recorrendo à restrição da liberdade. Além disso, tal leitura é sustentada por uma concepção discursiva à medida que pensa os sentidos como não intrínsecos aos significantes escolhidos, mas sim determinados por um conjunto de elementos, como quem diz, o tom com que se diz, o contexto histórico, político, social e situacional em que se diz.

Nesse caso, em vez de posicionar-se favorável ou negativamente em relação à ideia de eliminar um termo racista, analisa-se tecnicamente com que propriedade é outorgado dizer que tal termo é racista e, ainda, através de que método, isto é, com que estratégia quer-se combater esse racismo. Chega-se, então, ao questionamento da validade dessa proibição, haja vista a não transparência do sentido racista, e mostra-se como a ideologia antirracista precisa de limitação à liberdade para ser exercida.

Dados esses contornos, consiste em uma leitura acertada do fenômeno do ponto de vista discursivo, pois, ao mostrar que o politicamente correto tende a normatizar o uso da linguagem, no sentido de tentar levar a dizer algo em detrimento de outra coisa, sublinha-se o cruzamento da ideologia de esquerda com um pensamento altamente conservador do viés linguístico. Para os estudos do discurso, isso é muito interessante, já que evidencia como, ao analisarmos discursos, devemos nos ater ao que é dito, à forma como se diz, e não nos limitar a uma dada identidade e intenção de seus proponentes ou locutores, dado que pertencer a uma autoria declaradamente de esquerda não isenta um discurso da contradição de assemelhar-se, em certa medida, com seu exato oposto. Mas é preciso relativizar essa avaliação em função da historicidade dos nossos enunciados.

Por caminhos que só o desenrolar histórico poderia explicar, essa resposta aparentemente razoável do linguista, que partia de um ponto de vista pragmático de linguagem, reconhecendo que toda língua varia e muda, logo, que não faria sentido retornar à etimologia de uma palavra para fixar seu valor linguístico, tornou-se cada vez mais aproximada de um posicionamento político conservador, e isso também pode ser explicado de um ponto de vista discursivo. É que talvez seja justamente este contexto histórico, político e social, que se alterou significativamente entre a primeira e a segunda década dos anos 2000, o responsável por tornar as críticas acertadas nos anos 2000 em posicionamentos, agora em 2020, que concorrem com discursos de extrema direita para a deslegitimação de pautas minoritárias⁵⁸.

Para desenvolvermos nossa crítica, vamos refletir sobre as passagens em questão. A primeira selecionada é a seguinte:

Possenti e Baronas (2006) apontam que a textualização do politicamente correto funciona segundo uma *concepção transparente*

⁵⁸ Um bom exemplo disso é que o argumento segundo o qual o significado etimológico se perdeu é largamente utilizado por profissionais de Letras claramente simpatizantes da extrema-direita quando o tema é a “proibição” de termos racistas.

de língua e aposta na evidência dos sentidos das palavras, acabando por instituir uma espécie de “língua de madeira”, ao defender que o uso de uma palavra gera necessariamente determinado sentido, e como efeito negativo “se constitui num discurso totalitário” (2006, p. 02), o qual, por fim, regra o que é ou não aceitável de ser dito (Oliveira, 2019, p. 67, grifos nossos).

A autora afirma que, na visão de Possenti e Baronas, em texto de 2006, o politicamente correto funciona conforme uma “concepção transparente de língua e aposta na evidência dos sentidos das palavras”. Se isso parecia evidente naquele contexto, hoje podemos nos perguntar: é mesmo uma leitura unívoca a de que as propostas do politicamente correto apostam em uma “evidência dos sentidos”? Embora a ideia dos autores seja dizer, grosso modo, que não são evidentes os sentidos negativos atrelados a determinados termos, e que, por essa não evidência, seria despropositado evitá-los, não parece óbvio, hoje, que o politicamente correto assuma o sentido como evidente ou necessário, e é justamente esse o cerne da questão.

Talvez o politicamente correto possa ser lido hoje como uma tentativa de mostrar que, embora certas palavras sejam utilizadas de maneira automática e inconsciente, esses usos ignoram sentidos forjados em outros momentos históricos, e o acesso ao conhecimento desses sentidos informa a respeito da formação desigual da sociedade brasileira. Pode ser, portanto, justamente a não evidência de um sentido que se busca realçar pelo conhecimento histórico adicionado à bagagem cultural do falante comum, conhecimento que, por conseguinte, pode levá-lo a uma visão mais crítica da sociedade. Desse modo, se antes, em um contexto de governo progressista no Brasil, poderíamos nos perguntar “por que tentar induzir o falante comum a deixar de usar um termo que usava sem intenção preconceituosa e, portanto, cujo teor negativo se perdeu com o tempo?” (como “denegrir”, “a situação está preta”, “feito nas coxas”, “criado-mudo”), hoje podemos nos perguntar: “por que não evidenciar o preconceito marcado na língua, através da reativação de memórias que explicitam as brutalidades contra determinados grupos ao longo da história, tornando consciente do passado o falante do presente?”. Esse movimento pode levar ao reconhecimento, também discursivo, de que a intenção do falante não é o único ponto a ser levado em consideração na constituição dos sentidos.

Se utilizo o termo “mulata” sem intenção de ser preconceituosa, mas a pessoa a quem me refiro ou com quem interajo o interpreta como pejorativo, bastaria o recurso à intenção, à mente do falante, para desonerar-se de alguma responsabilidade? Logo, se linguisticamente o politicamente correto pode apresentar termos impositivos, normativos, discursivamente sua função parece ser muito mais a de conscientizar e multiplicar as problematizações acerca da

historicidade de nossas práticas de linguagem do que propriamente a de instituir uma nova língua.

Além disso, poderíamos considerar, hoje, como um ponto tranquilo a designação desse discurso do politicamente correto como “totalitário”? Ele não tem peso de lei; pelo contrário: projetos de lei têm sido recentemente elaborados para evitar algumas de suas propostas, como a linguagem neutra, antecedendo os projetos de sua suposta institucionalização em escolas.⁵⁹ Assim, talvez o tom impositivo de algumas formulações do politicamente correto, como “não se deve usar x, mas y”, deva ser visto mais como uma estratégia retórica de militância, tendo em vista a seriedade com que seus proponentes enxergam o tema. Mas somente por isso podemos chamar um discurso tal de totalitário, mesmo sabendo que ele é mais combatido institucionalmente do que propriamente institucionalizado? Além disso, as demandas do politicamente correto surgem atreladas a lutas de grupos minoritários, que por vezes ignoram reflexões técnicas sobre a língua, revelando, a partir de um conhecimento intuitivo e não cientificamente fundamentado, incômodo ou sentimento de exclusão a partir de determinados usos a eles dirigidos. Elas deveriam, por isso, ser de imediato invalidadas? Isso é um ponto sensível a considerar, porque a discussão sobre o politicamente correto tem colocado em jogo, de modo frequente, o discurso técnico e científico sobre a linguagem indo de encontro à experiência de muitos sujeitos que se dizem alvos de exclusão e de preconceito pela linguagem.

Desse modo, embora a autora afirme que são legítimas as lutas propostas pelo politicamente correto, seria importante contrastar o que era, para um linguista, criticar tal movimento no início dos anos 2000 e o que é fazê-lo em um contexto no qual o politicamente correto é uma agenda a ser abertamente combatida⁶⁰ pela ideologia de uma ultradireita. No entanto, não há, no texto, uma parte dedicada a essa reflexão acerca das condições de produção do texto citado em contraste com o momento no qual a estudiosa o retoma.

Logo, é por uma contingência histórica que enunciados que criticavam o politicamente correto como um conservadorismo linguístico nos anos 2000, se proferidos hoje, encontrar-se-iam em uma posição paradoxalmente mais conservadora do que aquela dos defensores do

⁵⁹ Por exemplo, na cidade de Juiz de Fora, em julho de 2022, foi aprovada a Lei 14.498, que “Garante aos estudantes do município de Juiz de Fora o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino na forma que menciona”.

⁶⁰ Em seu discurso de posse, em janeiro de 2019, Jair Bolsonaro colocou a questão como um dos seus objetivos: “Me coloco diante de toda a nação, neste dia, como o dia em que o povo começou a se libertar do socialismo, da inversão de valores, do gigantismo estatal e do politicamente correto”.

politicamente correto. Em tempos nos quais a *liberdade de expressão* é utilizada pela extrema-direita como álibi para proferir os mais antidemocráticos e preconceituosos juízos, posicionamentos críticos ao politicamente correto passam a se localizar, no mapa discursivo de uma sociedade polarizada, como mais conservadores por servirem-se de um instrumental teórico para questionar exclusões que são experienciadas de modo sensível. São fundamentalmente essas condições históricas que separam as duas décadas, de 2000 e 2010, que poderiam ter sido exploradas no trabalho em questão.

Dando continuidade à nossa leitura, vejamos outra passagem que também poderia ser problematizada:

Fiorin (2008) também questiona a eficácia da proposta de que *se alterarmos a língua teremos como resultado a mudança de práticas discriminatórias*. Do ponto de vista do funcionamento da linguagem, ele pontua que não existem termos neutros capazes de designar objetivamente os sentidos das palavras, segundo ‘a crença de que a palavra isolada carrega sentido e apreciação social’ (FIORIN, 2008, p. 03) fora de sua materialidade discursiva, um exemplo disso são eufemismos, para ele, ‘francamente cômicos, quando a língua não possui um termo ‘não marcado’ para fazer uma designação que é vista como preconceituosa’ (2008, p. 04). Defende ainda que *o apelo a etimologismos busca remotivar arbitrariamente o que a língua já desmotivou*, como vemos em ‘judiar’ em sua herança etimológica com o povo judeu, para exemplificar (Oliveira, 2019, p. 67, grifos nossos).

Nas afirmações de Fiorin, publicadas em 2008, parece haver uma separação entre língua e mundo, como se o discursivo não fosse, já, uma instância capaz de discriminar. Seria ingênuo, hoje, supor que os questionamentos sobre o uso da língua propostos pelo politicamente correto acreditam que isoladamente vão “acabar” com o racismo, o machismo, o capacitismo etc., como pode sugerir o termo “mudança” no singular e acompanhado do artigo. Ademais, como já tangenciamos, a ênfase na etimologia de determinadas palavras tem por função também — e arriscamos dizer que hoje seja sua principal função — mostrar a historicidade dos termos com vistas a denunciar um nível de violência que é apagado, despercebido em nossas práticas cotidianas. A informação acerca da origem de termos como “mulato”, “criado-mudo”, “retardado” oferece aos sujeitos a consciência da historicidade de sentidos que era simplesmente ignorada. Descontextualizada, a leitura de Fiorin por Oliveira dá a entender, mais uma vez, que a postura daqueles que problematizam o uso de determinados termos de origem preconceituosa é uma forma de imposição ou prescrição, alinhando-se aos argumentos daqueles contrários ao politicamente correto hoje — que são, muitas vezes, os defensores do politicamente incorreto.

Vejamos outra passagem, esta retirada de Courtine, equiparando o politicamente correto à novilíngua, de George Orwell:

Primeiro princípio: *aquele que controla as palavras pode modificar o pensamento e transformar o segmento da realidade a qual essas palavras se referem*. Segundo princípio: *toda palavra ou expressão deve ser entendida de maneira absolutamente literal*; terceiro princípio: lugar de literalidade absoluta, a linguagem é também um espaço de performatividade generalizada. *Se dizer é sempre fazer algo para alguém, e se toda palavra imprópria pode fazer uma vítima, toda expressão corrigida pode também, em função do primeiro princípio, livrar de uma opressão* (Courtine, 2006, p. 155 *apud* Oliveira, 2019, p. 69).

Novamente, entende-se que essa aproximação pode ser inexata, se considerarmos o que é o politicamente correto hoje. Questionando o primeiro princípio, vale a pena verificar se a voz do politicamente correto pode ser reduzida a uma entidade que busca controlar o que se diz: hoje, não parece se tratar de algo imposto de cima para baixo. Questionando o segundo princípio, vale a pena considerar se o que condiciona a própria existência do politicamente correto como uma vertente de pensamento intervencionista não é justamente a consciência da não literalidade do sentido. É preciso mostrar que, embora um termo como “criado-mudo” designe um móvel hoje, em outro momento histórico ele designava um escravo em vigília, desumanizado, para que as pessoas tenham acesso ao seu “significado literal” (neste caso, sua etimologia) e, nesse acesso, tomem consciência da história da sociedade em que vivem. Isso não é necessariamente dizer que há uma continuidade do sentido independentemente da história, mas que há uma descontinuidade de sentido que só pode ser recuperada pela permanência da forma linguística — e, se o sentido que outrora tal forma linguística teve é abjeto, por que não a evitar, na existência de outras? Quanto ao terceiro princípio, é ingênuo, realmente, fazer crer que a não utilização de uma palavra implique o apagamento de uma opressão que é social e política, como se deixar de usar um termo considerado racista fosse abolir o racismo enquanto uma prática secular, ou como se uma formulação com um termo como “preto” fosse necessariamente racista. Mas essa desvinculação entre a palavra e seu sentido necessário não resolve os casos em que alguém se sente ofendido ao ser associado a um determinado termo e quem o empregou afirma não ter sido intencional. Seria relevante pensar, portanto, nas relações de sentido em cada situação particular, o que, de certo modo, torna o politicamente correto uma tentativa realmente generalista de resolver o problema. Entretanto, insistimos, ela carrega em seu bojo discussões importantes sobre a história de nossa sociedade e de nossa linguagem, tornando públicas problematizações que, tempos atrás, apenas seriam

acessíveis à erudição. Como os sentidos são históricos, hoje essa lembrança com vistas a tornar mais clara a injustiça social se tornou parte de uma luta, parte de uma resistência a posições discriminatórias.

Já na seção de análise propriamente dita, autora mostra como, através do recurso ao saber acadêmico e em tom educativo, o glossário ligado ao governo procede com sua intenção informativa: apresenta a origem de uma dada palavra politicamente incorreta, explica por que razão ela fere os direitos humanos e oferece uma sugestão que possa substituí-la. Entretanto, na disputa por narrativas, o guia do politicamente incorreto, de Leandro Narloch, que vai de encontro ao glossário em questão, investe no termo “censura” para designar a proposta do glossário e propõe uma nova leitura da história, com subtítulos como “Quem mais matou os índios foram os índios”, e “Zumbi tinha escravos”, os quais se apresentam como alternativos à história politicamente correta. Assim, vê-se como já em 2009 estavam incubadas as tentativas de um revisionismo histórico ideologicamente motivado. Esse uso do termo “censura” para designar limites à liberdade de expressão quando esta fere os direitos humanos é um problema vivido atualmente. Portanto, com mais forte razão, a crítica dos linguistas citados às proibições do politicamente correto deve ser contextualizada, a fim de que não se faça uma leitura documental disfarçada de discursiva.

Por fim, teria sido relevante que a pesquisadora, com vistas a contrastar mudanças no debate sobre o politicamente correto nos anos 2000 e atualmente, apontasse exemplos-problema do próprio glossário analisado, os quais, nos dias atuais, provavelmente não seriam considerados pauta relevante para figurar no material. Para um melhor dimensionamento do problema, o glossário publicado em 2004 e analisado por Oliveira (2019) dispunha, por exemplo, de um vocábulo que certamente não seria bem aceito pela ideologia de esquerda em 2023, em razão das discussões contemporâneas sobre racismo. Trata-se do seguinte:

Branquelo - Por incrível que pareça, existe no Brasil preconceito racial contra pessoas brancas. Mais fortemente, contra membros das colônias europeias no Sul do país. 'Branquelo' e 'branquelo azedo' são duas das expressões pejorativas contra os brancos (Queiroz, 2004, n.p.).

O que este verbete inclui, em 2004, como “preconceito contra pessoas brancas” é o que denominamos hoje como “racismo reverso” — que não existe, de um ponto de vista progressista, haja vista que o poder é desigualmente distribuído entre brancos e negros, e os primeiros sempre foram os privilegiados nessa equação. Logo, para um glossário que hoje se diz interessado em defender os Direitos Humanos, o critério de seleção dos termos a serem

evitados seria outro: podemos dizer que o uso de um termo como “branquelo”, contra um representante de um grupo étnico que ainda é privilegiado, é uma ameaça a direitos humanos? Sem dúvida, trata-se de questões pertinentes para a abordagem da liberdade de expressão, mas também, conforme queremos mostrar, para a identificação de mudanças bastante significativas no debate político dentro de um período relativamente curto de tempo.

Apresentamos, assim, o breve exame de um trabalho que, mesmo se filiando genuína e apropriadamente à análise do discurso foucaultiana, se analisado mais detidamente, deixou de colocar em xeque relações de poder que influenciam o peso e o valor dado àquilo que é dito. Logo, deixou de ater-se, em um detalhe específico da análise, aos enunciados com valor de *monumento*, tratando-os com valor de documento, de verdade, já que não foram problematizados ao serem citados em um recorte histórico diferente daquele em que foram originalmente emitidos. Como dissemos no início, nossas considerações são uma tentativa de explorar o conceito em estudo, sem, com isso, querer alçar a noção trabalhada por Foucault a um estatuto de regra valorativa ou de comando a ser seguido. Em nossa visão, a ideia de tratar o discurso como monumento é um gesto norteador para o analista do discurso, ainda que cientes de que nossas elaborações são sempre sujeitas a contradições: como é característico do discurso.

4. 2 UM EXEMPLO EM HISTORIOGRAFIA DA LINGUÍSTICA

Além da Análise do Discurso, compreendemos como uma outra área dos estudos da linguagem desenvolvidos no Brasil que se ocupa de seus aspectos históricos — portanto, elegível para nossa investigação — a Historiografia da Linguística, a qual se caracteriza por ocupar-se não diretamente do objeto linguagem, mas das “formas de conhecimento que foram construídas sobre a linguagem, no eixo da história” (Altman, 2009, *apud* Batista, 2013, p. 17).

Preliminarmente, vamos diferenciar algumas denominações do campo, quais sejam: Historiografia da Linguística, Historiografia das Ciências da Linguagem, História das Teorias Linguísticas, História das Ideias Linguísticas. De acordo com Koerner (*apud* Freitas (2020)), a primeira e a segunda denominação são sinônimas, mas, no caso do trabalho que vamos analisar, seu autor posiciona-se criticamente ao termo “Linguística”, preferindo utilizar Historiografia das Ciências da Linguagem, em vista de seu objeto de estudo situar-se na Antiguidade, distanciando-se, pois, em muitos séculos do surgimento da Linguística enquanto ciência moderna. Conforme Colombat, Furnier e Puech (2017), História das Ideias Linguísticas seria uma denominação preferível à História das Teorias Linguísticas, porque o termo “ideia” é mais

geral e não imprime a noção ocidental de ciência da mesma maneira que o termo “teoria”, com maior respeito, portanto, a outras formas de saber. Como explica Koerner (2014 [1994], p. 17), é importante, ainda, ter em mente que, enquanto a Historiografia da Linguística diz respeito ao fazer historiográfico, isto é, à atividade de construir uma narrativa acerca dos saberes sobre a linguagem, a História da Linguística é o produto dessa atividade, não se confundindo com ela.

Feitas essas distinções, uma primeira questão digna de nota é que, considerando o cenário europeu, os principais autores da Historiografia da Linguística, Konrad Koerner e Pierre Swiggers, e da História das Ideias Linguísticas, Sylvain Auroux, realizam trocas intelectuais citando-se mutuamente, como situa Ronaldo Batista (2013). Desse ângulo, poderíamos crer que não há diferença epistemológica substancial entre Historiografia da Linguística e História das Ideias Linguísticas.

Por outro lado, em nosso país, “na perspectiva institucional e sociológica há de fato a percepção de dois diferentes modos de divulgar o saber construído sobre a história da linguística brasileira” (Batista, 2013, p. 21). Como indica Batista, tal diferença na nomenclatura pode refletir posicionamentos teóricos e agendas distintos, afinal, enquanto a Historiografia Linguística busca legitimar-se como “campo autônomo de pesquisa, que deve buscar sua configuração metodológica e firmar seu estatuto como ramo dos estudos linguísticos” (Batista, 2013, p. 18), a História das Ideias Linguísticas, como desenvolvida em nosso país, busca “articular o saber histórico e sua interpretação aos procedimentos da análise do discurso de linha francesa” (Batista, 2013, p. 19).

À medida que enfatiza o caráter construído das formas de conhecimento pensando-as no eixo da história, podemos imaginar que a abordagem da Historiografia da Linguística possui alguma afinidade com a arqueologia foucaultiana. Parte desta seção será dedicada a analisar algumas relações nos termos da construção teórica dos métodos por seus respectivos idealizadores: Michel Foucault, que protagoniza nosso trabalho desde o início, e Konrad Koerner, um dos fundadores da Historiografia da Linguística. Tal escolha se deu porque esse estudioso é um dos mais citados e traduzidos no Brasil, sobretudo quando se deseja apresentar a metodologia da disciplina; além disso, é a principal referência utilizada como base teórica e metodológica do trabalho filiado à área que escolhemos analisar.

Apesar de discutirem certos conceitos-problema comuns nos estudos históricos, entre tais metodologias de análise há divergências provocadas porque as concepções de história são

distintas. Em decorrência disso, as respostas apresentadas a tais problemas “compartilhados” são bastante diferentes. Nesse sentido, teremos a oportunidade de, mais uma vez, através de reflexões sobre um trabalho analítico contemporâneo, pensar em que medida são feitas leituras que *documentalizam monumentos* ou *monumentalizam documentos*.

A Historiografia da Linguística é uma área de estudo interessada no desenrolar de saberes sobre a linguagem no curso da história, para além da linguística propriamente dita, de modo que o termo “linguística” não restringe seu escopo aos estudos à Linguística enquanto ciência estabelecida no início do século XX. Portanto, como a arqueologia foucaultiana, essa abordagem histórica não se reduz à história da ciência. Além disso, se os saberes linguísticos são um objeto para o historiógrafo da linguística, uma perspectiva *monumental* dos documentos no sentido foucaultiano implicará leituras que não parem na simples concatenação do que foi dito sobre a linguagem, mas que tomem para si uma concepção discursiva, com ênfase nos jogos de poder que determinam os ditos e escritos. Quanto a isso, acreditamos que uma leitura crítica dos saberes linguísticos é intencionada pela Historiografia da Linguística à medida que o campo procura distinguir-se como uma narrativa em oposição à crônica; mas se por um lado toda leitura monumental é crítica, por outro, nem toda crítica é monumental. A disciplina faz, ainda, como o projeto arqueológico foucaultiano, críticas a conceitos clássicos da história. Vejamos a seguir.

Como já sabemos, em seu tratado teórico metodológico, Foucault desconfia do proceder da história das ideias⁶¹ à medida que esta conta com noções demasiado abrangentes e imprecisas, as quais serviriam para contornar o aspecto descontínuo dos acontecimentos no fio da história, com o propósito de servir à consciência humana ao produzir teleologias. Esse imbróglio do recurso da história a noções “externas” aos materiais de sua análise para explicá-los historicamente não é um incômodo particular a Foucault, mas também era experimentado por estudiosos como Guérout e Canguilhem — lembremo-nos de que o primeiro busca a leitura sistemática, a arquitetura dos conceitos nas obras entendidas como *monumentos*, sem recurso à *visão de mundo*; e que o segundo buscava o estudo de conceitos para além do limite de um autor ou obra, mas em suas “filiações descontínuas”. No texto de Foucault, essa crítica passa, ainda, pela listagem de um pequeno número de noções, unidades e temas a serem evitados, entre outros, as noções de *influência* e de *espírito de época*.

⁶¹ Tal qual referida em *A arqueologia do saber*, não se confundindo com a História das Ideias Linguísticas.

Para o francês, a influência atribui a um processo de andamento causal “fenômenos de semelhança ou de repetição”, além de ligar, “a distância e através do tempo — como por intermédio de um meio de propagação —, unidades definidas como indivíduos, obras, noções ou teorias” (Foucault, 2007 [1969], p. 26). Como já vimos, o estudioso propõe, então, colocar essa noção em suspenso para assim analisar regularidades entre os enunciados, já que, atuando através de parentescos teóricos, a *influência* dificultaria o olhar para as formulações em seu aspecto de novidade, de acontecimento. Sob a explicação da *influência*, qualquer coisa dita pode ser pensada nos termos de uma paternidade que se encontra num passado sempre recuado.

A noção de *influência* é também colocada em questão nas reflexões propostas por Konrad Koerner. Esse estudioso situa tal ideia como problemática no seio da Historiografia da Linguística, inclusive indicando razões nada inocentes para sua utilização:

Deixando de lado os muitos exemplos *bona fide* em que um autor se refere diretamente à obra de outros, criticando-o ou aprovando-o, e talvez alguns outros menos óbvios, em que tais influências podem ser comprovadas através de análise textual (e contextual), encontram-se muitas alegações de influência baseadas em similaridades superficiais entre autores, em interpretações errôneas dos textos em questão, ou em tentativas de reduzir a importância de uma figura maior na história da teoria linguística. (...) De qualquer maneira, o termo ‘influência’, tal como é frequentemente empregado nos escritos que tratam de história da linguística, é, na melhor das hipóteses, um termo mal definido e, na pior das hipóteses, um argumento conveniente que pode apanhar um opositor desprevenido (...). Na verdade, a maior parte dos autores não chega a definir o termo ‘influência’, simplesmente o usa como se houvesse um acordo tácito acerca do significado do termo (Koerner, 2014 [1995], p. 60).

Como Foucault, Koerner reconhece a imprecisão da *influência*. Dessa forma, fica entendido que, também para historiógrafo da linguística, as narrativas históricas não são neutras e se utilizam de estratégias (como essas noções imprecisas) para alcançar determinados interesses. Por exemplo, no artigo do qual extraímos o trecho acima, em que explora essa questão, Koerner analisa, entre outras, a tese amplamente difundida de que Saussure teria sido influenciado por Durkheim, explicitando que, em termos de prova material, concreta, isso não se sustentaria. Assim, observamos, no posicionamento acerca da *influência*, uma diferença entre Foucault e Koerner: para o primeiro, trata-se de uma noção a ser deixada de lado; para o segundo, ela continua a ser pertinente, desde que comprovada através de análise “textual (e contextual)”, em interpretações dos textos que não sejam *errôneas*. Isso nos convida a pensar em que sentido a Historiografia da Linguística pensa as materialidades linguísticas, já que, ao serem analisadas

textual e contextualmente para “provar” alguma *verdade do texto*, parecem ganhar estatuto de *documento*, e não de *monumento*.

Se por um lado a negação do projeto de ser uma história da ciência puramente e a crítica sistemática a noções que, imprecisas, servem como formas de criar efeitos de verdade histórica aproximam a Historiografia da Linguística e arqueogenealogia do saber, por outro lado, o que as separa fundamentalmente — além de uma questão de escopo, afinal, enquanto uma se volta para questões do domínio dos saberes linguísticos, a outra não se restringe a esse — é a maneira de historicizar seus respectivos objetos, de criar alternativas aos problemas teóricos criticados. Em poucas palavras, para Foucault, trata-se de eliminar noções generalistas comuns à história das ideias e analisar mais de perto os enunciados, para traçar relações até então impensadas; para o historiógrafo da linguística, trata-se de *contextualizar* as teorias em seu recorte histórico, analisá-las textualmente num exercício praticamente filológico e, depois disso, *adequar* a linguagem ao leitor contemporâneo. Esses três passos, em nossa visão, constituem, ainda que não assumidamente, uma perspectiva teleológica de se fazer história. Isso porque situar ideias linguísticas a partir de um clima geral, articulando-o ao seu espelhamento em documentos particulares elevados a estatuto de prova e, em um exercício didático, “adequar” tais ideias ao leitor contemporâneo consiste em uma tentativa de contornar o acaso na história e o descontínuo do discurso.

Uma vez que Foucault propunha o abandono da ideia de *espírito/mentalidade de época*, como apontamos no início de nosso texto, soava-nos incongruente com a arqueologia a ideia de um *clima de opinião* a ser considerado no estudo das ideias linguísticas por parte da Historiografia da Linguística. Em suas palavras, tais noções forjam, entre fenômenos de uma época, “uma comunidade de sentido, ligações simbólicas, um jogo de semelhança e de espelho (...) fazem surgir, como princípio de unidade e de explicação, a soberania de uma consciência coletiva” (Foucault, 2007 [1969], p. 24). A consequência desse princípio organizador do pensamento seria a justificação dos acontecimentos discursivos em uma época a partir da soberania dessa consciência coletiva, deixando em segundo plano uma análise efetiva dos enunciados em sua irrupção de acontecimento.

Nesse sentido, a recepção de *As palavras e as coisas* ajuda-nos a entender o reducionismo provocado pelo *clima de opinião/espírito de época*. As conclusões extraídas a partir das regularidades traçadas entre os conjuntos de enunciados estudados — que tinham como objeto a linguagem, o trabalho e a vida — foram entendidas como uma amostra do que

seria toda uma época. Tomou-se, assim, a parte pelo todo. De modo inversamente proporcional, quando se utiliza a estratégia de *espírito/mentalidade de época* para explicar um ponto específico de uma teoria ou de uma disciplina, ignora-se aquilo que é efetivamente dito, dispensando-se sua análise, sua decomposição em partes menores e sua colocação sob escrutínio a partir de critérios estabelecidos a partir de interesses específicos, assumidamente.

Em Koerner, a noção de *clima de opinião* é extraída de Carl Lotus Becker e constitui aquilo que o historiógrafo chama de princípio de *contextualização* na Historiografia Linguística. Para Koerner, a “noção paradigmática de Kuhn e o conceito de Carl Becker dum ‘clima de opinião’ — se redefinidos com o propósito de escrever a história da linguística — parecem-me ser os pilares sobre os quais uma historiografia linguística pode repousar” (Koerner, 2014 [1974], p. 12). Quanto a esses dizeres, temos aqui uma outra diferenciação em relação à metodologia foucaultiana, porque o filósofo francês não toma Kuhn como uma referência a ser seguida e, inclusive, tem a necessidade de distinguir seu objeto da noção de paradigma de Kuhn. O historiógrafo da linguística traz a seguinte definição de *clima de opinião* a partir de Becker:

Se os argumentos merecem aceitação ou não, isso depende menos da lógica que os transmite do que do clima de opinião em que são sustentados. O que torna o argumento de Dante ou a definição de São Tomás sem sentido para nós não é má lógica ou falta de inteligência, mas o clima de opinião medieval — aquelas concepções instintivamente mantidas, no sentido amplo, aquela *Weltanschauung* ou padrão mundial. Para entender por que não podemos facilmente seguir Dante ou São Tomás é necessário entender (da melhor maneira possível) a natureza desse clima de opinião (Becker, 1971 *apud* Koerner 2014 [1995], p. 50, tradução minha).⁶²

Na citação de Becker, destacamos o reconhecimento de que a diferença que separa nosso pensamento de outros ao longo do tempo não é motivada por um estágio anterior em termos de desenvolvimento/evolução no tempo. Caso assim fosse, seria possível avaliar valorativamente uma forma de pensamento em relação a outra, o que não é um interesse nem para a

⁶² Whether arguments command assent or not depends less upon the logic that conveys them than upon the climate of opinion in which they are sustained. What renders Dante's argument or St. Thomas's definition meaningless to us is not bad logic or want of intelligence, but the medieval climate of opinion — those instinctively held conceptions, in the broad sense, that *Weltanschauung* or world pat tem — which imposed on Dante and St. Thomas a peculiar use of the intelligence and a special type of logic. To understand why we cannot easily follow Dante or St. Thomas it is necessary to understand (as well a may be) the nature of this climate of opinion (Becker 1971: 5).

Historiografia Linguística e nem para a arqueogenealogia foucaultiana. Mas à medida que a explicação para essa diferença entre o que faz sentido em uma época e outra se ampara na ideia de um *clima de opinião* geral, de concepções instintivas em um determinado momento histórico, Becker atribui o *status* de teoria a uma noção que apaga as contradições da história, supondo, assim, uma espécie de *inconsciente coletivo*.

Para explicar por que é difícil para o sujeito contemporâneo compreender ideias produzidas no passado, Becker faz uso explícito de um conceito fortemente rejeitado por Foucault: a *Weltanschauung*. Becker, e, por consequência, Koerner, ao citá-lo, tomam como indispensável o conhecimento da *cosmovisão* para o entendimento de ideias produzidas em um dado momento histórico. Como podemos retomar a partir de nossas leituras, distanciando-se dessa concepção, o filósofo francês referiu-se a ela da seguinte maneira combativa:

a arqueologia procura desenhar configurações singulares. (...) Não quisemos mostrar que os homens do século XVIII se interessavam, de uma maneira geral, mais pela ordem que pela história, mais pela classificação que pelo devir, mais pelos signos que pelos mecanismos de causalidade (...) As relações que descrevi valem para definir uma configuração particular; não são signos para descrever, em sua totalidade, a fisionomia de uma cultura. É a vez de os amigos da *Weltanschauung* ficarem decepcionados: cuido que a descrição que encetei não seja do mesmo tipo da deles. O que entre eles seria lacuna, esquecimento, erro, é para mim exclusão deliberada e metódica (Foucault, 2007 [1969], p. 178-179).

Nessa passagem, o professor do Collège de France referencia seu *magnum opus* com vistas a esclarecer que as regularidades encontradas entre os conjuntos teóricos definidos como análise das riquezas, história natural e gramática geral, analisados simultaneamente na idade clássica, não são o suficiente para dizer que toda a ciência da época clássica era orientada pelos mesmos princípios, interpretação gerada por seu livro. Infelizmente, para Foucault, não podemos dizer que essa interpretação era infundada. Em sua defesa, podemos dizer que, historicizando o seu processo de análise, entendemos que esses efeitos são ocasionados pelo fato de que “o solo sobre o qual repousa é o que ela [a arqueologia] descobriu” (Foucault, 2007 [1969], p. 18). Em outros termos, se a esfera dos discursos não é livre de contradições, com mais forte razão, um método que se constrói ao mesmo tempo em que descobre as condições históricas recentes de sua possibilidade tampouco o seria.

O problema da *cosmovisão*, do *espírito de época*, ou da mentalidade para a análise arqueológica consiste na forma singular com que essas noções se apresentam, incompatível, portanto, com o jogo de defasagens e articulações múltiplas proposto pela concepção de história

descontínua foucaultiana. É bem verdade que a Historiografia da Linguística, como a arqueologia, preza por uma maior especificidade nas análises históricas. No entanto, como se vê no seguinte fragmento, embora Koerner admita a insuficiência da ideia de *clima de opinião* para explicar as teorias, a sua própria ressalva se vale de conceitos também problemáticos: “não é apenas o *clima de opinião* de um período que deverá ser *reconstruído*, mas muitos outros fatores para que possamos obter uma *compreensão mais fidedigna do contexto intelectual geral em que as teorias particulares se desenvolveram*” (Koerner, 2014 [1995], p. 51, grifos nossos). A proposta de tentar compreender, de modo mais fidedigno, o “contexto intelectual geral” em que teorias particulares se desenvolvem dá a entender que teorias particulares, na verdade, orientam-se por um imperativo comum. Conforme essa leitura, não há tratamento da ruptura ou do acontecimento, mas tudo, seria como que o mesmo, apagando-se a diversidade e as descontinuidades. Tal perspectiva não parece questionar o *clima de opinião* como um pano de fundo, como contexto global *a priori* para as ideias linguísticas surgirem. Desse modo, embora sejam ambas perspectivas críticas das histórias tradicionais, a arqueologia é mais radical do que a Historiografia da Linguística por seu propósito de multiplicar as rupturas onde se vê continuidades e de destacar continuidades onde havia apenas elementos díspares.

Na busca por uma compreensão mais “fidedigna” de um “contexto intelectual”, Koerner faz colocações que tornam mais nítida a distância que o mantém de uma perspectiva a qual problematiza radicalmente a relação entre história, memória e documentos, como é a da arqueologia. Enquanto Foucault enfatiza a intencionalidade de todo *documento*, chamando a atenção para a sua condição de *monumento*, dado que sua permanência ou apagamento são motivados pela história como “uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela [a sociedade] não se separa” (Foucault, 2007 [1969], p. 8), o historiógrafo da linguística ao qual nos atemos não o faz de maneira tão contundente. Ao declarar seus interesses de pesquisa, ele deixa entender que valoriza histórias que trabalham com uma certa ideia de *verdade*:

tenho tido interesse por considerações de ordem prática ou metodológica, pelo desmascaramento de mitos e pelo estabelecimento de um quadro teórico que deveria ajudar-nos a evitar as armadilhas da investigação histórica que, frequentemente, é motivada por outros interesses que não os de *repor a verdade*. Esta posição é assumidamente ‘positivista’, guiada mais pela inclinação de deixar os *factos falarem por si mesmos* (tanto quanto eles podem ser reconstruídos) do que pela tendência de oferecer especulações tentadoras (Koerner, 2014 [1995], p. 62, grifos nossos).

Sublinhamos, no excerto acima, a oposição entre uma “reposição de verdade” que deixa os “fatos falarem por si mesmos” *versus* “especulações tentadoras”. Foucault talvez diria que os fatos não podem dizer por si mesmos, afinal, há sempre gestos do analista em jogo e os lances de poder interessam-no especialmente. Sobretudo: o que há é uma *vontade de verdade* (Foucault, 1970)⁶³.

Em contrapartida, enfatizar a radicalidade com que Foucault problematiza a verdade não implica dizer que Koerner seja acrítico ao fato de que historiadores têm interesses os quais podem influir na narrativa, mas sim que isso não o impede de tomar como objetivo um estudo historiográfico tanto mais “neutro”, o qual se orienta pela verdade e que, para tanto, organiza-se pela interpretação “correta” dos documentos. Koerner relaciona histórias que buscam repor a verdade à busca de provas documentais: “alguns relatos históricos são mais verdadeiros do que outros; o uso de dados históricos e de provas textuais para estabelecer uma interpretação particular de um documento tem alguma validade e não é simplesmente o resultado da fantasia de um historiador” (Koerner, 2014 [1995], p. 62). Enquanto o arqueólogo enfatiza o caráter monumental dos documentos, uma vez que sempre há, neles, apesar do estatuto de prova material, intencionalidade, o historiógrafo da linguística enfatiza justamente seu valor de prova a despeito do fato de nem aqueles que ensejaram o documento nem o historiador que o manuseia serem neutros. Logo, a noção de verdade e a visão de interpretação parecem ser bastante diferentes nos dois autores contrastados.

⁶³ Uma passagem importante para a compreensão da noção de verdade para Foucault é a seguinte, transcrita de *A ordem do discurso* (1970): “se o discurso verdadeiro não é mais, com efeito, desde os gregos, aquele que responde ao desejo ou aquele que exerce o poder, na vontade de verdade, na vontade de dizer esse discurso verdadeiro, o que está em jogo, senão o desejo e o poder? O discurso verdadeiro, que a necessidade de sua forma liberta do desejo e libera do poder, não pode reconhecer a vontade de verdade que o atravessa; e a vontade de verdade, essa que se impõe a nós há bastante tempo, é tal que a verdade que ela quer não pode deixar de mascarar-la. Assim, só aparece aos nossos olhos uma verdade que seria riqueza, fecundidade, força doce e insidiosamente universal” (Foucault, 1996 [1970], p. 20). Ironicamente, Foucault utiliza-se de um procedimento interessante em suas análises históricas: um tom afirmativo, como se fizesse descrições de imagens que podemos visualizar “textualmente”. Uma vez que se assume a arqueologia como só mais um dentre os métodos possíveis para criar inteligibilidade sobre nossas práticas discursivas, o modo da hipótese, o subjuntivo, na análise efetivamente, chegaria a ser redundante: basta sabermos, de antemão, que tudo o que estamos lendo é uma versão, uma análise possível a partir de um conjunto limitado de enunciados. A apresentação de leituras, de análises históricas elas mesmas em tom subjuntivo, como é feita no caso do trabalho que analisaremos brevemente nesta seção, pode causar outro efeito: o de que há mesmo uma verdade a reconstituir, mas que a análise apresentada não pode garantir que está descrevendo-a tal como é. Eis uma outra diferença que sugerimos, a partir de um olhar panorâmico, entre a linguagem empregada na análise proposta sob o viés, respectivamente, da arqueologia e da Historiografia da Linguística.

Em resumo, chamamos a atenção para os seguintes aspectos: à consciência de que não há análises absolutamente verdadeiras, Koerner responde realçando “relatos históricos mais verdadeiros do que outros”, ao passo que Foucault desconstrói a própria ideia de verdade, procurando pôr em jogo o caráter sempre belicoso da formação dos discursos; à necessidade de realizar análises efetivas de seus materiais, enquanto o historiógrafo trabalha a partir da aposta em um *espírito de época* homogêneo, não problemático, que daria conta de explicar manifestações particulares, Foucault rompe com a diferenciação entre texto e contexto ao integrar o discursivo e não discursivo nas próprias regras de formação discursiva.

Dadas essas considerações que tiveram como objetivo mostrar diferenças entre as concepções da Historiografia da Linguística e da *arqueologia do saber*, veremos, a seguir, um trabalho filiado à Historiografia da Linguística com a finalidade de observar de que maneira o modo de manejar documentos se aproxima de uma leitura *monumental* ou *documental*. Antes de analisarmos o trabalho a partir da maneira como faz uso dos documentos e nos termos da concepção de história empreendida, sublinhamos uma vez mais que nosso objetivo, ao analisar trabalhos contemporâneos, não é o de apontar falhas, mas sim de aproveitá-los como “objeto de comparação” para contrastar os diferentes usos dos documentos por abordagens históricas/historiográficas.

O texto sobre o qual escolhemos refletir nesta segunda parte de nossa seção analítica é a tese de doutorado de Fernando Adão Sá Freitas, intitulada *Santo Agostinho entre a gramática e a dialética: combinação e ordenação das palavras na Ars breuiata e no De dialectica*, defendida em 2021 no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo como base teórica e metodológica de pesquisa, conforme já dissemos, a Historiografia da Linguística. O objetivo da investigação de Freitas é apresentar o que seria uma teoria sintática em Santo Agostinho, sobretudo com base nos seus conceitos de *coniunctio* (combinação) e *ordinatio* (ordenação) — de palavras —, produzidos a partir de discussões agostinianas sobre gramática e dialética, as quais ecoam postulações estoicas, sobretudo aquelas produzidas por Crisipo, e que teriam sido recebidas pelo autor cristão via Varrão e Cícero.

Como princípios metodológicos, a partir de Koerner, a pesquisa adota o da *contextualização*, entendido como a “investigação sobre o saber linguístico situado em seu contexto de uso e aplicação” (Freitas, 2021, p. 24); o da *imanência*, definido pelo latinista como o “cuidado filológico que o historiógrafo deve ter, de modo que (sic) uma compreensão mais acurada do texto” (Freitas, 2021, p. 24); e o da *adequação histórica*, “responsável por fazer

com que termos que estão fora do conhecimento linguístico usual possam ser entendidos e aproximados a termos mais usuais” (Freitas, 2021, p. 24).

Algumas palavras sobre o desenho dessa metodologia. Salientamos, há pouco, que a própria *contextualização* pensada em termos de *clima de opinião* é uma questão polêmica por dar espaço a uma espécie de atmosfera geral, a qual, não raro, apresenta-se como uma concatenação de conceitos-chave os quais influenciariam/orientariam o pensamento de dada sociedade como um todo. Por conta disso, o primeiro princípio, se aplicado de maneira isolada, seria reducionista e levaria ao problema já exaustivamente mencionado da fuga do documento para uma noção imprecisa e que uniformiza todo o pensamento de uma época. Compensando, em tese, o caráter um tanto generalista de uma noção como a de *clima de opinião*, a ideia de uma investigação filológica, consubstanciada no princípio da imanência, é a contrapartida do recurso a elementos externos para explicar o documento. No entanto, essa estratégia é estranha a uma visão arqueológica, justamente por se prender a uma verdade do documento e detalhá-lo muito mais no sentido daquilo que ele quer “realmente dizer” do que na direção das regras discursivas que permitiram seu aparecimento. Quanto ao terceiro princípio, o da *adequação*, embora o modo de reportar, no presente, a dizeres do passado não seja problematizado por Foucault — ao menos não no seio da bibliografia que selecionamos, a partir da observação de seu proceder nas análises, vemos que a arqueologia opera a partir da diferença de vocabulários entre determinados saberes em períodos discursivos distintos, isto é, lida com a descontinuidade do pensamento de uma maneira estratégica para a própria perspectiva de análise que deseja estabelecer. Foucault utilizou-se da estranheza mesma dos enunciados do passado, sem tentar adaptá-los ao presente, justamente para causar espanto e, com isso, evidenciar rupturas. Após essas críticas que se pautam estritamente em definições teóricas, vejamos como o pesquisador de Santo Agostinho efetivamente desenvolve esses princípios em seu trabalho.

A tese de Freitas divide-se em cinco capítulos, divisão a qual resumimos assim: no primeiro, são abordados os fundamentos teórico-metodológicos utilizados na pesquisa; no segundo, faz-se a “contextualização dos saberes gramaticais, dialéticos e retóricos da Antiguidade Tardia”, com ênfase em comentários de Agostinho sobre o *Trivium*; no terceiro capítulo, gramática, dialética e sintaxe são inter-relacionadas em uma apresentação que considera autores da Antiguidade seguindo pistas textuais as quais remetem à *syntaxis*, na Grécia, e à *coniunctio verborum*, no âmbito latino. Os dois últimos capítulos são leituras mais

verticalizadas, cada um dedicado a um dos pilares da teoria sintática em Santo Agostinho, respectivamente à *coniunctio verborum* e à *ordinatio verborum*.

No primeiro capítulo, além de realizar um estado da arte na área, formulando quadros em que são discriminadas importantes pesquisas sobre a produção intelectual dos antigos na grande área das Letras, o estudioso dá especial atenção ao *problema da metalinguagem*, que parece relacionar-se ao já citado princípio da *adequação*. O *problema da metalinguagem*, como abordado por Koerner, diz respeito fundamentalmente ao desafio imposto ao historiógrafo de dirigir-se a sujeitos de um tempo presente para expor ideias e conceitos do passado. Nos termos de Koerner citados por Freitas, a menos que o objetivo do historiógrafo seja “descrever conceitos desenvolvidos há muitos anos apenas nos próprios termos utilizados, será tentado a usar um vocabulário técnico moderno na sua análise. Este procedimento ‘modernizante’, porém, tem levado a inúmeras e sérias distorções” (Koerner, 2014 [1993], p. 76). Em outras palavras, preservando demais a linguagem do documento produzido em outros tempos, correr-se-ia o risco de um anacronismo, ao passo que, adaptando-a demais ao presente, inevitavelmente o significado original seria distorcido. Conforme a visão defendida por Freitas, a forma de contornar o problema é ver indícios textuais (filológicos) e contextuais (socioculturais) com vistas a determinar o significado de termos que adquiriram sentidos técnicos.

Na visão que estamos a descrever, esse *problema da metalinguagem*, que demanda, para ser mitigado, a aplicação dos princípios da *contextualização*, da *imanência* e da *adequação* é relacionado por Freitas (2021, p. 55-56) ao problema da *influência*, que, para ser contornado, requer, conforme Koerner (2014 [1987]), atenção ao *background* do autor, à *prova textual* e ao *reconhecimento público*. Freitas elabora, então, uma tabela na qual posiciona o princípio da *contextualização* como paralelo ao *background* do autor; já o princípio da *imanência* seria paralelo à *prova textual* e ao *reconhecimento público*.

Vemos delinear-se, tanto na resolução do *problema da metalinguagem* quanto na resolução do *problema da influência*, o recurso a noções em certo sentido “externas” aos documentos. Com isso, queremos dizer que tanto a ideia de um *background* do autor quanto a de um *clima de opinião*, embora se encontrem em níveis diferentes, buscam explicar uma determinada produção linguística externamente à materialidade analisada. Como que para compensar esse gesto, a proposta de uma imanência, correlacionada à *prova textual* e ao

reconhecimento público, por seu turno, diria respeito a uma compreensão documental dessa materialidade, a qual serviria para confirmar aquilo que seria “dado” pelo contexto global.

A complementaridade entre *contexto* e *imanência* mobilizada pela interpretação proposta na Historiografia Linguística parece opor-se a uma análise do discurso enquanto *monumento*. Isso porque, como proposto por Foucault, o gesto de leitura arqueológico abandona noções gerais para atentar-se às regularidades entre os enunciados, a partir das quais traçamos suas condições de possibilidade, processo que considera as articulações entre o não discursivo e o discursivo⁶⁴. No pensamento foucaultiano, não haveria um dentro e fora do documento tão nitidamente demarcado: postas de lado uma explicação nos termos de *cosmovisão*, por um lado, e de intenção do autor/não dito, por outro, restam apenas os enunciados em sua existência singular, os quais devem ser analisados sem recurso a um sujeito biográfico, mas nos termos das relações que travam com os sujeitos que vão ocupá-los, com os outros enunciados aos quais se relacionam, com seus domínios de utilização e apropriação. Isso é diferente de articular o geral e o particular com base em espelhamento ou simbolização do clima geral no texto particular. O *clima de opinião* não serviria apenas para confirmar o que se acredita ser o sentido imanente do texto e, inversamente, o sentido imanente do texto não é apenas influência do *clima de opinião* geral? Um dos grandes diferenciais das análises foucaultianas é justamente mostrar as contradições entre discursos e práticas.

Na tese de Freitas, temos outra metodologia sendo feita, como podemos ver no trecho a seguir:

ao considerarmos o contexto da Antiguidade Tardia no qual Santo Agostinho estava inserido, podemos ver que sua formação foi tipicamente romana e alicerçada nos preceitos da escola pagã, tendo, portanto, lido e estudado autores como Cícero, Varrão, Virgílio e Mário Vitorino (CAMERON, 1993), cuja tradição filosófica não estava baseada só no neoplatonismo, mas também no estoicismo. Além disso, podemos ter uma visão mais consistente de como a gramática (*grammatica*) e a retórica (*rhetorica*) eram partes importantes da formação do cidadão romano, já que, para se alcançarem os cargos da magistratura romana, era necessário ter passado pela escola do rhetor (MARROU, 1977; KASTER 1988). Dessa forma, podemos ver a relação existente entre o princípio da contextualização e o ‘*background*’ do autor. Do

⁶⁴ Articulações que, como já frisamos, não são dadas, à medida que Foucault não estabelece, de maneira apriorística, algo como “o” modo de ler relações entre discursivo e não discursivo. Se por um lado isso leva a críticas como a de uma impraticabilidade do método, a exemplo da leitura feita por Dreyfus e Rabinow (1995); por outro, essa escolha permite que princípios gerais da análise discursiva foucaultiana possam ser seguidos em momentos históricos distintos de maneiras singulares, evitando, assim, engessamento teórico. Dito de outro modo, a “obscuridade” no modo de tratar as relações entre práticas discursivas e não discursivas pode trazer em seu bojo a possibilidade de ajustar as lentes do analista para que este veja seus objetos discursivos conforme demandam as configurações de poder próprias ao seu tempo, diferentes daquelas em que Foucault realizou suas análises.

ponto de vista da prova textual e do reconhecimento público, o estoicismo, oriundo do período helenístico, que foi herdado por Agostinho, no período da Antiguidade Tardia, parece entrar em suas observações, de forma mais específica, através de leituras de Varrão, mas, principalmente, através das obras de Cícero (Freitas, 2021, p. 56).

Poderíamos resumir o gesto interpretativo da seguinte maneira: sabe-se que havia na Antiguidade Tardia uma formação tipicamente romana, a qual era alicerçada nos preceitos da escola pagã; Agostinho estava inserido nesse “contexto”, logo, provavelmente Agostinho seria influenciado pela escola pagã, hipótese que se comprova a partir de “provas textuais”, isto é, de menções, por Agostinho, de autores pagãos. Uma hipótese sobre um caso particular é aventada com base no contexto geral e, em seguida, comprovada textualmente e pelo *reconhecimento público*. O problema é que não há espaço, em uma elucidação nesse formato, para as contradições: não se sabe se, ao longo da análise textual, apareceu algo que contradissesse a “formação tipicamente romana”, a qual, por sua vez, é fruto de aproximações, sem um olhar para aquilo que é heterogêneo, mas que existe.

Consideremos também um trecho do capítulo *Linguagem e Educação: o Trivium de Santo Agostinho*, o qual, seguindo a *contextualização* proposta pela metodologia da disciplina, objetiva “apresentar, de forma contextualizada, como Agostinho realizou reflexões sobre a gramática, a dialética e a retórica, bem como pontuar alguns dos motivos pelos quais ele foi compelido a escrever e a se dedicar a cada uma destas disciplinas em seu contexto histórico” (Freitas, 2020, p. 62-63). Nessa introdução ao capítulo, podemos notar como a noção de contexto é basilar para a análise, o que dista, por exemplo, de analisar “condições de produção”, nas quais são consideradas de modo mais local as relações de poder determinando as práticas discursivas. Mais especificamente, o caso escolhido para ilustrar a diferença metodológica com relação à perspectiva monumental é o seguinte trecho em que, a partir de uma citação de Agostinho, o historiógrafo da linguística apresenta a tese de que determinados materiais, que se perderam, teriam sido escritos em forma de diálogo:

No próprio relato de Agostinho, vemos que tais textos teriam sido escritos em forma de diálogo: “...comecei a escrever os livros das disciplinas, interrogando os que estavam comigo e também os que não temiam os estudos deste tipo, desejando ou conduzir ou levá-los, com os passos quase seguros, das coisas corpóreas para as incorpóreas” (...) O termo “interrogando” (*interrogans*), assim como seus complementos na sentença latina “os que estavam comigo” (*eos qui mecum erant*) “e também os que não temiam estudos deste tipo” (*atque ab huiusmodi studiis non abhorrebant*) sugerem, em um primeiro momento, que todos os livros das disciplinas tenham sido grafados no formato de diálogo, respeitando uma tradição que remonta aos diálogos socráticos. Um indício forte para essa hipótese sustenta-se, em grande parte, no fato de o

De musica ser o único texto escrito por Agostinho que nessa época nos chegou por completo, e que segue justamente tal formato (Freitas, 2021, p. 67)⁶⁵.

O levantamento de hipóteses é um gesto reflexivo constante no trabalho interrogativo do pesquisador. Entretanto, em determinadas circunstâncias, como parece ser o caso em questão, pode dar a entender que se deseja reconstituir a verdade do estilo de escrita de Agostinho em obras que foram perdidas. De um ponto de vista voltado para as materialidades discursivas, para enunciados efetivamente produzidos, como é o caso da arqueologia, antes mesmo de pensar em qual seria o formato de um material que não está sequer disponível, importaria entender o porquê de ele não estar disponível. Enfatizamos, portanto, uma outra diferença que se situa no nível dos interesses de pesquisa da arqueologia e da Historiografia da Linguística: reconhecemos a especificidade do campo dos estudos clássicos, muitas vezes pautado em exercícios filológicos para serem creditados, mas esta não é uma questão pertinente quando a intenção é descobrir as regras que orientam determinada prática discursiva, afinal, elas são mapeadas a partir dos enunciados materialmente disponíveis. Nesse excerto, há uma especulação sobre o formato de algo que não está disponível. Essa especulação é interessante do ponto de vista de um campo de pesquisa que tenta efetivamente elaborar, no presente, como teriam se desenrolado determinados acontecimentos discursivos e não discursivos no passado, como é o caso dos estudos clássicos, mas o exercício de reconstituição, a partir de hipóteses, do que teria sido escrito não parece ser uma preocupação para uma perspectiva monumental.

4.3 LER DOCUMENTOS COMO *MONUMENTOS*

Como afirmamos anteriormente, a ideia de tratar o discurso como *monumento* não é explorada a fundo por Foucault e, até onde pudemos conferir, comparada a outras noções presentes em seus textos e tratadas por comentaristas, não recebe protagonismo. A causa para tanto pode ser um efeito de evidência: é possível que, para autores familiarizados com o filósofo e seus contemporâneos, os tipos de relação entre *documento* e *monumento*, na história tradicional e na história arqueológica, estejam dados. Entretanto, esse não era o caso para quem se iniciava no estudo desse autor inter e indisciplinar. Por isso, tentamos, a partir de duas teses de doutorado recentes, apontar situações em que, acreditamos, não foi colocada em prática uma leitura *monumental* dos documentos.

⁶⁵ O texto de Agostinho citado por Freitas (2021) na passagem acima é *Retractationes*, tratado em que o filósofo cristão se volta para seus escritos iniciais.

No caso da tese *Liberdade de expressão em democracias: discursos e sujeitos em redes de comunicação* (2019), filiada à Análise do Discurso, encontramos pelo menos um momento da análise que, em nossa perspectiva, poderia ter se debruçado sobre suas próprias condições de possibilidade ao citar enunciados produzidos em outro momento histórico que, embora não seja distante cronologicamente, apresenta descontinuidades discursivas. Ainda que a tese de que a “proibição” de palavras é uma atitude normativa e autoritária seja subscrita, seria interessante admitir que tal ponto de vista adotado tem seus contornos ideológicos intensificados no ano em que a tese o citou.

Já no caso da tese *Santo Agostinho entre a gramática e a dialética: combinação e ordenação das palavras na Ars breuiata e no De dialectica* (2021), filiada à Historiografia da Linguística, apresentamos, principalmente a partir de discussões metateóricas, que o modo de integrar interno e externo, geral e particular mobilizado pela relação entre *contextualização* e *imanência* na metodologia da Historiografia Linguística é profundamente diferente do modo de Foucault entender o discurso. Este último integra não discursivo e discursivo ao pensar regras que são intrínsecas ao discurso. Desse modo, enquanto as relações estabelecidas nas interpretações da Historiografia da Linguística levam-nos a explicações nos termos de causalidade e espelhamento, as relações assinaladas pela arqueologia envolvem múltiplas instâncias, não podem corresponder ao trabalho a partir de um contexto geral e de um texto particular que lhe seria representativo.

Nosso primeiro exemplo mostrou que, mesmo nos filiando de modo consistente às concepções foucaultianas, corremos continuamente o risco de não ser críticos o tempo todo quanto aos nossos dizeres, o que nos leva a admitirmos a contradição em nossas próprias práticas enunciativas, fenômeno que legitima, portanto, uma importante tese sobre o discurso: que muito dele escapa à consciência/controla dos sujeitos que em sua ordem se inserem. Nosso segundo exemplo mostrou que as concepções de história são singulares: embora possam apresentar algumas críticas em comum, respondem às noções problemáticas de diferentes maneiras, as quais se contradizem entre si. Nesse caso, em especial, fica evidenciado que interpretações que não respondem necessariamente às teses arqueológicas não são inferiores ou acríicas: na verdade, partem de concepções de história que não têm os mesmos interesses e que não lidam com os mesmos problemas, por exemplo, com a ausência de fontes materiais para estudo do passado.

A proposta de analisar brevemente alguns trabalhos à guisa de exemplos deve-se ao fato de que, de modo alinhado ao que faz Foucault em seu livro metodológico, preferimos dizer o que não é uma análise *monumental* a efetivamente dizer o que ela seria. Não se trata, aqui, de uma preferência propriamente dita, mas de uma necessidade imposta por nosso gesto interpretativo: oferecendo uma definição, um “como fazer” análise monumental, estaríamos propondo um documento, fechando os sentidos possíveis, territorializando uma noção que remete justamente à não inerência do sentido. *Monumento* sem determinante, pois o *como* de uma análise discursiva/enunciativa, num sentido foucaultiano, só pode se dar a partir da relação particular entre o pesquisador e suas séries. O que temos, então, são gestos de leitura mais ou menos familiares à consideração dos poderes e das descontinuidades: de um lado, gestos que tentam “resolver” o sentido através de noções globalizantes e conciliadoras; de outro, gestos que “multiplicam” os sentidos ao perseguirem o que há de específico e heterogêneo no que diz respeito às práticas discursivas. Às vezes, esses gestos se imiscuem em uma mesma leitura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa de mestrado surge, primeiramente, da identificação de uma lacuna na bibliografia que versa sobre a análise do discurso proposta por Michel Foucault e, em seguida, mas o que é ainda mais importante, da tentativa de atenuá-la. Essa lacuna consiste no tratamento pouco detido que, em geral, é dado à noção de *monumento* tal como utilizada pelo filósofo francês. Mais especificamente, considerando alguns dos principais textos de comentadores a seu respeito, como Deleuze (2013 [1986]); Veiga-Neto (2007); Dreyfus; Rabinow (1995); Barbosa (2004), observamos que a noção aparece de forma marginalizada, como se seu sentido já fosse de conhecimento geral. Por exemplo, quando mencionada no vocabulário elaborado por Edgardo de Castro (2016), figura somente nas definições de outros conceitos, sem ter para si um verbete próprio.

Isso foi passível de nota porque, como a análise discursiva proposta por Foucault é pautada pela metáfora da *arqueologia* e esta ciência se ocupa do *monumento*, a marginalização desta noção parece dissonante da sua posição nuclear em *A arqueologia do saber*, livro dedicado ao método empregado nas suas pesquisas publicadas ao longo dos anos 1960. Logo, questionamos em que medida esse esmaecimento de um ponto considerado importante pode ter implicações negativas para os estudos foucaultianos, como uma certa obscuridade a ser enfrentada por aqueles que desejam iniciar suas pesquisas na área. Tendo isso em mente, buscamos, ao longo desta pesquisa, construir inteligibilidade acerca da noção de *monumento* em Michel Foucault, a fim de colaborar para uma boa compreensão das contribuições foucaultianas aos estudos da linguagem e, de modo mais específico, do discurso e da historiografia linguística.

Assim, após o reconhecimento de uma lacuna pertinente, de posse de um problema de pesquisa, delineamos tanto as perguntas específicas a serem respondidas pela investigação quanto as lentes teóricas e metodológicas de que nos investiríamos para respondê-las. O conjunto de perguntas eleito diz respeito, precisamente, aos seguintes aspectos: (i) condições de possibilidade para o surgimento da noção de *monumento* nas teorizações de Foucault; (ii) papel de *monumento* na arqueogenealogia; (iii) contribuições dessa noção para os estudos da linguagem. Tais questões foram estudadas com base em certas concepções e procedimentos estabelecidos na arqueogenealogia. Isso porque, se estamos interessados em compreender um conceito apresentado e desenvolvido no seio dos escritos foucaultianos, o emprego de alguns princípios de análise presentes neles mesmos seria uma forma — desafiadora, decerto — de

nos aproximarmos ainda mais intensamente desse ideário, tanto no nível do objeto de análise quanto da própria ferramenta de análise. Além disso, essa escolha metodológica é congruente com a perspectiva de trabalho foucaultiana à medida que o filósofo não compreendia o método como algo que é “aplicado” ao objeto; na verdade, o próprio objeto pode suscitar modificações do método, o que materializa uma percepção do saber construído de modo não linear.

No que concerne à apropriação de ideias e de orientações foucaultianas para o estudo, embora possamos dizer que várias delas estiveram presentes em nossos gestos, por nos auxiliarem a pensar as descontinuidades e as singularidades dos enunciados, algumas merecem destaque. Uma delas é a noção de *campo associado*, tal como descrita em *A arqueologia do saber*, porque diz respeito ao fato de que os enunciados não existem isoladamente, estabelecendo relações uns com os outros. É justamente a partir da análise de relações específicas estabelecidas entre os enunciados que, conforme Foucault, nos aproximamos do entendimento da disposição dos *conceitos* em dada formação discursiva. Por isso, é no nível das relações — de empréstimo, adaptação, conflito — entre enunciados que situamos nossa análise, já que investigamos um conceito.

Outra noção que destacamos é a de *emergência*, porque situa os acontecimentos — no nosso caso, os acontecimentos enunciativos — como resultantes de enfrentamentos, de relações de forças, as quais são deste mundo, sem recurso a uma mediação externa e imparcial. Nesse sentido, ainda que tenhamos retido para análise enunciados produzidos no campo de intelectuais filiados às disciplinas da filosofia e da história, analisamos os enunciados como constituídos por interesses e disputas de poder assinaláveis entre eles, e não no sentido de uma busca da verdade.

Como seria esperado em uma pesquisa dessa natureza, foram feitas escolhas, gestos da analista ao elaborar seu próprio objeto de análise, no caso, uma série de enunciados a partir da ideia de “monumento”. Essa série tomou como critério a seleção de enunciados metodológicos sobre a dimensão linguístico-discursiva. De modo geral, enunciados que envolvem uma posição crítica em relação ao jogo estabelecido entre pesquisador e suas fontes; e, de modo mais específico, enunciados “meta-arqueogenealógicos”. Ao longo das leituras, um texto parecia levar a outro que ainda não era previsto de início, de modo tal que nossa série não foi estabelecida de uma só vez, mas de forma espiralada. De todo modo, é a partir da construção e análise da série construída que podemos responder às perguntas que nos colocamos.

Respondendo à nossa primeira interrogação, concernente às condições de emergência de *monumento* no discurso de Foucault, estas, como já esperávamos a partir das próprias discussões foucaultianas sobre o discurso, não se resumem à assinatura desse autor. A partir da nota de rodapé da tese de doutorado de Roberto Machado, descobrimos que a noção atrelada ao fazer metodológico de Michel Foucault fora sugerida por seu orientador, Georges Canguilhem, na ocasião em que este fazia não apenas um elogio como uma defesa de Foucault perante a *intelligentsia* francesa. Analisando, pois, os referidos enunciados de Canguilhem, notamos que eles, por sua vez, tinham em seu campo de coexistência enunciados de Sartre — que, por divergir de Foucault em sua concepção de história, teria insinuado que o arqueólogo era, na verdade, um *geólogo* que se ocupava de *sedimentos*; afinal, Foucault não explicava o que motivava a mudança nas epistemes, apenas descrevia seus efeitos. A isto que Sartre insinua ser um apagamento da história por Foucault, Canguilhem rebate propondo que seu ex-orientando efetua uma *arqueologia* dos *monumentos*, a fim de explicitar que o filósofo faz uma análise histórica e cultural.

Além disso, a partir de aproximações feitas por Gilles Deleuze, François Dosse e, indiretamente, pelo próprio Canguilhem, consideramos como também ligado ao texto de Canguilhem e, por conseguinte, ao estabelecimento da noção de *monumento* em Foucault o conceito homônimo utilizado por Guérault em seu *método estrutural*; afinal, também este *monumento* é uma tentativa de escapar às histórias que não se atêm aos seus materiais de análise, focalizando a biografia do autor ou a *visão de mundo* para explicá-los.

Em seguida, transitando de escritos sobre Foucault a partir de olhares de terceira pessoa para escritos do filósofo francês sobre sua própria metodologia, notamos outros enunciados nas margens daqueles presentes na introdução de *A arqueologia do saber*, como os de Lucien Febvre sobre o ofício do historiador, em uma defesa de que seria parte do trabalho do historiador fazer dizer aquilo que não diz de si, isto é, os materiais de ordem não verbal. Segundo este autor, tal ofício consistia em, na falta de documentos escritos, atribuir sentido a elementos que sequer eram verbais para constituir um discurso de memória, numa mobilização de recursos interessada, mas que, pela própria utilização de documento como prova histórica, escamoteava o fato de este ser fruto de uma *vontade de verdade*, para usar o termo foucaultiano. Vimos, ainda, com Le Goff, que, após a revolução documental, isto é, a explosão das fontes documentais para o historiador, este passa a escolher ao que atribuir sentido, isto é, que séries estabelecer. Esse acontecimento histórico está diretamente ligado ao que Foucault chama de

transformação de *documentos* em *monumentos*, afinal, eles deixam de valer como provas raras e passam a ser recortados, selecionados, manejados conforme os interesses do historiador, num gesto que é, ele próprio, exercício de poder sobre algo que é também intrinsecamente fruto de relações de poder na história.

Assim, vimos que a noção de monumento é construída a partir de empréstimos, aproximações e conflitos e que, na série proposta, envolvem enunciados atribuídos pelo menos a Foucault, Sartre, Canguilhem, Guérault e Febvre.

À nossa segunda questão, referente ao papel do conceito de *monumento* no seio da arqueogenealogia, a partir da análise de nossa série enunciativa, podemos responder que o *discurso-monumento* é fulcral na pesquisa foucaultiana: além de ser o objeto da *arqueologia*, como a própria relação entre os nomes poderia sugerir, defendemos que é a concepção do *discurso-monumento* que leva Foucault ao estabelecimento da *genealogia* nos anos 1970; afinal, ele demonstrava insatisfação com o fato de a sua arqueologia estar muito voltada para a sistematicidade. Assim, a ênfase nos poderes na genealogia pode ser motivada pelo fato de o *monumento* demandar o tratamento do poder que atravessa e constitui os enunciados. Portanto, acreditamos que é o ímpeto de realizar uma análise dos discursos levando em conta aquilo que possibilitou sua existência que faz Foucault estudar também as práticas não discursivas na genealogia.

Por fim, para responder à nossa terceira pergunta, qual seja, as contribuições da noção de monumento para os estudos da linguagem, criamos uma outra série de enunciados, mas esta elaborada a partir de trabalhos contemporâneos em Linguística. Uma vez que Foucault situa-se em um espectro da linguagem em uso, não faria sentido procurarmos a pertinência de uma noção como a de monumento em trabalhos vinculados a concepções representacionistas de linguagem. Além disso, também supomos que a noção em análise, uma vez que é produzida no campo da história e utilizada por Foucault também a fim de realizar análises históricas, deveria ser pertinente a estudos historiográficos linguísticos. A partir desses critérios, chegamos à Análise do Discurso e à Historiografia da Linguística como campos de análise possíveis, escolhendo duas teses de doutorado, quais sejam: *Liberdade de expressão em democracias: discursos e sujeitos em redes de comunicação* (2019) e *Santo Agostinho entre a gramática e a dialética: combinação e ordenação das palavras na Ars breuiata e no De dialectica* (2021), para reflexão.

A partir de nossa série, vimos que, no caso do trabalho escolhido em Análise do Discurso, foram realizadas citações de linguistas renomados a partir de textos-fonte publicados nos anos 2000, nos quais eles referiam-se crítica e avessamente ao “politicamente correto”, designando-o como uma forma de enrijecer a língua ao criarem proibições que, na opinião dos autores, não seriam capazes de solucionar as opressões sociais. Entretanto, não há, por parte da autora da tese, uma discussão acerca das diferenças entre tais dizeres serem pronunciados nos anos 2000 e no final da década de 2010, em plena ascensão da extrema-direita no Brasil. Nesse sentido, por apegar-se somente ao texto em si, sem considerar as distintas condições de produção e de citação, a pesquisadora realizou uma leitura documental, não monumental. Já no caso do trabalho em Historiografia da Linguística, a leitura documental é ainda mais evidente, pois a metodologia da disciplina, que se pauta por uma *contextualização*, uma leitura *immanentista* e uma *adequação* do documento, torna as leituras sempre voltadas para o reconhecimento de continuidades. Assim, pela articulação realizada entre *clima de opinião*, *autor e prova textual*, há uma reflexão das características gerais de uma época nos indivíduos pertencentes a ela, e destes nos seus textos. Através de tais exemplos, podemos compreender que a noção de monumento como proposta por Foucault pode ser importante para a Análise do Discurso e para a Historiografia da Linguística ao apontar possíveis pontos cegos nas análises e, quem sabe, encaminhar novas perspectivas de análise e revisões teórico-metodológicas.

Entendemos ainda que, para além dos campos específicos dos estudos da linguagem, conseguimos mostrar que a concepção de discurso como *monumento* pode tornar-nos mais críticos acerca de nossas próprias análises, das condições de possibilidade daquilo mesmo que dizemos como humanistas.

REFERÊNCIAS

BATISTA, R. O. **Introdução à Historiografia da Linguística**. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

BECKER, C. L. **The Heavenly City of the Eighteenth-Century Philosophers**. New Haven: Yale University Press, 1971 [1932].

CAMERON, A. **The Later Roman Empire**. Cambridge/Mass.: Harvard University Press, 1993.

CANGUILHEM, G. **Michel Foucault: morte do homem ou esgotamento do Cogito?** Goiânia: Edições Ricochete, 2012 [1967]. Tradução de Fábio Ferreira de Almeida.

CASTRO, E. **Introdução a Foucault**. Tradução: Beatriz de Almeida Magalhães. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

_____. **Vocabulário de Foucault: um percurso sobre seus temas, conceitos e autores**. 2. ed. Tradução: Ingrid Müller Xavier Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CHOMSKY, N. **Syntactic Structures**. The Hague: Mouton, 1957.

COURTINE, J. A proibição das palavras: a reescritura dos manuais escolares nos Estados Unidos. In: MILANEZ, N.; PIOVEZANI, C. (org.) **Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública**. Tradução: Nilton Milanez; Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2006, p. 147-157.

CRUVINEL, M. F. Uma teoria do discurso num certo prefácio. In: **Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade**. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 63-74.

DELEUZE, G. **Foucault**. 9. ed. Tradução: Claudia SanT'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2013 [1986].

_____; GUATARRI, F. **O que é a filosofia?** 2 ed. Tradução: Bento Prado Jr.; Alberto Alonso Muñoz São Paulo: Editora 34, 2010 [1991].

DOSSE, F. **História do estruturalismo vol. 1: o campo do signo 1945-1966**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Unesp, 2018 [1991].

_____. **História do estruturalismo vol. 2: o canto do cisne 1967 a nossos dias**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Unesp, 2018 [1991].

DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Tradução: Vera Portocarrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FIORIN, José Luiz. A linguagem politicamente correta. **Linguagem**. São Carlos, v.1, n.1, 2008, p. 1-5.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Tradução: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007 [1969].

_____. A festa da escritura. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016 [1975], p. 52-55.

_____. A incorporação do hospital na tecnologia moderna. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016 [1978], p. 444-458.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996 [1970].

_____. **As palavras e as coisas**. 8. ed. Tradução: Salma Tannus Muchail. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999 [1966].

_____. A vida dos homens infames. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-saber**. Ditos & Escritos IV. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006 [1977], p. 203-222.

_____. Bio-história e Biopolítica. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016 [1976], p. 399-401.

_____. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976) Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999 [1976].

_____. Entretien avec Michel Foucault. Le Genre de l'histoire. **Les Cahiers du GRIF**, nº 37-38, 1988 [1981], p. 9-19. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1988_num_37_1_1751. Acesso em: 20 mai. 2023.

_____. Foucault responde a Sartre. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016 [1968], p. 169-175.

_____. **Herculine Barbin**: o diário de um hermafrodita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983 [1978]. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7314926/mod_resource/content/2/Foucault%20-%20Herculine_Barbin_O_diario_de_um_hermafrodita.pdf. Acesso em: 20 mai. 2023.

_____. **História da loucura**. 6. ed. Tradução: José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002 [1961].

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 12. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1997 [1977].

_____. Introdução. *In*: FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. 5. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988 [1984], p. 7-26.

_____. Jean Hypollite. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1969], p. 153-159.

_____. Linguística e ciências sociais. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000a [1969], p.160-181.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. *In*: **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010 [1971].

_____. **O nascimento da clínica**. Tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1977 [1963].

_____. Michel Foucault explica seu último livro. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1969], p.145-152.

_____. O Mallarmé de J. P. Richard. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Ditos & escritos III. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1964], p. 183-193.

_____. O “não” do pai. *In*: FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Ditos & Escritos I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999 [1962], p. 169-183.

_____.O retorno de Pierre Rivière. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016 [1976], p. 79-88.

_____. Pierre Boulez, ou a tela atravessada. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Ditos & escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1982], p. 387-390.

_____. Posfácio a Flaubert. *In*: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Ditos & escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1964], p. 75-109.

_____. Resposta a uma questão. *In*: FOUCAULT, Michel. **Repensar a política**. Ditos & Escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010 [1968], p.1-24.

_____. Resposta a Derrida. *In*: FOUCAULT, Michel. **Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise**. Ditos & Escritos I. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999 [1972], p. 243-257.

_____. Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao Círculo de Epistemologia. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1968] p. 82-118.

_____. Sobre a geografia. *In*: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010 [1976], p. 153-165.

_____. Sobre as maneiras de escrever a história. *In*: FOUCAULT, Michel. **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. Ditos & Escritos II. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000 [1967], p. 62-77.

_____. Sobre Marguerite Duras. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Ditos & escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009 [1975], p. 356 -365.

_____. **Subjetividade e verdade**: curso no Collège de France (1980-1981). Tradução: Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: Martins Fontes, 2019 [1981].

_____. Uma erudição estonteante In: FOUCAULT, Michel. **Arte, epistemologia, filosofia e história da medicina**. Ditos & Escritos VII. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016 [1978], p.441-443.

_____. Verdade e poder. In: **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010 [1977], p. 1-14.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Introdução: António Fernando Cascais. Tradução: Pedro Elói Duarte. Portugal, Lisboa: Edições 70, 2013 [1975].

FREITAS, F. A. S. **Santo Agostinho entre a gramática e a dialética**: combinação e ordenação das palavras na *Ars breuiata* e no *De dialectica*. 2021. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13415>. Acesso em: 22 dez. 2022.

GIMBO, F.; SOUTO, C. Para além do método estrutural em história da filosofia: Foucault e Deleuze. In: **Saberes**: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação, n. 14, 31 out. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/10052/7276>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GREGOLIN, M. R. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso**: diálogos e duelos. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2016.

_____. O enunciado e o arquivo: Foucault (entre)vistas. In: **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004, p. 23-44.

GUÉROULT, M. O método em história da filosofia. In: **Revista Sképsis**, [s. l], v. 12, 2015, p. 160-170.

_____. **Leçon inaugurale**: faite le 4 décembre 1951, Collège de France: Chaire d'histoire et technologie des systèmes philosophiques. Paris: Collège de France, 1952.

_____. Prefácio. In: **Descartes segundo a ordem das razões**. São Paulo: Discurso Editorial, 2016 [1953].

JUIZ DE FORA. **Lei nº 14 498, de 10 de agosto de 2022**. Garante aos estudantes do município de Juiz de Fora o direito ao aprendizado da língua portuguesa de acordo com as normas e orientações legais de ensino na forma que menciona. Juiz de Fora: Câmara Municipal [2022]. Disponível em: <https://www.camarajf.mg.gov.br/sal/norma.php?njt=LEI&njn=14498&njc=>. Acesso em: 20 fev. 2023.

KASTER, R. **Guardians of language: the grammarians and society in Late Antiquity**. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1988.

KOERNER, E. F. K. A importância da historiografia linguística e o lugar da história nas ciências da linguagem. In: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2014 [1974], p. 9-16. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Ainda sobre a importância da historiografia linguística. In: KOERNER, E. F. K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2014 [2005], p. 29-44. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Historiografia linguística. In: KOERNER, E.F.K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2014 [1994]. p. 17-28. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. O problema da ‘influência’ em historiografia linguística. In: KOERNER, E.F.K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2014 [1987], p. 91-102. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. O problema da metalinguagem na historiografia linguística. In: KOERNER, E.F.K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2014 [1993], p. 75-90. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

_____. Questões que persistem em historiografia linguística. In: KOERNER, E.F.K. **Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados**. Braga: Centro de Estudos em Letras Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2014 [1995], p. 45-64. Disponível em: https://www.utad.pt/cel/wp-content/uploads/sites/7/2018/05/CEL_Lingu%C3%ADstica_11.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

LE GOFF, J. Monumento/Documento. In: **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

MACHADO, R. **Ciência e saber: a trajetória arqueológica de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. Introdução: por uma genealogia do poder. FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

MARCUSCHI, L. A.; SALOMÃO, M. M. Introdução. In: MUSSALIM F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 13-26.

MARROU, H. I. **Décadence romaine ou antiquité tardive?** IIIe-Vie siècle. Paris: Editions Du Seuil, 1977.

MAZIÈRE, F. **A análise do discurso: história e práticas.** São Paulo: Parábola, 2007.

MOREY, M. Prólogo a tecnologías del yo: La cuestión del método. *In: Escritos sobre Foucault.* Madrid: Editorial Sexto Piso, 2014.

NAVARRO, P. Estudos discursivos foucaultianos: questões de método para análise de discursos. *In: 50 anos de “A Arqueologia do Saber”:* as contribuições aos estudos da linguagem no Brasil. MOARA ,v. 1, n. 57, 2020, p. 8-33.

OKSALA, J. **Como ler Foucault.** Tradução: Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

OLIVEIRA, H. G. **Liberdade de expressão em democracias:** discursos e sujeitos em redes de comunicação. 2019. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/11301>. Acesso em: 18 nov. 2022.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: Princípios e procedimentos.** Campinas: Pontes Editores, 2012.

PIOVEZANI, C.; ALVES, M. Discurso. *In: Estudos do discurso: conceitos fundamentais.* Petrópolis: Vozes, 2022. No prelo.

POSSENTI, S.; BARONAS, R. L. A linguagem politicamente correta no Brasil: uma língua de madeira?. **Revista Polifonia,** Cuiabá: EdUFMT, v. 12, n. 2, 2006, p. 47-72.

QUEIROZ, A. C. **Politicamente correto e direitos humanos.** Brasília: SEDH, 2004. Disponível em: [88p.http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cartilhas/a_pdf_dht/cartilha_politicamente_correto.pdf). Acesso em: 20 dez. 2022.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** Tradução: Maria do Rosário Gregolin; Nilton Milanez; Carlos Piovezani. São Carlos: Claraluz, 2005.

SAFATLE, V. **Introdução à experiência intelectual de Michel Foucault,** 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/5854771/Curso_Integral_Introdu%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_experi%C3%Aancia_intelectual_de_Michel_Foucault_2011_. Acesso em: 12 mar. 2021.

SARTRE, J. P. Jean-Paul Sartre répond. *In: PINGAUD, Bernard (Org.). L’Arc: Jean-Paul Sartre,* n. 30, 1966. Disponível em: http://www.pileface.com/sollers/IMG/pdf/Sartre_repond_in_Arc.pdf. Acesso em: out. 2021.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral.** 27 Ed. Tradução: Antônio Chelini; José Paulo Paes; Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SONTAG, S. **Contra a interpretação:** e outros ensaios. 1a ed. Tradução: Denise Bottmann[n. p.]. São Paulo: Companhia das Letras, 2020 [1964].

SWIGGERS, P. História, Historiografia da Linguística: status, modelos e classificações. **Eutomia**, Recife, v. 1, n. 6, p. 1-17, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/EUTOMIA/article/download/1702/1289>. Acesso em: 24 abr. 2020.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**: Revista do Instituto de Língua Portuguesa, Rio de Janeiro, v. 4, n. 44, p. 39-59, 2013. Disponível em: <http://lp.bibliopolis.info/confluencia/pdf/1171.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020.

VEIGA-NETO, A. **Michel Foucault e a educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VEYNE. P. **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. 4.ed. Tradução: Alda Baltar; Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: UNB, 1998 [1978].